

Roque Ademir Favarin

**FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: AVANÇOS E LIMITES
PARA A CONSTRUÇÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO
BRASIL**

Florianópolis
2018

Roque Ademir Favarin

**FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: AVANÇOS E LIMITES
PARA A CONSTRUÇÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Política.

Linha de Investigação: Estado, mercado, empresariado e sistema financeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ary Cesar Minella

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Favarin, Roque Ademir
Fundos rotativos solidários : avanços e limites
para a construção de finanças solidárias no Brasil /
Roque Ademir Favarin ; orientador, Prof. Dr. Ary
Cesar Minella, 2018.
413 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Fundos Rotativos
Solidários. 3. Finanças Solidárias. Microcrédito. 4.
Microfinanças. Economia Solidária. 5. Movimentos
sociais. I. Minella, Prof. Dr. Ary Cesar . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476

Cep: 88040-900 - Florianópolis - SE - Brasil

E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

"Fundos Rotativos Solidários: avanços e limites para a construção de Finanças Solidárias no Brasil."

Roque Ademir Favarin

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores/

11U

Presidente Orientador

Prof. Dr. Fábio Luiz Bürgo
(DZ/DR/CC/UFSC)

7, --- / L L L L ' !
Prof. Dr. Marcia da Silva Mazon
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Valmor Schiochet
(PPGDR/FURB)

Prof. Dr. Ernesto Seidl
(Coordenador PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2018.

A todas as pessoas e organizações
Que lutaram,
Que lutam,
E continuarão lutando
Pelo fim do capitalismo
E de toda a forma social de
exploração, violência e
desigualdade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Xisto e Adelina, pela vida, educação, esforço e condições proporcionadas para estudar.

A minhas irmãs Célia e Luciane e cunhados, Ilário e Luciano, pelo apoio mesmo que indireto

Aos sobrinhos, Cleiton e Christian, pelo que são e representam de esperança.

Ao Seminário Diocesano de Caçador (SC) e todas as pessoas que continuam no incentivo ao crescimento pessoal e intelectual desde 1984 até hoje.

Aos incontáveis amigos e amigas que, ao meu lado, não me deixaram desanimar nos momentos difíceis, e pessoas que generosamente prestaram sua contribuição neste trabalho sem o perceber.

A todos os membros do Secretariado Regional (Aline, Fabiana, Gelson, Guilherme entre outros) e Cáritas Diocesanas de Santa Catarina que, neste período, sempre apoiaram, compreenderam e, principalmente, supriram trabalhos quando necessário que eu me “ausentasse” para o doutorado.

A todos os colegas do Secretariado Nacional, principalmente Jaime, Ademar e Nando

Ao CAMP de Porto Alegre (RS) e todas as pessoas que nele trabalharam, neste tempo, por tudo e pela participação em vários eventos relevantes a esta pesquisa desde 2011.

À Universidade Federal de Santa Catarina por proporcionar este crescimento intelectual e pessoal.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI) pelo aprofundamento teórico e metodológico e pelas contribuições referentes a esse tema em vários momentos e, por toda a convivência e apoio.

Aos professores e todos os servidores do Programa Pós-graduação em Sociologia Política.

E, de maneira especial, ao Prof. Dr. Ary Minella pelo apoio, incentivo, cuidado e dedicação que sempre dispensou para a qualidade acadêmica deste trabalho.

***Meu Deus, Meu Deus,
Está Extinta a Escravidão?***

*Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti, o quilombo da favela
É sentinela na libertação*

*Irmão de olho claro ou da Guiné
Qual será o seu valor?
Pobre artigo de mercado*

(...)

*Ê, Calunga, ê! Ê, Calunga!
Preto Velho me contou, Preto Velho me
contou
Onde mora a Senhora Liberdade
Não tem ferro nem feitor*

(...)

*Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social*

(Samba Enredo - Paraíso do Tuiuti 2018)

RESUMO

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são poupanças coletivas para suprir determinadas necessidades dos seus participantes ou de outros grupos ou famílias mediante o consenso de regras acordadas pelos integrantes dos Fundos. Eles mobilizam, organizam e emprestam recursos a “pequenos projetos” coletivos e alternativos, como empreendimentos econômicos solidários, mobilizações sociais ou atividades formativas. São “rotativos” porque apresentam algum tipo de “devolução de recursos”. Também são considerados instrumentos de Finanças Solidárias que, em tese, praticam a autogestão, formando uma poupança voluntária e reinvestem em prol da própria comunidade. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade e a regras de reciprocidade. As origens dessa prática financeira se inspiram em diversas modalidades de microfinanças, que remontam à década de 1980, impulsionados pela ascensão de movimentos sociais na redemocratização do Brasil e pelo apoio financeiro a setores onde havia ausência de crédito. O avanço dessas experiências contribui para o surgimento da Economia Solidária, entre os anos 1990 a 2000. Na década mais recente, tais práticas foram impulsionadas inclusive por programas governamentais e pela articulação de organizações populares em torno da Economia Solidária. Neste processo, inserem-se os FRS, as Cooperativas de Crédito Solidário, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o uso de moedas sociais passa a integrar um campo teórico e político denominado Finanças Solidárias. Essas formas de financiamento procuram se diferenciar dos atuais programas de microcrédito, que priorizam as microempresas capitalistas. Visto isso, o aporte teórico que baseia este trabalho situa as Finanças Solidárias na teoria da Dádiva, de Mauss; na Reciprocidade, de Polanyi; e na concepção marxista de emancipação; pressupondo que tais concepções acrescentam outro significado ao conceito Solidário, comumente entendido como assistencialismo ou caridade. O problema teórico posto é analisar em que medida os FRS conseguem ser um instrumento de emancipação dos grupos sociais envolvidos. Para responder esta questão, a metodologia deste trabalho se utilizou de dados e informações dos 539 Fundos considerados no “Mapeamento dos Fundos Solidários” realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Brasil entre 2011 e 2013. Desse universo, foram considerados para análise 270 fundos rotativos solidários que utilizam a devolução financeira, divididos entre “comunitários” e “de fomento”. Do total avaliado, 193 FRS estão inseridos no meio rural, sendo a maioria comunitários e organizados por associações de agricultores familiares

(142) seguidos de assentados, apicultores, pescadores, indígenas e quilombolas. Em menor número, 33 FRS são urbanos e incluem artesãos, costureiras, sem-tetos entre outros; e, finalmente, 44 são caracterizados como FRS de Fomento, gerenciados por entidades de maior abrangência geográfica de atuação. A análise considerou quatro aspectos principais em relação aos fundos: i) a captação de recursos; ii) gestão; iii) atividades que são financiadas; e iv) principais conquistas e dificuldades. Constatou-se que grande parte dos Fundos operam com recursos próprios, mas é expressivo o aporte de diferentes entidades sociais, ONGs e organizações estrangeiras. A análise da gestão, considerou especialmente o envolvimento dos participantes, identificou que há participação mais significativa em Fundos Comunitários, e predomina o financiamento de empreendimentos coletivos da Economia Solidária. Entre as principais conquistas situam-se a melhoria da qualidade de vida, o aumento da renda e a atuação coletiva. As principais dificuldades constatadas estão nas escassas ações relacionadas a políticas públicas de finanças solidárias, a inadimplência, a falta de recursos e à baixa participação dos membros na gestão dos Fundos. Com isso, conclui-se que os FRS, por serem práticas creditícias menos complexas, facilitam a emancipação via autogestão coletiva dos recursos de tais grupos sociais excluídos, principalmente os comunitários, nos quais as relações sociais baseiam-se na confiança que se traduzem na Dádiva e Reciprocidade. E, mais, que sua viabilidade econômica, social e política depende de uma “rede de movimentos sociais” articulada à sua base social, que contribui para avanços na emancipação política e humana. Enfim, de modo geral, considera-se que os FRS contribuem para emancipação enquanto metodologia pedagógica, utilizando-se do crédito solidário como um “instrumento”, alternativo, ao hegemônico sistema financeiro capitalista.

Palavras-Chave: Fundos Rotativos Solidários. Finanças Solidárias. Microcrédito. Microfinanças. Economia Solidária. Movimentos sociais.

ABSTRACT

Solidarity Rotating Funds (FRS) are collective savings to meet certain needs of its participants or other groups or families through the consensus of rules agreed by the members of the Funds. They mobilize, organize, and lend resources to collective and alternative "small projects," such as solidarity-based economic ventures, social mobilizations, or training activities. They are "rotating" because they have some sort of "resource return". They are also considered Solidarity Finance instruments that, in theory, practice self-management, forming a voluntary savings and reinvest in behalf of the community itself. Resources circulate in the community itself and the replenishment of these funds follows a logic of solidarity and rules of reciprocity. The origins of this financial practice are inspired by several microfinance modalities that date back to the 1980s, driven by the rise of social movements in the redemocratization of Brazil and by financial support to sectors where there was no credit. The advancement of these experiences contributes to the emergence of the Solidarity Economy, between 1990 and 2000. In the most recent decade, these practices were promoted by governmental programs and the articulation of popular organizations around the Solidarity Economy. In this process, the FRS, Solidarity Credit Cooperatives, Community Development Banks and the use of social currencies are integrated into a theoretical and political field called Solidary Finance. These forms of financing seek to differentiate themselves from current microcredit programs, which prioritize capitalist microenterprises. Given this, the theoretical contribution that bases this work places Solidary Finances in Mauss' theory of the Gift; in Polanyi's Reciprocity; and in the Marxist conception of emancipation; presupposing that such conceptions add another meaning to the concept of Solidarity, commonly understood as welfare or charity. The theoretical problem posed is to analyze to what extent the FRS can be an instrument of emancipation of the social groups involved. To answer this question, the methodology of this work was used data and information of the 539 Funds considered in the "Mapping of Solidary Funds" carried out by the National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES) in Brazil between 2011 and 2013. From that universe, 270 rotating solidarity funds that use the financial devolution, divided between "community" and "fomento". Of the total evaluated, 193 FRS are inserted in the rural environment, most of which are community-based and organized by family farmer associations (142) followed by settlers, beekeepers, fishermen, natives and "*quilombolas*". In a smaller number, 33 FRS are urban and include artisans, seamstresses, homeless,

among others; and finally, 44 are characterized as FRS de “Fomentation”, managed by entities of greater geographic scope of performance. The analysis considered four main aspects in relation to the funds: i) funding; (ii) management; iii) activities that are funded; and iv) main achievements and difficulties. It was found that a large part of the Funds operate with their own resources, but the contribution of different social entities, NGOs and foreign organizations is significant. The analysis of the management, especially considered the involvement of the participants, identified that there is more significant participation in Community Funds, and predominates the financing of collective enterprises of the Solidary Economy. Among the main achievements are the improvement of the quality of life, the increase of income and the collective action. The main difficulties observed are the scarce actions related to public policies of solidarity finance, delinquency, lack of resources and low participation of members in the management of the Funds. As a result, FRS, because they are less complex credit practices, facilitate the emancipation through collective self-management of the resources of such excluded social groups, especially the community, in which social relations are based on the trust that is translated in the Gift and Reciprocity. Moreover, its economic, social and political viability depends on a "network of social movements" linked to its social base, which contributes to advances in political and human emancipation. Finally, in general, the FRS contribute to emancipation as a pedagogical methodology, using solidarity credit as an alternative "instrument" to the hegemonic capitalist financial system.

Keywords: Solidary Rotating Funds. Solidarity Finance. Microcredit. Microfinance. Solidarity Economy. Social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma dos Recursos em um Fundo Rotativo Solidário	46
Figura 2 - O Campo da Economia Solidária no Brasil	57
Figura 3 - Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade	94
Figura 4 - Principais fontes de entidades dos FRS Brasil – 2010.....	279

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Número de Fundos Solidários pela data de instituição (1980-2012).....	35
Gráfico 2 – Fundo Solidários por modalidade Brasil (2011-2013)	38
Gráfico 3 - Entidades que apoiaram a criação dos FRS.	191
Gráfico 4 – Brasil: Distribuição dos recursos por tipo de atividade econômica apoiadas pelos FRS de Base (2010)	292
Gráfico 5 – Brasil: Distribuição dos recursos por tipo de atividade	293
Gráfico 6 - Porcentagem dos Valores emprestados pelos FRS.....	298
Gráfico 7 - Porcentagem por tipo de empreendimento apoiado dos FRS.....	299
Gráfico 8 – Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento.....	307
Gráfico 9 - Análise dos projetos solicitados aos FRS (2011-2013).....	309
Gráfico 10 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados	313

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características principais dos FRS Comunitários e FRS de Fomento.....	49
Quadro 2 - As lógicas subjacentes as relações sociais segundo MAUSS.....	83
Quadro 3 - Formas de integração econômica em Polanyi	87
Quadro 4 - Proposta para o Sistema Nacional de Finanças solidárias..	119
Quadro 5 - Programas de Finanças Solidárias: Parceiros executores dos convênios realizados	120
Quadro 6 - Diferenças entre o paradigma liberal e o emancipatório das Microfinanças.....	127
Quadro 7 – Falhas do mercado de crédito e mecanismo ou técnica de intervenção.....	160
Quadro 8 – Síntese da Trajetória história dos Fundos Rotativos Solidários no Brasil	170
Quadro 9 - Fundos Rotativos formados com recursos devolvidos do Projeto da Rede Bodega (CE) do PAPPS.....	181
Quadro 10 – Brasil: Exemplos de FRS de agricultores familiares	203
Quadro 11 – Brasil: FRS e entidades gestoras de agricultores assentados.....	214
Quadro 12 – Brasil: FRS e entidades gestoras de agricultores agroecológicos.....	218
Quadro 13 – Brasil: FRS e entidades gestoras de apicultores	221
Quadro 14 – Brasil: FRS e entidades de trabalhadores Rurais como gestoras.....	224
Quadro 15 – Brasil: FRS com pequenos criadores de animais.....	225
Quadro 16 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Quilombolas	227
Quadro 17 - FRS e entidades gestoras de hortifruticultores	229
Quadro 18 – Brasil: FRS e entidades gestoras de aldeias indígenas.....	230
Quadro 19 – Brasil: FRS e entidades gestoras de extrativistas.....	232
Quadro 20 – Brasil: FRS e entidades gestoras de pescadores	233
Quadro 21 – Brasil: FRS e entidades gestoras de quebradeiras de coco	234
Quadro 22 – Brasil: FRS e entidades gestoras de artesãos.....	239

Quadro 23 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Costureiras	242
Quadro 24 – Brasil: FRS e entidades gestoras de moradores urbanos.	244
Quadro 25 – Brasil: Entidades de trabalhadores como gestoras de FRS	247
Quadro 26 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Catadores de material reciclável.....	250
Quadro 27 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Afrodescendente.....	252
Quadro 28 - Brasil - FRS com Empreendimentos da Economia Solidária	254
Quadro 29 – Brasil: FRS de entidades de assessoria.....	258
Quadro 30 – Brasil: FRS de entidades Cáritas e outras entidades católicas	262
Quadro 31 – Brasil: FRS articulados pelo “Projeto Vencer Juntos”	266
Quadro 32 – Brasil: FRS de outras entidades e ecumênicas	267
Quadro 33 – Brasil: Entidades sociais financiadoras dos FRS.....	380
Quadro 34 - Entidades da cooperação internacional financiadoras e apoiadoras de FRS	393

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização dos Fundos Solidários no Brasil.....	34
Tabela 2 - Fundos Solidários por modalidade no Brasil (2011-2013)....	37
Tabela 3 – Brasil: Número de Cooperativas de Crédito Solidário por estado (2015).....	112
Tabela 4 – Brasil: Número de Bancos Comunitários de Desenvolvimento por estado (2015).....	114
Tabela 5 - Motivações principais para a criação dos FRS no Brasil	188
Tabela 6 - Tipo de entidades fomentaram a criação dos FRS no Brasil	190
Tabela 7 - Número de entidades gestoras de FRS (Brasil, 2011-2013)	192
Tabela 8 - Número e percentagem de FRS por Grupos Sociais (Brasil, 2011-2013)	196
Tabela 9 - Agricultores familiares e Número de FRS por Tipos de gestores e abrangência territorial.....	201
Tabela 10 - Nº de FRS com participação direta de mulheres, em diversas áreas.....	270
Tabela 11 – Brasil: Fontes de recursos dos FRS – 2010.	278
Tabela 12 – Brasil: Fontes de recursos dos FRS por grupos sociais - 2010	280
Tabela 13 - Condições gerais de Devolução dos FRS	288
Tabela 14 – Brasil: Valores médios emprestados pelos FRS em 2010	295
Tabela 15 – Brasil: Distribuição dos recursos por atividade econômica e empreendimentos apoiados pelos FRS (2010)*	300
Tabela 16 – Brasil: Distribuição dos valores emprestados por tipo de empreendimentos (2010).....	301
Tabela 17 - Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos tipos de FRS por abrangência (2011-2013)	308
Tabela 18 - Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS por tipo de entidade gestora (2011-2013)	308
Tabela 19 - Sujeitos atuantes nas Análises das solicitações de recursos dos FRS por abrangência (2011-2013)	311
Tabela 20 - Sujeitos atuantes nas análises de solicitações de recursos por abrangência e tipo de entidade gestora dos FRS (2011-2013).....	311

Tabela 21 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados nos FRS por abrangência (2011-2013).....	314
Tabela 22 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados nos FRS por tipo de entidade gestora (2011-2013).....	314
Tabela 23 - Principais resultados apontados – FRS Rural (2011-2013)	319
Tabela 24 - Principais resultados dos FRS que atuam na área urbana (2011-2013).....	327
Tabela 25 - Principais dificuldades apontadas pelos FRS Rural (2011-2013)	332
Tabela 26 - Principais dificuldades apontadas na atuação Urbana (2011-2013)	338
Tabela 27 – Brasil: FRS por tipos e por abrangência (2011-2013).....	378
Tabela 28 – Brasil: FRS por tipos e por natureza da entidade gestora (2011-2013).....	379
Tabela 29 - Amostra de FRS comunitários de agricultores familiares.	400

LISTA DE SIGLAS

ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Social da Central Única dos Trabalhadores
AKB	Associação Keynesiana do Brasil
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMP	Centro de Apoio Multiprofissional
CCS	Cooperativa de Crédito Solidário
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAPP	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor de Pecuária (PE)
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CM	Correção Monetária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONFESOL	Confederação das Cooperativas de Crédito Solidário
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária
CPA	Cooperativas de Produção Agrícolas

CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAF	Entidades de Apoio, Fomento e Assessoria a Economia Solidária
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EGE	Entidade Gestora de Fundo Rotativo Solidário
EFA	Entidade de Apoio e Fomento a Fundo Rotativo Solidário
EMATER	Empresa de Assessoria Técnica Rural
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
ETENE	Escritório Tecnológico do Nordeste (BNB)
FACES do Brasil	Fórum de Articulação do Comércio, Ético e Solidário
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FDS	Fundo Diocesano de Solidariedade
FLD	Fundo Luterano de Diaconia
FNS	Fundo Nacional de Solidariedade
FRS	Fundo Rotativo Solidário
GOLD	Grupo de Oportunidades de Desenvolvimento Local
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IHU	Instituto Humanitas
IMF	Instituição de Microfinanças
IMS	Institu Marista de Solidariedade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MPAs	Miniprojetos Alternativos

MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NESOL	Núcleo de Economia Solidária
OCB	Organização da Cooperativas do Brasil
ONG	Organização Não-Governamental
OMF	Organização Microfinanceira
OSCIP	Organização Social de Interesse Público
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC's	Projetos Alternativos Comunitários
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PAPPS	Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários
PATAC	Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PIF	Plano de Inclusão Financeira
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNMPO	Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
PPA	Plano Plurianual (Orçamentos Públicos)
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIES	Sistema de Informações da Economia Solidária
STTR	Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidária

UNISOL Brasil Central de Cooperativas e Empreendimentos
Solidários

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	33
1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	65
1.2 OBJETIVOS	67
1.2.1 Objetivo geral	67
1.2.1 Objetivos Específicos	68
2. O MERCADO NA LÓGICA SOLIDÁRIA	71
2.1 A IMPORTÂNCIA DA TEORIA DA DÁDIVA PARA AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	72
2.2 O MERCADO TORNA-SE CAPITALISTA.....	84
2.3 A RECIPROCIDADE: UMA LÓGICA RACIONAL DA SOLIDARIEDADE.....	92
2.3.1 As estruturas elementares da reciprocidade	93
2.3.2 As articulações entre sistema mercado capitalista e da reciprocidade	100
2.4 A SOLIDARIEDADE NO HORIZONTE DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA	102
3.FINANÇAS SOLIDÁRIAS: POSSIBILIDADES E LIMITES NO CAPITALISMO	107
3.1 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: FATORES HISTÓRICOS PARA A COMPREENSÃO ATUAL.....	108
3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: BASE DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	123
3.3 FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS: A TENTATIVA DE UMA CONCEITUAÇÃO	126
3.3.1 Serviços financeiros para superação da pobreza	129
3.3.2 Dinheiro: poderia exercer uma “função solidária”?	131
3.3.3 A gestão das finanças desafios para a autogestão	136
3.3.4 Desenvolvimento local: relação entre Finanças e território .	138
3.3.5 As redes sociais como base para a sustentabilidade das Finanças Solidárias	141
3.3.6 Possibilidades da Finanças Alternativas na construção de Utopias emancipatórias	145
3.4 AS MICROFINANÇAS: NAS ORIGENS DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	148

3.5 MICROFINANÇAS: DILEMAS ENTRE DEMOCRATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO?	154
4. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS FRS NO BRASIL.....	167
4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS.....	167
4.2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS FRS NO BRASIL	169
5. AS BASES SOCIAIS: RAZÃO FUNDAMENTAL DOS FRS...187	
5.1 AS INFLUÊNCIAS E DEMANDAS ORIGINÁRIAS DOS FRS	188
5.2 OS FRS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	191
5.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS FRS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	197
5.3.1 Os FRS: uma perspectiva para viabilidade da agricultura familiar.....	201
5.3.2 A importância dos FRS para os assentamentos de reforma agrária.....	213
5.3.3 Os FRS na perspectiva da agroecologia	217
5.3.4 A apicultura e os FRS	219
5.3.4 FRS com participação dos Trabalhadores Rurais	222
5.3.6 Com os criadores de pequenos animais.....	225
5.3.7 Os Quilombolas e a experiência tradicional.....	226
5.3.8 Os FRS adotado pelos Hortifruticultores.....	228
5.3.9 Os FRS entre os Indígenas	230
5.3.10 FRS com extrativistas	231
5.3.11 FRS com participação de pescadores	233
5.3.12 Para Quebradeiras de coco uma estratégia fundamental....	234
5.4 FRS COMUNITÁRIOS DO MEIO URBANO	237
5.4.1 A Relevância dos Fundos para os Artesãos e Artesãs.....	237
5.4.2 FRS com a participação de Costureiras.....	241
5.4.3 Moradores urbanos: luta por moradia e melhores condições de vida	243
5.4.4 FRS com trabalhadores do meio urbano	246
5.4.5 Catadores de material reciclável.....	249
5.4.6 Os FRS e estratégia de resistência cultural dos Afrodescendentes	251
5.5 FRS DE FOMENTO.....	253
5.5.1 FRS com Empreendimentos Economia Solidária	253

5.5.2 FRS de entidades de assessoria técnica	257
5.5.3 FRS sob a gestão da rede Cáritas.....	261
5.5.4 FRS inspirados pelo “Projeto Vencer Juntos”	264
5.5.5 FRS gerenciados por Diaconia, CAPA e CONIC	267
5.6 FRS COM GESTÃO E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES	269
5.7 FRS COM PARTICIPAÇÃO DE JOVENS.....	271
6. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DOS FRS	277
6.1 AS FONTES DE RECURSOS E O APORTE DAS ENTIDADES SOCIAIS	277
6.2 A DEVOLUÇÃO: UMA QUESTÃO DE VIABILIDADE E “RETRIBUIÇÃO”	285
6.3 DESTINO: PRINCIPAIS ATIVIDADES E TIPOS DE EMPREENDIMENTOS.....	291
6.4 OS PROCESSOS DE GESTÃO DOS FRS	303
6.4.1 Definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS	306
6.4.2 Sujeitos da análise das solicitações de recursos dos FRS	309
6.4.3 O acompanhamento dos projetos aprovados.....	312
7. AVANÇOS E LIMITES DOS FRS PARA O FORTALECIMENTO DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS.....	317
7.1 AS PRINCIPAIS CONQUISTAS PARA OS ENVOLVIDOS.....	317
7.1.1A contribuição dos FRS para a emancipação de grupos sociais rurais	317
7.1.2 Os FRS urbanos e sua contribuição para os grupos sociais urbanos.....	325
7.2 DESAFIOS PARA A PRÁTICA DE FRS	330
7.2.1 Dificuldades enfrentadas pelos FRS no mundo rural	331
7.2.1 Os desafios enfrentados pelos FRS urbanos.....	337
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	343
REFERÊNCIAS	351
APÊNDICE.....	377
APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS OBTIDOS PELO MAPEAMENTO 2013-2014	378
ANEXO	401
ANEXO 1 - CARTAZ DO 3º SEMINÁRIO NACIONAL DE FUNDOS SOLIDÁRIOS	402

ANEXO 2 - TRECHO DO REGIMENTO INTERNO DO FRS CAJA - TANGARÁ SERRA MT	403
ANEXO 3 - INSTRUMENTAL UTILIZADO NO MAPEAMENTO	405

1. INTRODUÇÃO

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS), de modo geral, são “poupanças coletivas” cuja finalidade é fomentar projetos econômicos de grupos sociais ou empreendimentos alternativos de produção (ou serviços) através de “empréstimos” de pequenos valores em condições mais acessíveis. Os recursos que compõem tais poupanças são captados por entidades da sociedade civil, geralmente associações comunitárias, que se encarregam da gestão, do acompanhamento e da devolução dos recursos “emprestados”. Esta descrição preliminar, não pretende ocultar a diversidade e a multiplicidade de suas variadas formas existentes de práticas financeiras ditas solidárias em relação às outras formas convencionais de crédito e poupança.¹

Os Fundos² inserem-se no campo mais amplo das diversas formas alternativas de finanças praticadas recentemente no Brasil. Apesar de pouco conhecidos por diversos setores públicos e acadêmicos até a década de 2010. Neste sentido, o trabalho mais importante para conhecer os FRS foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)³, denominado de “Mapeamento dos Fundos Solidários”, realizado entre 2011 e 2013. Tratou-se de um levantamento de dados coordenado nacionalmente pela Cáritas Brasileira⁴ e por outras entidades distribuídas nas cinco regiões do país: a Fundação Esquel, para mapear os Fundos da região Nordeste e Norte; o Centro de Formação Multiprofissional (CAMP), da região Sul; o Programa Providência, do Centro-Oeste; e a Cáritas Brasileira Regional São Paulo, do Sudeste. Os pesquisadores contratados por essas entidades realizaram visitas *in loco*, entrevistaram membros de equipes gestoras e/ou responsáveis pela administração dos Fundos preenchendo um questionário. (Cf Anexo). Esta pesquisa tem como base essencialmente o estudo destes dados e relatos.

¹ Há outras definições similares como “poupanças” comunitárias ou coletivas, que visam investir ou fomentar atividades econômicas, sociais, políticas e culturais. (GONÇALVES, 2010; GUSSI, et al, 2012; OLIVEIRA, 2011, RAHMER, 2015)

² Para facilitar a leitura deste texto ora usaremos o termo “Fundos” ou a sigla FRS.

³ A SENAES foi criada no Brasil pelo governo Lula em 2003, subordinada ao Ministério de do Trabalho e Emprego, instituída pela Lei 10.683/2003; Decreto 4.764/2003. Maiores detalhes serão tratados no capítulo três.

⁴ A Cáritas é uma rede de entidades da Igreja Católica no Mundo e presente no Brasil desde 1956. Maiores detalhes serão desenvolvidos ao longo deste trabalho.

O Mapeamento foi resultado de processos históricos anteriores e no “1º Seminário Nacional dos Fundos Solidários”, realizado em Brasília em fevereiro de 2007, no qual os 250 participantes solicitaram “a realização de um mapeamento dos fundos solidários e a articulação dos fundos em redes estaduais e uma rede nacional.” (MAPEAMENTO, 2015, s. p.) a fim de medir sua força social e elaborar políticas públicas a eles dirigidas.

Nesse período, as entidades mapearam 539 Fundos Solidários no Brasil⁵ (disponíveis em um banco de dados que na sequência denomina-se apenas por “Mapeamento”) distribuídos em 25 estados do Brasil, sendo que na região Nordeste localizam-se 344 fundos, correspondendo a 63,82%. (Cf. Tabela 1)

Tabela 1 - Localização dos Fundos Solidários no Brasil

Região	Núm. FS	%	Estados c/ FS
Nordeste	344	63,82	9
Centro-Oeste	85	15,76	4
Sudeste	48	8,90	4
Sul	38	7,05	3
Norte	24	4,45	5
TOTAL	539	100	25

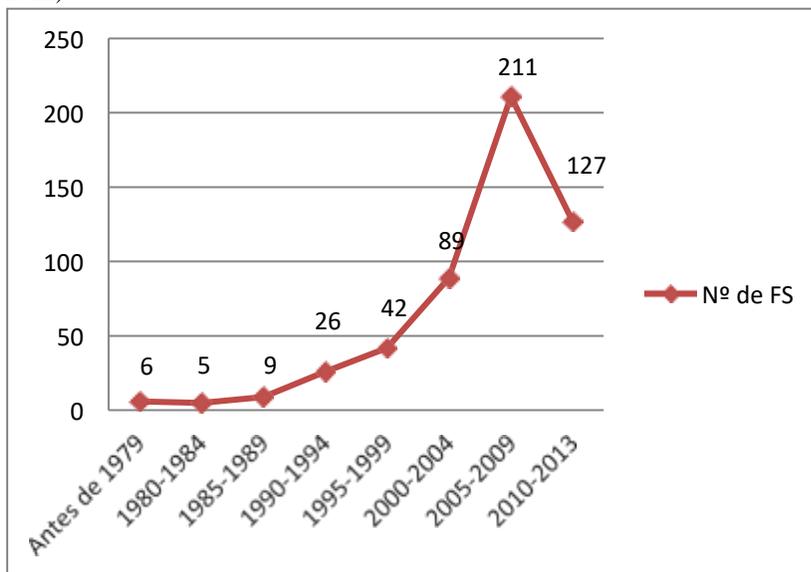
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Mapeamento (2011-2013).

O Mapeamento também revelou que houve um aumento no número dessas iniciativas a partir de 2005 (Cf. Tabela 2 e Gráfico 1). Esse crescimento, entre tantas causas, pode ser atribuído aos avanços e conquistas do próprio movimento de Economia Solidária (onde se vinculam técnica e politicamente) e das ações governamentais realizadas nessa área, como o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) empreendido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (GUSSI *et al.*, 2012). No referido programa foi incluída a tecnologia de cisternas e a criação de FRS como uma das “estratégias de convivência com o semiárido” e ele foi promovido por um conjunto de entidades e movimentos sociais que se organizam em torno da Articulação do Semiárido (ASA)⁶ (OLIVEIRA, 2011, p. 168).

⁵ Como o Mapeamento denominou inicialmente, porém mais adiante descobriu-se mais diferenças, por exemplo entre Fundos Rotativos e Fundos Solidários, monetário e não-monetários, de Fomento e Comunitários.

⁶ Constitui-se de “uma rede formada por mais de mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove estados que compõem o Semiárido Brasileiro: AL, BA, CE, PE,

Gráfico 1 – Brasil: Número de Fundos Solidários pela data de instituição (1980-2012)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento (2011-2013)

Os significados sociais, políticos e conceituais dos FRS em seus diversos aspectos serão discutidos ao longo deste trabalho. Os conceitos principais (enquanto categorias de análise) utilizados neste trabalho concentram-se mais no âmbito da “prática” que no mundo acadêmico, propriamente. Avançando mais, convém apresentar uma primeira diferenciação descoberta pelo Mapeamento entre “Fundos Solidários” e Fundos Rotativos Solidários (FRS): Os **Fundos Solidários** mobilizam, organizam e emprestam recursos a “pequenos projetos” ou projetos alternativos e coletivos, como empreendimentos econômicos, mobilizações sociais ou atividades formativas. Já, os **“Rotativos”** apresentam algum tipo de “devolução de recursos” e são empréstimos para fomentar atividades econômicas de empreendimentos solidários locais ou de participantes de uma comunidade ou de um bairro. Dessa forma, os FRS são considerados parte integrante dos Fundos Solidários no geral, como são denominados no movimento social e nos programas da Economia Solidária no Brasil. Neste sentido, após o Mapeamento

tornam-se mais claras estas delimitações entre os “tipos” de Fundos Solidários.

Outra tipificação dos FRS apontada são entre os “monetários” e “não-monetários a partir do critério “da devolução”. Os primeiros movimentam recursos financeiros (captando ou emprestando-os) e os segundos trabalham com outras formas de valores, a exemplo de casas de sementes, repasse de animais, devolução em produtos ou serviços (FUNDOS, 2015, p. 11). No caso dos recursos a serem devolvidos em dinheiro (monetários), pode ser cobrada uma taxa de juros abaixo do mercado financeiro (ou taxas de rendimento da caderneta de poupança), e/ou com correção monetária, ou outras condições (conforme se vê no capítulo 6). Em suma, as devoluções podem ser de três maneiras: a) em dinheiro; b) em produtos, animais ou sementes; ou c) serviços e outras formas. Dependendo do FRS podem inclusive ser mistas (uma parte em dinheiro e outra em produtos).

Sobre esse aspecto, outros detalhes são importantes, como, por exemplo, o fato de que certos Fundos podem “repassar” recursos monetários (na forma de empréstimos), e condicionar que sua devolução seja para um FRS Comunitário. Como exemplos, cita-se os seguintes casos: no programa de cisternas, a família que recebeu uma cisterna contribui com pequenos pagamentos mensais para um fundo comunitário aplicado para beneficiar outras famílias; ou o Banco ou Casas de Sementes, no qual um grupo de famílias recebe financiamento para uma horta ou plantação e devolve sementes para um banco de sementes; e, ainda, um FRS para criação de animais, como no caso da “Pastoral da Criança e outras entidades que doavam cabras para famílias pobres na área rural, e cada família que recebeu a cabra se comprometia para passar uma ou duas crias para outras famílias” (RAHMER, 2015, p. 01). Considerando-se, nesse sentido, que, para os camponeses, os animais representam uma espécie de Poupança futura que poderá ser acessada em ocasiões de suas maiores necessidades por meio da venda dos animais (ABRAMOVAY, 2004, p.44).

Com esta categorização é possível apontar que, do total de Fundos Solidários mapeados, os Fundos Solidários Rotativos monetários representam 50,09%; Casas ou Banco de Sementes são 15,02%; os Fundos com animais: 3,34%; e os Fundos Solidários, por sua vez, correspondem a 19,48%. (Cf. Tabela 2 e para melhor visualização Gráfico2)

Fundos Solidários são considerados os que investem prioritariamente em projetos “não econômicos”, como iniciativas comunitárias de inclusão social, mobilizações sociais e políticas,

reivindicações coletivas, projetos baseados na educação popular, de formação de líderes para o exercício da cidadania, de valorização da cultura popular das comunidades entre outras ações. (Cf. Tabela 2)

A nossa pesquisa percorreu o seguinte caminho: com base nestes 539 formulários preenchidos na plataforma virtual do Mapeamento, classificando-os a partir de critérios julgados pertinentes aos objetivos desta: primeiro foram “excluídos” os formulários que apontavam como característica de ação as Entidades de Apoio a Fundos Solidários (EFAs); após, foram retirados os FRS que não apresentavam informações sobre a devolução, não possuindo, portanto, um caráter rotativo; foram, então, escolhidos os Fundos que praticam a devolução monetária (por exemplo, não foram incluídas Casas ou Bancos de sementes, os FRS de animais e os que se organizam com “horas de trabalho”). Como resultado desse processo de seleção e classificação, chegou-se aos já mencionados 270 FRS monetários, isto é, os que mobilizam e trabalham com devolução de recursos financeiros.

Antes de prosseguir, convém apresentar um apanhado geral destes 539 FRS, observando-se como estão distribuídos por modalidade e por região para, em seguida, aprofundar um pouco mais do ponto de vista teórico o que significam os Fundos Solidários em geral.

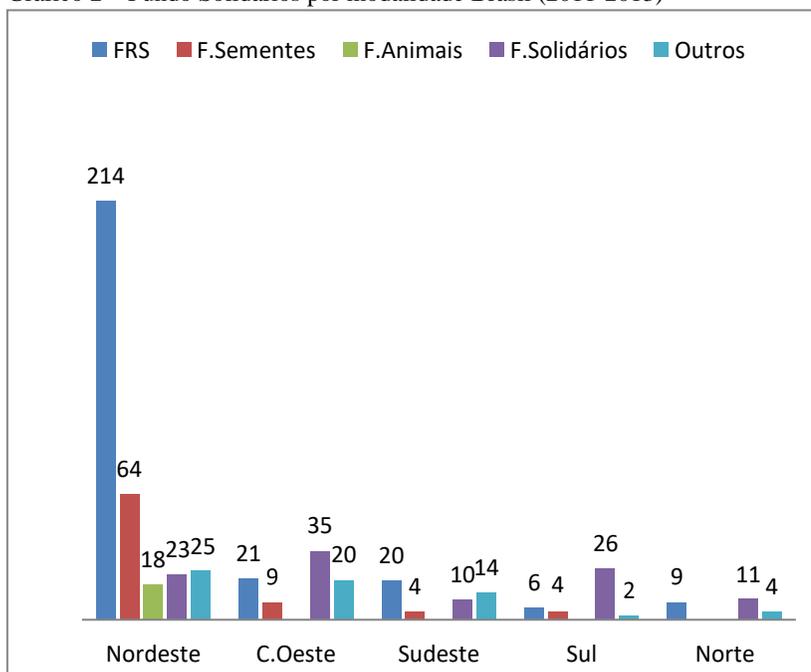
Tabela 2 - Fundos Solidários por modalidade no Brasil (2011-2013)

	FRS*	F. Sementes	F. Animais	F. S.**	Outros	Total
Nordeste	214	64	18	23	25	344
Centro-Oeste	21	9	-	35	20	85
Sudeste	20	4	-	10	14	48
Sul	6	4	-	26	2	38
Norte	9	-	-	11	4	24
TOTAL	270	81	18	105	65	539

(*) FRS monetário (**) Fundos Solidários que não há devolução monetária ou material.

Fonte: Elaboração própria a partir de Mapeamento (2011-2013)

Gráfico 2 – Fundo Solidários por modalidade Brasil (2011-2013)



(*) FRS monetário e F. Solidários: sem devolução monetária ou material

Fonte: Elaboração própria a partir de Mapeamento (2011-2013)

No Nordeste, destaca-se o estado da Paraíba, onde se concentra o maior número de FRS do meio rural: são 68 casos, representando 12,61% dos mapeados e dos quais 53 são de agricultores familiares, 21 envolvem a troca direta de animais e os bancos de sementes. Nesse estado também ocorreram as primeiras iniciativas de FRS comunitários e é onde há mais pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre a temática⁷.

No Centro-Oeste há maior variedade de Fundos e, no estado de Goiás, seis FRS foram selecionados (2,22% dos 270), sendo quatro de abrangência comunitária, dois municipais e um de artesãos, na área urbana. Os demais são de agricultores familiares (três), de quilombolas (um) e de jovens (um). Cita-se, ainda, outras formas de FRS (22) e dois bancos de sementes.

⁷ Por exemplo, Oliveira (2011), Silva (2015), Fulgêncio (2014) entre outros artigos citados neste trabalho.

Na região Sudeste, uma síntese dos principais FRS encontrados se divide em duas categorias: i) “Apoio à luta pela produção solidária sustentável”; e ii) “Fundo de apoio a luta por território”. Cada uma, por sua vez, subdivide-se. O “Apoio à luta pela produção solidária sustentável” é subdividido em: a) Fundo rotativo de apoio a feirantes; e b) Fundo rotativo de apoio a associações cooperativas e grupos rurais e urbanos. Já o “Fundo de apoio à luta por território” secciona-se em: a) Fundo de apoio a compra de terras em conjunto; e b) a conquista de moradia. Além disso são citados exemplos de “caixinhas solidárias”, muito comuns no Rio de Janeiro, para custear algumas atividades dos participantes como feiras, encontros de formação (CONSTRUINDO, 2013?, p.10-12).

Na Região Sul, em 2013, encontravam-se seis Fundos rotativos, todos geridos por entidades de fomento. Depois do mapeamento, surgiram mais três Fundos comunitários. Há também um Fundo nacional, o Fundo Luterano Diaconia (FLD). Na região Norte houve mais dificuldades para realização do mapeamento devido às distâncias, apesar disto, foram encontrados 24 Fundos.

Para a análise e compreensão do objeto de estudo deste trabalho, utilizou-se dos próprios conceitos utilizados no Mapeamento, que ajudam na compreensão de sua organização prático-operacional. Um dos principais objetivos do Mapeamento foi realizar um diagnóstico aproximado, a fim de conhecer melhor a realidade dos Fundos Solidários no Brasil, no sentido de “sistematizar as suas linhas de ação e metodologias de gestão, analisar os seus resultados na geração de trabalho e renda e de fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis” (CARTILHA, 2012, p. 4). Além de identificar a base para a criação de Redes de Fundos Solidários no Brasil, buscava-se contribuir para a elaboração e constituição de programas governamentais e/ou políticas públicas de fomento aos Fundos Solidários.

Depois de realizada a fase das entrevistas com pessoas responsáveis pela gestão dos Fundos, as informações foram compiladas e inseridas em um “banco de dados”, ainda hoje sob a responsabilidade das entidades envolvidas⁸. Nessa base de dados consta as informações divididas em dois tipos de entidades: as “apoiadoras” (EFAs) e as “gestoras” de Fundos Rotativos Solidários.

As entidades de apoio são organizações da sociedade civil, movimentos sociais, fundações e institutos que fomentam a criação de novos fundos solidários através de suporte técnico, político, de assessoria,

⁸ Cf. nome das entidades acima. (Nota de rodapé n.2)

de divulgação, entre outros, e/ou diretamente com repasses de recursos financeiros. As entidades gestoras são, de modo geral, associações comunitárias movimentos sociais entre outras formas de organizações que diretamente gerenciam fundos solidários de maneira geral, rotativos e comunitários. Há casos de entidades que exercem duas funções – de gestão e fomento – simultaneamente⁹. Para citar um exemplo, a Cáritas Brasileira assumiu a gestão do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) entre 1999 e 2014 e promove a animação e criação de Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) nos quais atua¹⁰ (Tabela 2). A partir de 2015, a CNBB decidiu assumir diretamente a gestão do FNS e a Cáritas Brasileira manteve seu papel de divulgação e apoio.¹¹

À medida que as informações eram compiladas pelos entrevistadores e discutidas nos encontros, foi aparecendo uma diversidade maior de Fundos, revelando-se, assim, novas formas de classificações ou tipificações (FUNDOS, 2015, p.03), mostrando-se principalmente grande número de fundos de caráter rotativo, de abrangência comunitária e localizados no Nordeste brasileiro (cf. dados acima e capítulo 6). Mediante tal variedade, dois tipos básicos foram se consolidando: FRS Comunitários (também de Base) e de Fomento. Também foram consideradas no Mapeamento as seguintes experiências consideradas como “Fundos Solidários”:

- a) As Casas ou Bancos de Sementes Comunitárias, pois têm como objetivo permitir o acesso a sementes no momento certo do plantio; b) Os fundos Rotativos de animais que podem ajudar uma

⁹ No Código Civil, associação ou fundação. Não se identificou na pesquisa que haja fundação como gestora de FRS. Cf. Lei n. 13019, de 31 de julho, que define três tipos de organização da sociedade civil: entidade privada sem fins lucrativos; sociedades cooperativas; e organizações religiosas com atividades de “interesse público e cunho social”

¹⁰ A Cáritas Brasileira teve papel importante na criação do FNS e dos FDS, pois, a experiência na gestão de fundos de apoio a pequenos projetos, ancorada numa perspectiva pedagógica não assistencial (...) credenciou a Cáritas Brasileira para assumir os processos de animação, administração e gerência do FNS. Disponível em: <<http://caritas.org.br/fundo-nacional-de-solidariedade/o-que-e>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

¹¹ Conforme decisão na 52ª Assembleia Geral da CNBB, 30 de abril a 09 de maio de 2014, Aparecida (SP). (Relatório Geral da Presidência 2011-2015 - item 17). Disponível em: <<http://diocesejacarezinho.org/site/wp-content/uploads/2015/04/17Sub-Ageral-53-Relatorio-Presidencia.pdf>>. Acesso: 29 jun. 2015.

família a formar seu rebanho ou a melhorar sua criação através do repasse de crias; c) Os fundos rotativos com recursos financeiros/moeda para benefícios dos sócios conforme decidirem em assembleia; d) Os fundos podem reunir recursos (financeiros, mão-de-obra e sementes) tendo como característica a autogestão das comunidades. (MAPEAMENTO, 2015)

Antes desse processo, havia alguns artigos e o estudo pioneiro sobre FRS, na Paraíba realizado por Oliveira (2011, p.143) salientando que

o sistema de Fundos Rotativos Solidários (...) possui vários aspectos. Em primeiro lugar, ele responde a essa necessidade de pequenos investimentos produtivos ou de infraestrutura que permitem a decolagem da economia familiar. Em segundo lugar, **não é um favor, é um empréstimo que será pago** (pelo menos parcialmente, pois tem um tipo de rebate), e que, portanto, não cria dependência. (...). Em terceiro lugar, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários é o pontapé inicial para a organização da comunidade, e talvez seja nisso que reside seu valor essencial para modificar a situação de subdesenvolvimento. (OLIVEIRA, 2011, p.143, grifos nossos)

Ainda, segundo Oliveira (2011, p.131), os FRS “constituem um (...) processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica”. Tal concepção constitui o pano de fundo desta pesquisa, no sentido de entender o seu significado social diferente de outras iniciativas microfinanceiras, como uma compreensão diferenciada de solidariedade, como uma forma de emancipação dos grupos sociais envolvidos.

Os FRS assemelham-se com a noção de “poupança coletiva”, não no sentido de acumular ou economizar recursos (como prevê a função da reserva de valor da teoria monetária), mas a partir de uma função específica como aponta Guedes (apud SILVA, 2015, p.39)

uma poupança comunitária gerida coletivamente para fortalecer as iniciativas urbanas e rurais. Essa poupança é formada por meio da doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo, ou ainda, pode ser constituída a partir de ações e

recursos externos, destinada à comunidade. O FRS permite a várias cooperativas a possibilidade de pegar um empréstimo e não pagar juros.

Convém pontuar que FRS não tem o mesmo significado do que se denomina “fundo perdido”, pois, como revelou o Mapeamento, “quem participa ou recebe os recursos tem o compromisso de devolvê-los e investir de acordo com o projeto solicitado”. (SILVA, 2015; FULGENCIO 2014, p. 40). Como será tratado no último capítulo, percebe-se que tal noção às vezes está presente em alguns prestatários dos FRS, dificuldade de compreensão que se demonstra quando eles não possuem vínculos mais estreitos com a comunidade ou entidade gestora, não se sentindo responsáveis pela devolução haja visto o entendimento de tratar-se de “recursos vindo de fora”, o que se dá principalmente nos casos em os recursos são provenientes de programas governamentais. Além disso, percebeu-se que os FRS não são espécie de praticas denominadas “a fundos perdidos”, pois a devolução é fundamental para sua existência e continuidade. Contudo, como muitas das entidades gestoras não conseguem ter equipes técnicas para realizar o acompanhamento, muitas devoluções correm o risco de ir se perdendo, não ocorrendo a retribuição.

Uma outra visão relevante para a hipótese desta pesquisa é aquela que compreende os FRS como “instrumentos” ou “metodologias” para emancipação dos envolvidos:

Os Fundos Rotativos Solidários são **instrumentos de finanças solidárias** direcionadas às comunidades que, em tese, **praticam a autogestão** dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária e que decidem (re) investir parte desta, em prol da própria comunidade. Estes Fundos podem ser caracterizados como uma forma de **associação de crédito rotativo**. Os recursos circulam na própria comunidade e **a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade** baseada nas regras tradicionais de reciprocidade [...] Para além do crédito não reembolsável ao banco destinado à essas comunidades, **o foco central dos Fundos são os interesses dos grupos ou das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda**. Em seu desenho e metodologia o papel atribuído aos Fundos **não é de apenas prover o crédito segundo uma lógica financeira**

tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista presente em comunidades rurais, mas sim, exercitar um diálogo político-pedagógico onde a comunidade se aproprie dos circuitos financeiros, **apontando para a emancipação das comunidades beneficiárias** a partir da lógica da solidariedade. (SANTO FILHO, 2010, p. 12, grifos nossos)

A abordagem acima salienta a importância social e política de construção das finanças solidárias entre outros motivos porque estas se diferenciam do microcrédito (Cf. Seção 3.3). Nesse sentido, são apontadas como alternativas ao próprio sistema financeiro convencional. De acordo com Rahmer (2012)

O fundo solidário funciona **sem intermediação de um banco** ou outra instituição financeira; **é gerenciado pelos próprios sócios**¹², em muitos casos com a ajuda de uma entidade de apoio, sem fins lucrativos; as contribuições para o fundo são voluntárias [...] A contribuição para o fundo não envolve juros de mercado. [...] O fundo solidário é para ajudar, não para lucrar. Portanto, nos critérios de desembolso sempre predomina a necessidade da pessoa (ou do grupo), não a capacidade de devolver o recurso. **Fundo solidário não é simplesmente um instrumento financeiro. É uma prática que envolve organização coletiva**, formação e capacitação, além do repasse de recursos. (RAHMER, 2012, grifos nossos)

Complementarmente, outras abordagens focam mais no processo de gestão como a participação direta dos envolvidos, salientando o poder exercido pela comunidade e em prol da mesma como um aspecto fundamental que caracteriza os FRS e que, inclusive, se aproxima da ideia de instrumento de emancipação:

A gestão dos Fundos nas comunidades a partir da lógica da reciprocidade e de sua respectiva organização social **é baseada no “conselho” formado pelos chefes de família e na unidade básica que é a família do pequeno agricultor** composta por pessoas ligadas por laços de sangue,

¹² Principalmente para os casos dos FRS de base.

afinidade e compadrio. Ao aderirem aos FRS, as pessoas assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram a sua ata e fazem o controle contábil. Trata-se de um processo pedagógico, porque pequenos agricultores com baixo nível de escolaridade formal aprendem a elaborar uma ata, por exemplo, ou a fazer um controle contábil básico dos recursos que entram e circulam (SANTOS FILHO, 2010, p. 6, grifos nossos).

Nesse sentido, a pesquisa de Oliveira (2011, p.141) sobre as mudanças da comunidade de Mandacaru, em Soledade (PB), destaca que a importância dos FRS está na metodologia organizativa. Dentre outras conclusões, indica que a gestão coletiva é uma dimensão fundamental, pois

a invenção do Sistema de Fundos Rotativos Solidários abriu as portas para a **aprendizagem da gestão coletiva e comunitária** de bens individuais e comuns a partir da gestão coletiva e do exercício da solidariedade e da reciprocidade. Os grupos se fortaleceram e ganharam autoconfiança. Aprenderam a trocar ideias e descobriram que a cooperação – ação coletiva – permite obter resultados difíceis de serem alcançados pela ação individual.

Além disso, quando se analisa as entidades gestoras de FRS, há uma multiplicidade de formas de organizações, por exemplo, em relação à natureza jurídica e à abrangência de atuação. Nesse ponto, convém salientar que as entidades não se utilizam dos FRS para manter sua “estrutura interna”, ou seja, as suas equipes administrativas ou sua direção. Os Fundos possuem uma finalidade “externa”, no sentido que a entidade exerce, de forma solidária, apoio a atividades econômicas dos seus participantes ou de grupos externos disponíveis a desenvolvê-las. E, nesse ponto, pressupõe-se que um dos aspectos que o caráter “solidário” acontece de diversos modos: pelo compromisso da “devolução”, no fomento a atividades econômicas, práticas não assistencialistas, autogestão dos Fundos em todos os processos, entre outros pontos.

Por fim, uma ideia-síntese muito utilizada nos encontros e/ou subsídios populares: “é Fundo porque reúne recursos (financeiros, sementes, animais, etc.). É Rotativo porque os recursos giram, circulam entre todos os participantes. E, é Solidário porque quem recebe o

benefício, também pensa no outro, divide com o outro” (CARTILHA, 2012, p. 19; CORDEL, 2011, p.13).

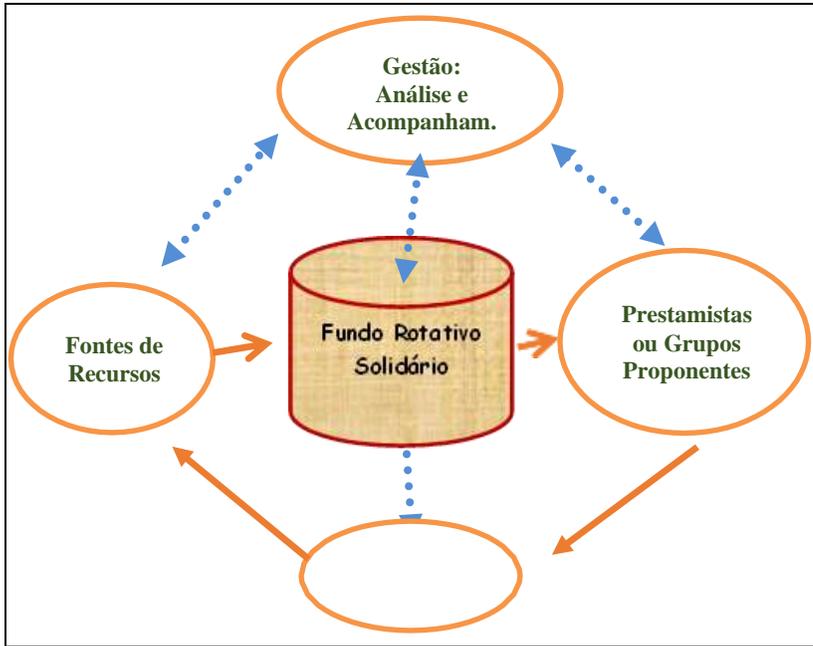
Em relação ao funcionamento dos diferentes fundos, pode-se identificar quatro aspectos básicos, como características morfológicas: a) relacionado às fontes de recursos; b) os empréstimos (repasses)¹³, que se referem aos protagonistas¹⁴; c) as formas de devolução solidária dos recursos; e d) e os modelos de gestão dos FRS. (Cf. Figura 1).

Em relação à **origem** ou **fontes** dos recursos (*funding*) dos FRS, tal aspecto divide-se em: a) *interna*, quando os recursos são captados na própria comunidade ou na “base” da entidade (contribuintes, sócios etc.); b) *externa*, quando a comunidade capta recursos de outras fontes como ONGs, bancos, órgãos e/ou programas de governo etc.; e c) *mista*, quando uma parcela de recursos é captada externamente e outra internamente.

¹³ No mapeamento utilizou-se o termo “repassse” mas neste trabalho optou-se pela forma convencional “empréstimo” por facilitar a compreensão e para não confundir com “doação”, que não é o caso dos FRS.

¹⁴ Optou-se por “protagonistas” por entender que esse termo caracteriza melhor do que o uso de “prestatórios” (convencional) ou beneficiários (pois os recursos não são benefícios assistenciais) e nem “destinatários” ou “usuários”, pois os “prestatórios” são ao mesmo tempo gestores e financiadores dos FRS, principalmente no caso dos “comunitários”. Por vezes se utilizará o termo “proponente” para fazer a mesma referência, mas reforçando o sentido de que propõem ao Fundo um “projeto” para aplicação dos recursos na atividade que pretendem desenvolver. O mapeamento utiliza o termo “participantes”, mas para este trabalho, o seu uso cria uma dificuldade de compreensão para o caso dos FRS de fomento e os Fundos Solidários pois dificilmente quem empresta recursos desses Fundos torna-se “participante”. Esta dificuldade será melhor demonstrada no capítulo 6

Figura 1 - Fluxograma dos Recursos em um Fundo Rotativo Solidário



Legenda: Fluxo de Informações Fluxo de Recursos

Fonte: Elaborada pelo autor

O segundo aspecto relaciona-se aos “**empréstimos**” ou tipo de “investimento” (para quem se empresta) e grupos sociais protagônicos (para quem). Nesse ponto, os FRS exercem a função de crédito, pois o objetivo principal é o de conceder “empréstimos” a seus membros no caso específico de FRS Comunitários¹⁵. Geralmente os grupos proponentes solicitam os recursos para investimentos em máquinas, equipamentos, matéria-prima, capital de giro, infraestrutura, transporte e comercialização.

Em relação a esse último aspecto, prefere-se abordar o perfil dos proponentes (ou “prestamistas”) tipificando-os a partir dos “grupos sociais”, ou seja, observando suas organizações como associações comunitárias, grupos informais, cooperativas populares, empreendimentos da economia solidária (EES), movimentos sociais,

¹⁵ Embora esses empréstimos não estejam regulamentados por normas legislativas de crédito ou do sistema financeiro nacional e, por isso, trata-se de devoluções voluntárias e solidárias do ponto de vista jurídico.

sindicatos e entidades religiosas. Os empréstimos dos recursos se dão por meio de um “projeto” que um grupo/família apresenta para a entidade gestora. A constituição de tais projetos varia, podendo ser: a) *personais ou familiares* (especificamente para os FRS Comunitários); b) *coletivos* (caso de empreendimentos de economia solidária, cooperativas, grupos que se organizam para alguma atividade econômica – como mulheres, jovens, agricultores familiares, artesãos etc.); e c) *sociais* (iniciativas que visam a inclusão social de grupos ou comunidades mais pobres, de vulneráveis socialmente, de pessoas em áreas de risco, entre outros casos).

Um terceiro aspecto diz respeito à **devolução**, seja tanto em recursos financeiros, quanto em produtos, sementes ou animais. Para isso acontecer, a estrutura de funcionamento prevê “critérios para aprovação” dos projetos, normalmente explícitos em Regimento Interno, Ata ou outro documento. Assim, o caráter rotativo está nessa devolução ao Fundo, reabastecendo-o para novos empréstimos. Há casos em que o proponente deve apontar no respectivo projeto para quem destinará a “devolução” – por exemplo, para outro FRS ou para outra entidade social – ou se vai prestar algum tipo de serviço gratuito na comunidade. Já no caso dos **Fundos Solidários**, considera-se a devolução de outra forma quando a entidade gestora tenha fontes de recursos próprios ou externos¹⁶.

Finalmente, o quarto aspecto da caracterização dos FRS refere-se a **Gestão**. Foram selecionados para este trabalho três processos gestores,¹⁷ a saber: a) definição das regras e critérios dos FRS; b) a análise dos projetos; e c) o acompanhamento dos projetos aprovados.

A definição de critérios diz respeito a processos de elaboração de linhas de ação, às normas de empréstimos, às formas de prestação de contas e às contrapartidas. A análise implica tarefas como analisar, deliberar sobre o projeto apresentado pelos proponentes/participantes (aprovando-o ou não) e, principalmente, formalizar o repasse dos recursos. Já o acompanhamento se refere à solicitação do correto uso dos recursos, a acompanhar a execução do projeto e a monitorar e “cobrar” a devolução dos recursos ao Fundo, resolvendo casos não previstos – como atrasos, renegociação, entre outras.

Cada FRS tem seu próprio modo de definição das regras e normas para os empréstimos ou repasses, isto é, organiza seus próprios “**critérios**” – condições dos empréstimos, quem são os destinatários, tipos de

¹⁶ Um exemplo desses casos são os Fundos Diocesanos de Solidariedade que se mantêm pelas Coleta da Solidariedade realizada anualmente pela Igreja Católica, no Brasil.

¹⁷ No Mapeamento havia outras questões referente a gestão.

investimentos etc. Tal processo pode contar com a participação direta dos membros da entidade em maior ou menor nível. No caso de entidades com maior número de membros, a gestão é atribuída a comissão própria, equipe técnica ou equipe com apoio de entidades parceiras. Assim, os critérios deveriam ser conhecidos por todos os membros da entidade ou comunidade ou explícitos de alguma forma no “Regimento Interno”, em folder ou em página eletrônica.

Há ainda outros aspectos da gestão, que se referem à “prestação de contas” dos recursos do FRS e destinam-se a basicamente dois âmbitos: a) para a comunidade ou a “base” da entidade (exemplo: os filiados do sindicato, os fiéis da igreja etc.); b) para as “fontes externas” de recursos, ou seja, entidades financiadoras, organizações sociais, órgãos de governo¹⁸.

Como síntese dessas diversas concepções e formas assumidas, classificou-se para esta pesquisa em dois conjuntos: os Fundos Rotativos Solidários Comunitários (ou de Base) e os Fundos Rotativos Solidários de Fomento¹⁹ (CAMP, 2015a, p.41-45 - uma síntese dessas diferenças se encontra no Quadro 1):

a) Fundos Rotativos Solidários de **Fomento**: a principal característica é apresentar uma gestão hierárquica ou heterogestionária. Esta acontece através da direção da entidade ou um conselho gestor ou comissão técnica, ou seja, um grupo representativo dos membros da entidade, de maneira geral. Contribui para isto, entre outros aspectos, o tipo de entidade gestora com nível de formalização maior. E também sua atuação de modo geral tem uma abrangência geográfica mais ampla²⁰ (de nível intermunicipal, estadual ou regional) como as entidades religiosas, entidade de assessoria técnica, sindicatos e cooperativas.

Funcionam do seguinte modo

esta entidade estabelece critérios a fim de selecionar os projetos e grupos que serão beneficiados pelos recursos. [...] Os recursos são **repassados** para fomentar projetos produtivos sociais da sociedade civil, como comunidades,

¹⁸ Tais aspectos serão abordados no capítulo 6 deste trabalho em seção especial.

¹⁹ De acordo com publicações da Cáritas Brasileira (Cf. FUNDOS, 2015) e do CAMP (CARTILHA, 2012; CAMP, 2015a) feitas após este levantamento, são especificados a partir desses dois tipos: FRS de Fomento e FRS comunitários.

²⁰ No Mapeamento foram denominadas escala *Territorial* quando um FRS que envolve geograficamente vários municípios e *Regional* referindo-se a vários estados (unidades da federação).

iniciativas de economia solidária, fundos rotativos solidários ou projetos de luta por direitos. E os recursos que compõem este tipo de Fundos são **captados** de doações da sociedade, da cooperação internacional ou de convênios e patrocínios públicos ou privados (CARTILHA, 2012, p. 19, grifos nossos).

b) Fundos Rotativos Solidários **comunitários (de base)**: apresentam como característica principal a autogestão conforme descrição abaixo.

os recursos são **captados** pelos próprios membros/sócios/participantes/contribuintes da entidade gestora. Nesse caso os membros e usuários [prestamistas] são as mesmas pessoas. Os recursos são investidos em projetos produtivos, empreendimentos de Economia Solidária, infraestrutura comunitária ou familiar, selecionados pelos participantes. Estes recursos são devolvidos para os FRS (CARTILHA, 2012, p. 11, grifos do autor)

Ao relacionar os FRS comunitários e de fomento em dois conjuntos básicos, apresenta-se uma diferenciação das formas de funcionamento entre ambos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Características principais dos FRS Comunitários e FRS de Fomento

Aspecto Considerado	FRS Comunitários	FRS Fomento
1. Fontes de recursos:	<i>Contribuição dos participantes ou sócios (interna/próprios).</i>	<i>De ONGs, órgãos do Estado, cooperação internacional (Externos).</i>
2. Devoluções:	<i>Em dinheiro, sementes, animais ou produtos.</i>	<i>Em dinheiro, produtos ou “solidária”.</i>
3. Destino dos empréstimos:	<i>Atividades econômicas e sociais (coletivas ou familiares) dos participantes.</i>	<i>Atividades econômicas dos empreendimentos, economia Solidária ou projetos comunitários (coletivos)</i>
4. Gestão:		
Definição critérios e regras de funcionamento	<i>Pelos participantes/ sócios.</i>	<i>Pela direção da entidade, conselho gestor ou comissão técnica</i>

Análise e aprovação dos projetos:	<i>Pelos participantes/sócios.</i>	<i>Conselho gestor e/ou direção da entidade e comissão técnica</i>
Acompanhamento dos projetos após aprovação	<i>Pelos participantes/sócios.</i>	<i>Conselho gestor e/ou direção da entidade e comissão técnica</i>
Composição do Conselho Gestor	<i>Pela associação (entidade gestora).</i>	<i>Pela direção da entidade (delegação ou eleição).</i>
Entidade gestora	<i>Associação comunitária ou grupo informal, cooperativa.</i>	<i>Sindicato, Igreja, movimento social, ONG, cooperativa.</i>
5.Aspectos complementares:		
Abrangência geográfica de ação	<i>Local (comunidade ou bairro)</i>	<i>Municipal Territorial, (Intermunicipal), estadual, regional (vários estados), nacional.</i>
Prestação de Contas (quem faz):	<i>Participantes/sócios.</i>	<i>Conselho gestor e/ou direção da entidade.</i>
Prestação de Contas (para quem):	<i>Para a comunidade, sócios ou participantes.</i>	<i>Para as entidades financiadoras (fontes) e/ou para a entidade.</i>
Socialização das Informações (de Critérios, funcionamento):	<i>Os usuários com maior acesso às informações.</i>	<i>Os usuários com menos acesso às informações.</i>
Modelos de gestão	Autogestão	Hierárquica (heterogestão)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento (2011-2013)

O que viemos explicitando são aspectos descritivos do funcionamento operacional e estrutural dos FRS, mas é possível compreender os Fundos desde um estudo dos processos históricos. Os fatores que influenciaram o seu surgimento são múltiplos que vão desde experiências de microfinanças, à economia solidária, as lutas pela ampliação de direitos dos movimentos sociais entre tantos outros que serão discutidos ao longo desta pesquisa. No entanto, e de modo geral, pode-se inicialmente pontuar que os Fundos Solidários suas origens no Nordeste brasileiro a partir principalmente das pastorais sociais da Igreja Católica. Uma das causas mais remotas deste processo estaria na influência exercida pela renovação da Igreja Católica desde o Concílio

Vaticano II (1962-1964), na Conferência Latino-americana de Puebla (1979) que reforçou uma “opção preferencial pelos pobres”, inspirada na própria teologia da libertação²¹, ou seja, de tendências no interior da igreja que estimulam os cristãos leigos a se organizarem em comunidades eclesiais de base e a assumirem práticas de libertação dos oprimidos (Cf. BETTO, 1981, p.16-22; LÖWI, 2000, p. 10-23).

Um marco fundamental das várias origens históricas dos FRS foi o Seminário “Homem e a Seca”, promovido pelas dioceses do Nordeste em 1981. Desse encontro surgem os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), cujos objetivos também eram evitar o êxodo rural e maior empobrecimento dos camponeses nordestinos vitimados pelas secas. Foram constituídos Fundos que consistiam em empréstimos de pequenos valores para agricultores adquirirem algumas máquinas, equipamentos, sementes, insumos ou animais para o processo produtivo. Esses Fundos ainda não eram chamados de rotativos e nem solidários e sua gestão é confiada às Cáritas como meio mais eficaz de gestão. Os recursos financeiros são provenientes de ONGs internacionais, principalmente aquelas de caráter religioso²², que incentivaram a sua constituição. (CNBB, 2006, p. 51; SOUZA, 2013, p.52-55; p.98-113)

Esses Fundos (de PACs) se tornaram uma fonte importante para a realização de pequenos projetos fortalecendo organizações coletivas de produção e consumo, desde cooperativas populares chegando ao que hoje são conhecidos como Empreendimentos de Economia Solidária. As razões de tal crescimento dos “Fundos de apoio aos PACs”, conforme Souza (2013, p.98-102) e Bertucci; Silva (2003, p. 13-20) se deve aos seguintes fatores: os juros mais baixos do que os praticados no sistema bancário; a devolução dos recursos não baseada nos princípios tradicionais do crédito; a devolução dos recursos em produtos, animais ou sementes, principalmente no período de inflação elevada; o mínimo de exigências legais para acessar o empréstimo; entre outros. Há autores inclusive que apontam as cooperativas de crédito solidário (ou grande parte delas) iniciaram a partir dessas experiências dos FRS (BÚRIGO,

²¹ Cf. DACOREGIO (2010, pp. 105-106) e SOUZA (2013, p.63-76).

²² No caso das ONGs Católicas como *Misereor*, *Adveniat*, Missão Central (Alemanha), *Secour Catholique* (França), CEI (Itália), CRS (EUA) e Cáritas europeias, para citar algumas, também sob a influência de renovação Concílio Vaticano II e um conjunto de encíclicas sociais se propõe a praticar a solidariedade aos países do terceiro mundo. Anteriormente, o Papa Paulo VI lança a encíclica *Populorum Progressio*, incentivando a “solidariedade internacional para a busca da Paz e desenvolvimento”.

2010, p. 92; ASSESSOAR, 2017, p.2-6). Considerando que até a década de 1990 não havia políticas públicas ou programas de financiamento específicos para a agricultura familiar (como o Pronaf) e que, de certo modo, esses Fundos demonstraram que tais agricultores tinham capacidade de gerenciar e aplicar o crédito, em que pese as dificuldades específicas do setor agrícola.

Assim, os PACs contribuíram para o surgimento da Economia Solidária no Brasil, bem como as empresas autogestionárias (ou “empresas recuperadas”), as cooperativas da reforma agrária e as associações de agricultores familiares entre outras experiências seminais (SINGER, 2002; FARIA, 2011). Por causa dessa relação, o tema FRS esteve presente nos debates e encontros do movimento de Economia Solidária, e nas três Conferências Nacionais de Economia Solidária (Cf. BRASIL, 2006b; 2010; 2015), enquanto possibilidades de crédito alternativo e, ademais, foram incluídos em alguns Programas e projetos da SENAES. Esse processo está na base da construção de um sistema de finanças próprio para atender às demandas dos empreendimentos solidários, principalmente o crédito, e de um sistema alternativo de finanças gerido pelos mais excluídos que se convencionou denominar de Finanças Solidárias.

Finanças Solidárias é um conceito ainda em construção e que, do ponto de vista político, se aproxima do movimento social e popular em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Tudo indica que o termo apareceu na Europa nos anos 1980, época que marcava o fim do ciclo de crescimento econômico acelerado que a região vivera desde 1950 especialmente na França e, depois, em outros países, como no Canadá (particularmente em Quebec). As Finanças Solidárias foram um tipo de resposta original dada pela sociedade civil no momento em que emergiam os fenômenos da exclusão social e de pobreza extrema.

Do ponto de vista teórico, o conceito Finanças Solidárias vinha sendo discutido há mais tempo, desde os anos de 1990, quando várias correntes teóricas europeias discutem o papel das finanças no desenvolvimento e os impactos dos programas de fomento ao mutualismo desenvolvidos por órgãos governamentais e não governamentais. “Em parte dessas pesquisas se emprega como referencial teórico para analisar e explicar as potencialidades das experiências financeiras locais a ideia das finanças solidárias” (BURIGO, 2006, p. 39).

No Brasil, as Finanças Solidárias começam a ser compreendidas como estratégias para enfrentar a falta de crédito no sistema financeiro para empreendimentos coletivos, iniciativas de microcrédito, bancos do povo e fundos rotativos, em outras palavras, surgem no bojo das diversas

iniciativas Economia Solidária. É possível identificar esse tema no Encontro do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em São Paulo, dezembro de 2002²³. Posteriormente, aparece nas três Conferências Nacionais da Economia Solidária com um significado prático é mais delimitado. Desde 2003, no início das ações governamentais e do movimento social da economia solidária²⁴ começam a fazer parte da construção de políticas públicas de Finanças Solidárias, mas a delimitação mais clara se dá na I Conferência Temática de Finanças Solidárias e Crédito. Essa Conferência aconteceu em Fortaleza (CE), nos dias 03 a 05 de maio de 2010. A partir desse momento, as Finanças Solidárias no Brasil concretamente passam a referir-se basicamente a FRS, Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), Cooperativas de Crédito Solidário²⁵ (CCS) e clubes de troca²⁶ (usando “moedas sociais”), que participaram desses eventos. A “aproximação e articulação entre estas diferentes iniciativas, começou em 2010 com a criação de um Programa Nacional de Finanças Solidárias pela SENAES” (BRAZ; FAZIO, 2016, p.14)

Assim, Finanças Solidárias é um termo que procura se distanciar das experiências e programas conhecidos por microfinanças e/ou microcrédito, os últimos, entendidos comumente como a oferta de serviços financeiros para a população de baixa renda e/ou excluída do sistema financeiro tradicional. Embora também adotem essa premissa, de maneira geral, as Finanças Solidárias referem-se a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o próprio sistema financeiro,

²³ Sobre as origens anteriores a este período do termo Economia Solidária nos principais autores no Brasil América Latina e França uma síntese fundamental encontra-se em Correa (2014, p.85-97)

²⁴ As reflexões mais importantes do movimento de Economia Solidária estão nos documentos das cinco Plenárias realizadas desde 2000.

²⁵ Integradas no “sistema Cresol”, integrado na Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol). “Em 2016 (...) a Confesol tornou-se Cresol Confederação. Esta mudança alinhou-se à comemoração dos 20 anos da Cresol (...) Atualmente, a Cresol Confederação representa as Centrais de Crédito: Cresol Baser, sediada em Francisco Beltrão (PR); Cresol Central SC/RS, sediada em Chapecó (SC); Cresol Sicoper, sediada em Passo Fundo (RS); e ASCOOB, sediada em Serrinha (BA). Sua sede e área técnica estão localizadas em Florianópolis (SC), contando também com um escritório em Brasília (DF)”. (Cf. informações em <<http://www.cresolconfederacao.com.br/>> Acesso em: 09 abril 2018)

²⁶ Soares (2006) apresenta um debate teórico sobre dinheiro e uso das moedas sociais por Clubes de Troca, no Brasil.

fazendo com que as finanças operem a serviço de necessidades coletivas e grupos sociais menos favorecidos. Essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais (COELHO, 2003, p.153; MUÑOZ, 2009, p. 208; SABATÉ; MUNOZ; OZOMEK, 2005, p.16).

A noção de “assistir à pobreza através do crédito”, está presente em vários programas governamentais em diversos países do mundo entre 1950 e 1980. Esse papel passa a ser assumido pelas ONGs com o objetivo de aliviar a pobreza mediante a provisão de pequenas somas de dinheiro, para pessoas de baixa renda para ampliar e desenvolver empreendimentos (Exemplo do Banco *Grameen*). Atualmente existe uma ampla gama de serviços financeiros especificamente desenvolvidos para a população de menores recursos. As microfinanças surgem como “resposta possível à existência de mercados financeiros incompletos mediante a prestação de serviços financeiros dirigidos a projetos ou microemprendimentos que estão excluídos do sistema bancário formal” (OZOMEK, 2007, p.193-194).

Ao contrário do que comumente se imagina e devido a poucas abordagens nas teorias econômicas clássicas, os setores empobrecidos desenvolvem, mesmo com pequenas quantias, assíduas e criativas fórmulas de autoajuda e de trocas econômicas e monetárias (Cf. RUTHERFORD, 2002). A vida financeira das populações de baixa renda se alimenta de uma gama de experiências, como fundos rotativos, caixinhas, clubes de trocas, seguros grupais etc. Não obstante sua intensidade e grau de racionalidade, a maioria dos atos financeiros dos pobres se processa em “mercados imperfeitos”, que muitas vezes funcionam sem qualquer enquadramento legal e acompanhamento técnico. (BÚRIGO; 2010, p. 134). “Há também um círculo vicioso em que a falta de crédito não melhora a qualidade de vida das comunidades carentes que, dessa forma, não conseguem oferecer garantias tradicionais ao sistema financeiro” (COSTA; SILVA apud FREIRE, 2013, p.51)

Por um outro viés, os pobres podem entender e praticar o uso do dinheiro de maneira diferente do que abordam as teorias monetárias que predominam no sistema financeiro. Segundo Zelizer (2011, 13-42) há uma *marcação social do dinheiro* própria dos pobres. Por exemplo, o dinheiro adquire um “valor simbólico” diferenciado quando se destina para comprar alimentos às crianças de quando é usado para adquirir bens supérfluos. De acordo com Abramovay (2003, p. 22, grifos do autor), “a vida financeira das famílias deve ser encarada sob o ângulo de suas ligações sociais: cada operação exprime vínculos, que podem ser de

igualdade, de subordinação, de hierarquia, de cooperação, de exploração, mas que de forma impressionante, revelam o amplo domínio da reciprocidade nas sociedades contemporâneas”.

Nesse sentido, infere-se que não só as famílias, mas as empresas, igrejas, ONGs e outras organizações podem “marcar socialmente” o dinheiro destinando alguma parcela para desenvolver “projetos sociais” ou práticas de “solidariedade”. Nesse contexto os FRS podem ser inseridos, atribuindo novos significados sociais ao dinheiro como instrumento de superação da pobreza: uma solidariedade que fomenta atividades econômicas.

Em torno do conceito de solidariedade, convém apresentar alguns pontos a fim de evitar confusões sobre o objeto específico deste trabalho. Reconhecidamente há inúmeras iniciativas que mobilizam recursos na sociedade sob o conceito de “solidariedade” e que organizam fundos provisórios para socorros emergenciais ou campanhas de ajuda com prazos maiores de vigência. Há, por exemplo, entidades beneficentes ou de empresas privadas (atribuídas às práticas de “Responsabilidade Social”) que promovem determinadas campanhas apelando para “sentimentos” solidários da população²⁷. Tampouco se confunde com “fundos humanitários, de formas indiretas de beneficência ou caridade” (SABATÉ; MUÑOZ; OZOMEK, 2005, p. 50). E menos ainda, não são os “Fundos” de cooperativas, muitas vezes previstos em seus estatutos, denominados de “Fundo solidário de desenvolvimento cooperativo” ou “Fundo de reserva” como prevê a legislação brasileira atual²⁸ e que, por sua vez, têm uma finalidade específica que é ajudar na formação e educação dos cooperados ou oferecer proteção nos momentos de maiores necessidades da cooperativa. FRS, aqui, não trata dessas realidades que acabamos de descrever e, sim, apresentam em princípio outras finalidades e funções sociais distintas e específicas, como veremos ao desenrolar do presente trabalho.

²⁷ A exemplo do programa “Criança e Esperança” da Rede Globo de Televisão que, com forte apelo a sociedade brasileira, angaria volumosos recursos para projetos sociais destinados a crianças e adolescentes.

²⁸ A lei do cooperativismo (n. 5764/1971) prevê, no art 4º VIII e 28º, que as cooperativas devem “ter um fundo indivisível de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social” e prevê também que “além dos previstos neste artigo (28º), a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, **inclusive rotativos**, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação” (grifo nosso)

Enfim, quando Finanças Solidárias são entendidas enquanto experiências de microfinanças e microcrédito, pode passar despercebido o antagonismo mais de fundo e as suas diferenças, que são os elementos de classe social e/ou sua orientação ideológica e política, como será tratado adiante: o paradigma liberal e o paradigma solidário (Seção 3.3). Outro aspecto que diferencia as Finanças solidárias é o fato de que integram o movimento da Economia Solidária e são tipificadas experiências denominadas Empreendimentos (CORRÊA, 2014, p.85-97).

Atualmente o campo conceitual e prático da Economia Solidária no Brasil é bastante diverso e amplo, conforme retrata a Figura 2, o que também revelado no Atlas da Economia Solidária em 2005. Brevemente, “Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito [finanças] – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2006a, p.11).

De um modo geral, há a seguinte diferenciação conceitual entre Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e Entidades de Apoio Assessoria e Fomento (EAFs): os empreendimentos são organizações “coletivas-organizações supra-familiares, singulares e complexas cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades como alocação de recursos, com diversos graus de formalização [...]” (BRASIL, 2006a, p.13). As EAFs, por sua vez, são aquelas organizações que “desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos e solidários tais como: assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento” (BRASIL, 2006a, p.13).

Figura 2 - O Campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Brasil (2006a, p.14). Nome das entidades (Cf. Lista de siglas)

Para fortalecer estas experiências, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) “no decorrer dos acontecimentos do I Fórum Social Mundial em 2001. Na primeira reunião do FBES, realizada em 2002, foram criados 18 Fóruns estaduais. Hoje são 160 Fóruns distribuídos nos Municípios, Microrregiões e Estados” (BARRETO, 2017, p. 18) E desde o início organiza-se nos três segmentos: EES, EAFs e os gestores públicos (representantes das instâncias governamentais).

Com a criação da SENAES em 2003, uma das primeiras necessidades para organização dos programas governamentais foi conhecer e mensurar o conjunto de empreendimentos, entidades e empreendimentos envolvidos na Economia Solidária. O primeiro mapeamento, realizado entre 2005-2007, registrou em sua primeira etapa cerca de 15 mil EES. Uma nova coleta em 2007 chegou ao número de 21.859 EES. O segundo mapeamento foi realizado entre 2009-2013, gerou uma base de dados (no SIES) com 19.708 EES e 1.423.631 sócios. É importante destacar que 50% dos EES foram iniciados em 2005. A forma “associação” representa 60% dos números e a forma “cooperativa”, 8,8%. Na agricultura estão 55% e no artesanato, 18%. Um total de 56% constituído por homens e de 43% por mulheres e, ainda, 70% são formalizados e 30,5% são informais.

Os dados sobre os empreendimentos (EES) por regiões mostram que no Nordeste estão 41% (3.531) dos EES e 37% dos sócios, sendo que 72,2% localizam-se na área rural. No Sudeste, há 16 %, com 8% dos sócios. No Centro-Oeste, 10% e 8% dos sócios. Na região Sul, 17% e 27 % dos sócios. Finalmente, no Norte estão 16% e 20% dos sócios. Nas áreas de atuação tem-se: na produção 56%; consumo, 20%; comercialização 13%, prestação de serviços 6%; poupança, crédito ou finanças solidárias 1,7%; e trocas 2%.

Recentemente “foram identificados 21.859 empreendimentos econômicos solidários em 2 933 municípios do Brasil (53% deles) sendo 690 EES, em 175 municípios de SC” (BRASIL, 2009, p.27). E no Brasil são 2.084 cooperativas que se identificam também como EES alternativa ou autêntica.

Os fóruns de Economia Solidária (regionais, estaduais e o brasileiro) foram constituídos desde 2003, inicialmente inseridos na articulação e proposta das edições do Fórum Social Mundial: “outro mundo é possível”. Os fóruns de Economia Solidária não possuem uma formalização jurídica, nem se organizam como Federação (modelo do cooperativismo convencional brasileiro), mas desempenham um papel de incidência política: visando construir um espaço sociopolítico para elaboração das pautas de reivindicações, de controle social dos programas

governamentais e de articulação entre os EES, EAFs e gestores públicos ligados a programas governamentais afinados com os objetivos de “outra economia”.

Simultaneamente ao movimento, contribuíram nesse processo as empresas recuperadas pelos trabalhadores, criando a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), em 1994 (FARIA, 2011, p.17 e p.398-420). Além deste, a trajetória de um cooperativismo alternativo e popular, convém destacar que não foram somente através dos fóruns as maneiras de agregar politicamente estas experiências. Por exemplo, uma primeira tentativa de criar uma “central” (federação) dos empreendimentos solidários partiu do movimento sindical, principalmente no ABC paulista: a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil), em 2000. Mais tarde, foi criada em junho de 2005 a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Desse “novo cooperativismo, uma aglutinação destas funda-se a Unicopas recentemente:

Dirigentes da Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil) definiram em conjunto o Conselho Diretor e o Estatuto da Unicopas no último dia 30/01/2014, em reunião histórica realizada em Brasília-DF. As três grandes organizações nacionais do cooperativismo [...] reunidas em torno do objetivo de lutar pela concepção do cooperativismo solidário no Brasil e do desafio de representar nacionalmente cooperados de agricultura familiar e economia solidária.²⁹

No movimento da Economia Solidária, a questão do crédito estava presente nos debates desde 2003, como um item fundamental na pauta de reivindicações para a sustentabilidade dos EES. Esse primeiro mapeamento revelou as dificuldades enfrentadas “constata-se que 72% dos EES afirmaram ter dificuldades de comercialização, 56% para acesso ao crédito, e 28% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou

²⁹ Disponível em: <<http://cirandas.net/unicafes/unicafes/unicopas-nasce-para-fortalecer-o-cooperativismo-solidario>>. Acesso em: 02 mar. 2014

assistência técnica” (BRASIL, 2006a, p. 50). Em parte, reivindicam políticas de crédito junto ao Estado e, em parte, a Economia Solidária buscou criar alternativas a essa falta de crédito, desenvolvendo as várias iniciativas de Finanças solidárias, sendo que elas vão além da oferta de serviços creditícios.

Deste processo percebe-se que subjaz, nessas alternativas criadas pelas classes populares ou excluídos socialmente, através de uma solidariedade como meio da emancipação. O ponto de partida para compreender a emancipação, conceito que aportamos da ciência política, aliada à realidade de finanças, baseia-se em Marx, na obra “Sobre a Questão Judaica”, na qual a emancipação humana é vista como uma sociabilidade do indivíduo, que difere da emancipação política. Esta última está circunscrita ainda nos moldes da sociedade burguesa, na qual o indivíduo se apresenta como “guardião do dinheiro, da mercadoria” e o Estado protetor da propriedade privada do indivíduo.

Em Cattani (2003, p. 130) complementa-se que a emancipação “designa o processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais”.

Partindo da noção de “marcação social do dinheiro” e a emancipação no caso dos FRS, deriva que, na sua base social – constituída de diversidade de organizações sociais – a solidariedade apresenta-se como um “aumento” de relações menos competitivas. Esse aumento do “grau de solidariedade”, imensurável quantitativamente, adquire várias interpretações que vão desde o tradicional assistencialismo, na forma de esmola ou caridade, às novas relações e significados. Perpassando, portanto, o fomento às iniciativas de geração de renda (papel do crédito), mas ampliando para a conquista e garantia de direitos sociais numa perspectiva de emancipatória.

Finanças baseadas em relações sociais e econômicas não-capitalistas são amplamente discutidas nas ciências sociais. Como apresentam as teorias econômicas liberais, no qual a vida se torna mercantilizada e onde tudo é passível de compra e venda³⁰ intermediada pelo dinheiro em um sistema de mercado capitalista, conforme Marx, em “O Capital”. Também as formas não-capitalistas de dinheiro, no caso de Weber (2012, p. 60),

quando alguém ajuda um “camponês com sementes de cereais estipulando com ele um determinado

³⁰ Em parte essas discussões serão abordadas no capítulo seguinte.

acrécimo ao devolvê-las, ou quando a mesma coisa ocorre com dinheiro que uma gestão patrimonial necessita e outra pode dar, não é conveniente denominar este processo como “capitalista”.

Para contribuir nestas discussões, busca-se fundamentos teóricos, por exemplo, no “Ensaio sobre a Dádiva”, de Marcel Mauss que contribui para uma compreensão da economia mercantil anterior ao capitalismo, cujas trocas não são determinadas por valores monetários, mas pelas relações que sustentavam as sociedades tribais da Polinésia e do noroeste americano, numa tríplice obrigação: “dar, receber e retribuir”. Acrescenta-se a contribuição de Polanyi, um dos autores críticos dos pressupostos do liberalismo clássico, como o mercado autorregulável. Sua contribuição está em demonstrar que o mercado não é capitalista por natureza, existindo inclusive no mundo ocidental até a Idade Média. Nesse sentido, se dá a partir de três princípios: o da reciprocidade, redistribuição e troca. Nesse último ponto, a troca, estariam inseridas as relações mercantis. Enfim, o argumento é de que não são todas as realidades sociais regidas unicamente pelo “princípio da troca” capitalista. Esses aportes teóricos subjazem este trabalho a fim de aprofundar teoricamente o significado, presente nas Finanças, Fundos Rotativos e também de outras iniciativas que compõe a Economia Solidária, embora não aprofundadas aqui.

Evidentemente, a solidariedade é um tema polissêmico abordado inclusive nas ciências sociais de diversos modos. De acordo com Laville (2009, p. 310) há uma “solidariedade filantrópica, remetendo à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente. A segunda forma, como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas”, sendo esta segunda a mais importante para este trabalho.

Ainda sob o ponto de vista das bases teóricas e acadêmicas, no Brasil, apesar dos FRS existirem há mais de trinta anos, é possível ainda hoje identificar uma realtiva escassez de pesquisas e abordagens teóricas relativas à temática, embora seja um tema emergente em trabalhos teóricos e artigos mais recentes.

Metodologicamente a principal fonte para este trabalho foram os dados do Mapeamento, e outras fontes foram consultadas principalmente no mundo acadêmico. Entre as teses no Brasil³¹ destaca-se o trabalho de

³¹ Cf. pesquisa no Portal da Capes de teses e dissertações. Página: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>> Acesso em 4 jan, 2017.

Oliveira (2011), que identifica um Fundo Rotativo Solidário como um dos instrumentos fundamentais que contribuiu nas transformações sociais e tecnológicas ocorridas na comunidade rural Mandacaru, em Soledade (PB). Outro trabalho de destaque³², embora não seja diretamente sobre os FRS, é de Sabourin (2009) que situa o sistema de fundos solidários como manejo de recursos comuns e advoga sua importância para a construção de cisternas familiares e crédito mútuo.

Quanto às dissertações salienta-se a de Silva (2015) sob o título “Apicultura e Fundos Rotativos Solidários: Possibilidades em Direção ao Desenvolvimento Territorial Sustentável?”. O autor pesquisou sobre o tema nos assentamentos Tambaba e Nova Vida, no município de Conde (PB). Os apicultores receberam recursos do “Programa de Apoio a FRS” e conseguiram adquirir os equipamentos necessários para a produção de mel e própolis. Conclui Silva (2015, p. 106) que no assentamento Nova Vida

a política dos FRS, quando gerenciada a partir de uma solidariedade, no caso apícola, puderam-se verificar possibilidades de desenvolvimento territorial local, sejam estes através da comercialização, sejam através do consumo próprio da localidade, e que isso faz gerar renda, incremento econômico para o agricultor do Litoral Sul da Paraíba.

Porém, no outro assentamento, em Tambaba (Conde-PB), “encontrou-se a apicultura funcionando [somente com] a venda de mel e própolis, mas a Cooperativa estava completamente na inércia, subsistindo apenas no papel”. E relacionando com economia capitalista o autor aponta que “não se pode dizer que a economia solidária é uma ilusão, tendo em vista o exemplo da COOPERVIDA, citado acima, que teve bons resultados, no que tange ao econômico e social” (SILVA, 2015, p.107).

Outro trabalho é de Fulgêncio (2014), denominado “Os Laços Sociais, Reciprocidade e Solidariedade na Agrovila Lagoa do Jogo – Remígio/PB: Um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários”. Essa autora utiliza os conceitos de reciprocidade, solidariedade, cooperação e capital social como pilares teóricos para sustentar sua análise. Fulgêncio (2014, p.117) pressupõe que a manutenção de um FRS depende de princípios como cooperação e confiança, e sua conclusão não é positiva, pois

³² Uma obra baseada na tese de doutorado do autor.

na agrovila Lagoa do Jogo [...] a falta de confiança gerada pela falta de compromisso dos agricultores minimizou o ritmo do FRS na agrovila. O rompimento das noções constitutivas do FRS quebra a lógica do *receber e retribuir* encontrada na rotatividade do arranjo social, nesse sentido os participantes estão recebendo, mas não estão retribuindo a contribuição para a poupança dos fundos. (grifos do autor)

Fulgêncio propõe como solução a mediação constante de entidades sociais “externas” à comunidade para reforçar os laços sociais de reciprocidade e confiança perdidos ou esquecidos, operada através de acompanhamento e reuniões constantes.

Acrescenta-se, ainda, a dissertação de Ferreira (2013), cujo título é “Fundos Rotativos Solidários para o Trabalho Associado no Contexto da Reestruturação Produtiva da Década de 1990: A Experiência de Codó (MA)” e que analisa os FRS a partir do conceito de “trabalho associado” e das mudanças no mundo do trabalho pela reestruturação produtiva naquela década. Seu principal objetivo foi o de analisar as possibilidades do papel impulsionador, enquanto crédito alternativo, na dinâmica dos grupos de trabalho associado. Avaliou o papel dos Fundos Rotativos Solidários na dinâmica de crescimento e sustentabilidade dos grupos quanto à geração de emprego e renda. Sua contribuição para esta tese está no fato de que se aproxima indiretamente do que se pretende discutir a questão da emancipação (FERREIRA, 2013, p.60)

Essa proposta [*dos FRS e outros empreendimentos da Economia Solidária*], no entanto, tem se efetivado como experiências pontuais e impacto modesto, do ponto de vista econômico, como em Codó (MA). e demanda um nível de investimento público maior e sistemático, para que consiga se ampliar de forma mais significativa e aponta, para a disputa das prioridades da política pública. Enfrenta, também, o **desafio da representatividade coerente no espaço institucional**, considerando a existência dos **interesses representativos capitalistas** nas instâncias políticas deliberativas, **junto ao Estado**, como é o caso dos conselhos, das secretarias estaduais e secretaria nacional de economia solidária. (grifos nossos)

Ainda no que tange à questão da “emancipação política”, nos moldes do estado burguês, Ferreira (2013, p. 61), aborda como as ações governamentais de economia solidária apresentam um dilema para o segmento dos trabalhadores organizados: “o Estado burguês norteia-se juridicamente, como defensor da democracia e dos direitos universais, mas na prática os mecanismos estruturais diferenciam o acesso a tais direitos: educação, saúde, moradia, lazer ou crédito.” As conclusões principais de Ferreira (2013, p.118) apontam que, apesar da distância entre as propostas governamentais (mesmo incipientes), os FRS podem ser impulsores de grupos de trabalho associado, como ocorrido pelo desemprego consequente da reestruturação produtiva da década de 1990. Entre os desafios apresentados estão que,

os FRS podem se **expandir, ampliando a organização dos trabalhadores**, em geral, a partir da formação de redes locais e, inclusive internacionais, do ponto de vista da organização classista e dos princípios definidos pelo movimento [...] [*Mas por outro lado*] a viabilidade dos fundos rotativos solidários, como instrumentos impulsores e fortalecedores da lógica produtiva solidária, **depende, também, do nível de investimento direto realizado pelo Estado**, porque sua sustentabilidade e ampliação demandam novas inversões, que não são suficientes apenas com a poupança dos associados, haja vista sua renda baixa. (grifos nossos)

Recentemente a dissertação de Barreto (2017) apresenta uma importante análise sobre a construção da política de Finanças Solidárias na Bahia, e como se deu a interação entre os diversos atores e segmentos. Dentre as diversas conclusões, a autora aponta que sua pesquisa identificou que:

(i) durante os anos 2007/2011, os fundos rotativos solidários ascenderam na pauta dos governos federal e estadual, garantido recursos financeiros e participação na elaboração de ações políticas para seu segmento; (ii) as coalizões de fundos, bancos e cooperativas [...] se deu mediante impulso do governo estadual, no momento em que é criado o GT de finanças. [...] iv) no momento em que o ator estatal reúne os três segmentos numa arena comum, ocorrem dois fatos: uma organização da agenda sob

a perspectiva da Secretaria Estadual de Economia Solidária, [...] passa a dialogar com todos simultaneamente aumentando seu poder de proposição; ao mesmo tempo em que permite uma verticalização da construção da política

Além desses trabalhos, elenca-se outros, principalemtn e artigos que, ao longo do trabalho, serão referenciados quando necessário. Com base nesses estudos será desenvolvida a compreensão teórica situando-na na relação com as finanças solidárias com avanços e limites em relação às concepções que embasam solidariedade num viés da emancipação social, política e humana.

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

As microfinanças constituem parte de uma estratégia de aproximar o sistema financeiro as camadas sociais com rendas inferiores, por meio de serviços específicos via inclusão financeira. Um dos desafios para a análise teórica dos FRS consiste em descobrir em que pontos se diferenciam das tantas outras iniciativas do âmbito das microfinanças e/ou microcrédito. Atualmente, o problema fundamental para a construção de modalidades circunscritas como “finanças solidárias” consiste no fato de que as atuais instituições de microfinanças foram subordinando-se gradativamente às regras do sistema bancário convencional e, acima de tudo, voltaram-se quase exclusivamente ao crédito tradicional, tendocomo público-alvo as microempresas ou microempreendedores individuais. Subjaz nesses moldes uma ideia de que os pobres podem tornar-se microempresários, ou “pequenos capitalistas”. Em outras palavras, se o “pobre” for “empreendedor” ou “inovador” estará saindo desua condição de pobreza ou desemprego, como apresentada principalmente nos meios de comunicação de massa ou órgãos empresariais, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Alia-se a esse fenômeno uma visão de que os pobres são bons “consumidores” de serviços e produtos mais baratos do sistema financeiro (como correspondentes bancários ou aplicativos em celulares etc.) ou, dito de outro modo, são algo como um novo “nicho de mercado” e não participantes ativos e corresponsáveis pelos recursos que geram ou possuem.

A partir disso, a questão que permeia esta pesquisa é a seguinte: em que medida se torna possível mobilizar finanças na perspectiva solidária de grupos sociais excluídos, sob o domínio de relações sociais, econômicas e políticas presentes no sistema financeiro capitalista, na

perspectiva que se propõem os FRS? E, complementando esta questão, quais os limites e contribuições que os FRS apresentam, sob ponto de vista teórico e prático, para a construção das Finanças Solidárias no Brasil superando a lógica microfinanceira atual? Responde-se a partir do pressuposto que os FRS apontam para práticas e compreensões que demonstram a capacidade que grupos excluídos social e financeiramente adquirem ao gerir suas finanças, no sentido de viabilizar suas atividades econômicas, transformando o caráter das finanças em um instrumento de melhoria de suas condições de vidas e de sua emancipação.

É interessante fazer uma discussão breve sobre o que se entende por inclusão social, visto que “há excluídos ‘na’ e os excluídos ‘da’ sociedade, e nela a questão da inclusão financeira. Ser excluído, é estar ‘fora do’ espaço (real ou simbólico) dos incluídos”, como descreve Bessone (2016, p.40). Segundo esta autora, “o paradoxo da noção de exclusão é precisamente que não há espaço homogêneo pré-dado mas que a produção da exclusão consiste em construir o espaço tal que certas pessoas são descartadas, pela invisibilização, pelo estatuto jurídico diferenciado ou pela reclusão”. Já a concepção de inclusão financeira se refere ao contexto específico em outro âmbito, com reflexos sociais:

O Banco Central iniciou processo de avaliação e estudos, visando ao aumento da oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda, considerado elemento fundamental para combate à desigualdade social do país. [...] Destacam-se, dentre outras ações, os mecanismos para bancarização – com aperfeiçoamento das normas relativas aos correspondentes e com adoção das contas simplificadas –, o aprimoramento das normas, a aproximação entre o Banco Central e as cooperativas de crédito e a implementação da figura da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM) (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009, p.19).

Antes de prosseguir, reconhece-se que na sociedade contemporânea as finanças (especialmente o dinheiro) e o crédito se tornaram mais complexos e se estruturaram tanto que exercem um papel hegemônico para possibilitar (ou não) os meios de subsistência e bens necessários para a vida social. Forma-se um setor que permeia todos os setores da vida econômica, social e política das nações. Denomina-se a esse processo, aliado a outros, de financeirização da sociedade. Também

como a “bancarização dos pobres”³³, que tem aspectos positivos quando essas inúmeras formas serviços e de crédito vão na direção de “democratizar” o sistema financeiro (COELHO, 2003) ou “popularizar” as finanças (CHESNAIS, 2005; CHUSSODOSKI, 1999; HARVEY, 2011; AMARO, 2011 entre outros).

Como apontam Abramovay (2004, p. 39-53) e Singer (2002, p.115-121), as experiências alternativas no campo financeiro, inseridas “territorialmente”, são influenciadas pelas finanças capitalistas e não estão imunes da reprodução das mesmas práticas capitalistas, pois as finanças não constituem um “setor fechado,” mas “permeado” (*embeddedness*) por muitos aspectos da vida social, econômica, política e cultural, cotidianamente³⁴. Por um lado, as finanças podem contribuir com um processo transformador da sociedade capitalista, emancipatório, embora não sejam a única forma para a melhorar a vida e desenvolver emancipação dos pobres (diferente do “empoderamento” pela via do aumento da renda monetária conforme apregoa as teses liberais). Assim, é a partir dos elementos ora apontados que situamos as balizas que guiam a análise do tema desta pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os FRS a partir de processos sociais e históricos e das suas características organizacionais, bem como de seus limites e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento das Finanças Solidárias, em uma perspectiva emancipatória de grupos socialmente excluídos.

³³ Segundo Wilson R. Levorato (In.: FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009, p. 175) “uma forma de medir por aproximação a bancarização num país é pelo conceito de acesso a serviços financeiros, ou seja, pelo percentual da população que utiliza os produtos oferecidos pelos bancos. Esses produtos podem ser conta corrente, cadernetas de poupança e linhas de crédito.” Apresenta que nas contas correntes, entre 2000 e 2008, houve aumento de 97,30%; e aumento do crédito de 25,5% do PIB para 40,00%.

³⁴ Por exemplo, o dinheiro dos FRS monetários é depositado numa conta bancária (no sistema convencional).

1.2.1 Objetivos Específicos

a) Discutir a construção teórica das Finanças Solidárias no Brasil com base em lógicas não capitalistas como a dádiva, a reciprocidade e a solidariedade em um processo de emancipação social e política, no horizonte mais amplo da “emancipação humana”.

b) Apontar elementos históricos e teóricos da construção de Finanças Solidárias a partir do protagonismo dos seus participantes, relacionando-os com as experiências de microfinanças e microcrédito, para além da estratégia de combate à pobreza e dos parâmetros convencionais da finança capitalista.

c) Identificar processos históricos e relações teóricas que fundamentam o surgimento e a constituição dos FRS no Brasil como parte integrante das estratégias das organizações populares para a superação da exclusão social tendo como protagonistas os diversos grupos sociais envolvidos.

e) Apresentar aspectos referentes ao funcionamento dos FRS discutindo sua tipificação e as categorias específicas que compõem as iniciativas de Finanças Solidárias, no sentido de uma compreensão conceitual e prática condizente com suas intencionalidades.

f) Elencar as principais conquistas e as maiores dificuldades apresentadas pelos FRS para a construção de Finanças Solidárias no contexto social, cultural e político da sociedade e do Estado no período mais recente no Brasil.

Para atender os objetivos este trabalho está dividido em sete capítulos. O primeiro capítulo compõe esta Introdução. O segundo, busca entender o termo solidariedade em alguns autores da sociologia, economia e antropologia, como a “Dádiva” em Mauss ou a análise de Polanyi com a discussão sobre a reciprocidade. Esses temas estão relacionados a uma perspectiva de entendimento das finanças não-capitalistas. E, por fim, complementa-se com o conceito de emancipação política e humana em Marx. As abordagens são fruto de um processo de pesquisa teórico nas próprias obras dos autores citados e em alguns de seus intérpretes, revisitando as referidas categorias de análise.

O terceiro capítulo discorre sobre a construção das Finanças Solidárias e seu significado social a partir de elementos teóricos, como a relação entre microfinanças, microcrédito e finanças solidárias. Nas duas últimas seções são interpelados alguns exemplos de políticas públicas voltadas para a construção de políticas de microfinanças e das finanças a partir da ação “do” ou “no” Estado. Com base em vários trabalhos acadêmicos, procura-se contextualizar o tema de finanças solidárias na

história e traçar alguns princípios gerais para compreensão do seu significado e suas diferenças em relação às finanças convencionais e às microfinanças.

No quarto capítulo, adentramos mais especificamente nos FRS apresentando uma trajetória histórica e uma conceituação do ponto de vista teórico. As informações apresentadas e os elementos para a discussão baseiam-se em pesquisas bibliográficas, relatórios e materiais publicados após os eventos mais importantes relacionados à temática.

Os capítulos seguintes apresentam discussões especificamente com os dados do Mapeamento. Os procedimentos metodológicos adotados são de pesquisa bibliográfica e documental, de dados secundários, além de acompanhamento e participação direta do autor em várias atividades, reuniões, encontros referentes ao tema. A base principal destes capítulos são os dados na “Plataforma virtual”, do Mapeamento do Projeto Fundos Solidários e os 539 Fundos nela cadastrados, dentre os quais serão examinados os 270 FRS selecionados conforme se mencionou anteriormente.

A partir disso, constitui-se o quinto capítulo, que versa sobre a base social dos FRS, no qual apresenta-se uma categorização por grupos sociais no Brasil. A maioria deles está situada nos ambientes rurais, composta pelos múltiplos grupos relacionados a agricultores familiares, incluindo assentados da Reforma Agrária, indígenas, quilombolas, etc. Outro destaque são os Fundos integrados por mulheres (em segundo lugar em números quantitativos). Depois, os que têm participação direta de jovens, na gestão. Vêm em seguida, os FRS articulados pelos Empreendimentos ou Fóruns de Economia Solidária e, por fim, os organizados pelas entidades de fomento à Economia Solidária. Este quinto capítulo foi elaborado prioritariamente pelo estudo da questão: “como surgiu o Fundo?” utilizada nas entrevistas do Mapeamento.

No sexto capítulo, apresenta-se os quatro aspectos organizacionais dos FRS, que já citamos aqui, cabendo reiterá-los: (i) quais entidades os financiaram (fontes); (ii) a forma como se deu a “devolução” (em dinheiro, com juros, com correção, com carência); (iii) por quem foram definidos os critérios de “empréstimo” ou repasses, quem selecionou e quem acompanhou os projetos (gestão); e, finalmente (iv) que tipos de atividades econômicas e que tipos de grupos sociais que utilizaram os recursos, a partir do recorte temporal, durante o ano de 2010

O sétimo capítulo apresenta uma síntese das principais conquistas e das dificuldades enfrentadas pelos Fundos considerando os depoimentos elencados pelos próprios entrevistados no Mapeamento. A sistematização foi dividida de acordo com critérios específicos desse trabalho por área de

atuação: rural e urbana e, em cada uma, são avaliadas conquistas e dificuldades: em relação às fontes, aos destinatários, à devolução, à gestão, à participação na construção de políticas públicas que tangem às demandas e, por fim, alguns pontos avaliativos mais gerais. Os dados inseridos e sistematizados respondiam à questão do Mapeamento: “Cite os cinco principais avanços dos Fundos e as cinco dificuldades mais graves”. Além disso, foi preciso revisar todas as respostas, visto que alguns desses pontos e outras dúvidas estavam melhores explicitados em respostas dadas a outras questões.

Finalmente, por se tratar também de uma pesquisa qualitativa utilizou-se de várias técnicas de coleta de dados, principalmente do acesso às informações dos dados do Mapeamento, além das publicações já realizadas pelas entidades que o executaram. Contribuiu sobremaneira a participação direta e observação participante do autor em reuniões do Comitê Gestor do Projeto Fundos Solidários/Região Sul³⁵ e na gestão e acompanhamento do Fundo Rotativo estadual dos Miniprojetos Alternativos (MPAs (de 1997 a 2015), bem como em outras atividades relacionadas, como em encontros, seminários, reuniões, feiras de economia solidária, entre outras relacionadas ao objeto desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica acompanhou todos os momentos deste trabalho, a partir de material já elaborado, constituído principalmente de teses, dissertações, livros e artigos científicos.

³⁵ Foram dois Projetos executados pelo Centro Multiprofissional de Apoio e Assessoria (CAMP), de Porto Alegre (RS), conveniado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e emprego, entre 2011 a 2017.

2. O MERCADO NA LÓGICA SOLIDÁRIA

Este capítulo trata da relação entre finanças e solidariedade sob o ponto de vista da teoria sociológica. Realidades que, na ciência econômica, são vistas como distintas e, por vezes, até antagônicas, relações estudadas inclusive em vários autores da sociologia clássica³⁶. Essa visão dualista aponta solidariedade como mero conjunto de práticas assistencialistas e caritativas realizadas por entidades sociais, religiosas; enquanto as finanças são concebidas como atividades tipicamente econômicas (como a produção, distribuição e consumo)³⁷, tendo-se que as Finanças se apresentam como uma lógica racional, técnica moderna e “avançada”. Nesse sentido, este capítulo objetiva explicar a solidariedade em autores sociológicos, deixando para o seguinte o aprofundamento do debate acerca das diferenças teórico-práticas entre “finanças solidárias” capitalistas.

Segundo Plasencia e Orzi (2007, p. 28-29), ao unir-se ao mercado, a solidariedade torna-se a característica fundamental dos **mercados solidários** (e, de forma análoga, das finanças solidárias), apresentando como traços específicos:

é um mercado em que seus participantes (compradores, vendedores, produtores, usuários, etc.) atuam com uma lógica que a busca das vantagens econômicas particulares se realiza no marco de considerações morais, [...] de modo que ninguém se sinta afetado nas condições de reprodução da vida de todo.

³⁶ Weber fala que princípios éticos e solidários não se coadunam com o cálculo e os negócios. Há diversas formas de regulamentar um mercado: pela lei, pela tradição, pela convenção ou de forma voluntária (por meio de cartéis de preços). Os interesses são impessoais no mercado e não se leva em conta a pessoa, importa o que está sendo trocado. Não é um ultraje aos sistemas religiosos e éticos apenas por transgredir as regras das pessoas se relacionarem, mas, o modo como o mercado funciona dificulta ser influenciado por Ética devido a este caráter de impessoalidade, não tem como regulá-lo eticamente. Exemplo disto é que se para o mercado for necessário desempregar uma quantidade de operários se fará pela própria lógica racional do mercado, de acordo com Weber. As lutas pelo poder econômico determinam os preços, então os preços são ‘produto do conflito de interesses e de acordos’. (SWEDBERG, 2005, p.71)

³⁷ Cf. Sandroni (2004, p.189).

Em outras palavras, o objetivo dos mercados solidários é a reprodução da vida de todos, mais ampla que uma simples reprodução do trabalhador (ou da força de trabalho). Reprodução da força de trabalho necessária para a acumulação capitalista como revela a análise de Marx em “O Capital”.

Busca-se fundamentos para esta abordagem sociológica das finanças solidárias em teorias que se contrapõem à lógica mercantil, sob a dominação capitalista, defendida teoricamente pelos economistas liberais. A característica comum das experiências de Finanças Solidárias é que elas derivam de sistemas de reciprocidade e de ajuda mútua, que reatam e fortalecem os laços comunitários de proximidade. (FREIRE, 2013, p.45).

Assim, situamos as Finanças Solidárias em uma discussão teórica que busca ir além do foco econômico, inserindo-as nas relações sociais, políticas e culturais, como o faz a Nova Sociologia Econômica³⁸. Nessa direção, as ideias socioantropológicas da Teoria da Dádiva, de Marcel Mauss e da teoria da reciprocidade de Polanyi e seus desdobramentos podem contribuir para fundamentar nossa análise.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA TEORIA DA DÁDIVA PARA AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Esta seção apresenta uma breve discussão a partir de elementos da teoria da dádiva como uma forma que sociólogos e antropólogos apresentam a crítica à ciência econômica clássica defensora dos pressupostos que justificam o mercado capitalista enquanto lógica naturalizada da sociedade moderna e das relações humanas. (Cf. LECHAT; SCHIOCHET, 2003, p.85; OLIVEIRA, 1979, p.29)

Inicialmente, convém esclarecer que dádiva não se confunde com outras interpretações que se faz do termo. Dádiva aqui não é simples

³⁸ Esta é uma corrente de pensamento e na sociologia que vem sendo revisitada, para um aprofundamento do estado da arte desta corrente consultar Swedberg (2004). “A sociologia econômica pode ser definida de modo conciso como a aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante [...] Desde o início dos anos de 1990, houve mudanças importantes na sociologia econômica, tanto na Europa como nos Estados Unidos, quer no tocante a seu status institucional, quer no que respeita a sua abordagem teórica. Novos tópicos foram acrescentados à agenda da sociologia econômica, e avanços instigantes se concretizaram por meio de análises de alguns temas que vinham sendo discutidos em bases preliminares desde os anos de 1980”. (SWEDBERG, 2004, p. 7 e 8)

sinônimo de filantropia ou oblação, tampouco de gratuidade sem motivos, sem intenções e “desinteressada”. Por exemplo, no Brasil, quando traduzida por “dom”, pode ser confundida com competências especiais ou carismas próprios de algumas pessoas ou comunidades³⁹

Esta “Teoria”, do ponto de vista das ciências sociais, foi desenvolvida por Marcel Mauss no “Ensaio sobre a Dádiva” (1924/25) no qual a identifica como uma lógica específica e característica das sociedades orinárias, como no caso das tribos da Melanésia, da Polinésia, do noroeste americano e da Escandinávia. Há nestas, a presença de “trocas mercantis”, porém diferentes do estilo moderno e dos princípios capitalistas⁴⁰.

Nesta perspectiva, acredita-se que esse aporte teórico, postulado nas origens do século XX, apresenta elementos daquilo que hoje se entende por “solidário” subjacente às relações sociais e às experiências econômicas, sociais, políticas e culturais nas sociedades primárias, ainda não mercantilizadas hegemonicamente pelo capitalismo. Nesta direção, até que ponto os FRS poderiam ser considerados e analisados como uma dessas práticas da atualidade? Parte-se, para responder a questão, da premissa que Mauss

foi um dos principais animadores, juntamente com Durkheim, da revista *Année Sociologique*, e por ter sido o principal sistematizador da teoria da dádiva, que vem sendo resgatada como um modelo interpretativo de grande atualidade para se pensar os fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades contemporâneas. (MARTINS, 2005, p. 45)

As teses sociológicas de Mauss vêm sendo revisitadas principalmente pelos autores do Movimento Anti-Utilitarista como explicações que contrapõem-se às teorias econômicas liberais. O “Ensaio sobre a Dádiva” entende a “troca mercantil” como característica da sociedade moderna (civilizada) e que ela está baseada no racionalismo econômico (“cálculo”), e, nesse íterim, a concepção é a de que o ser

³⁹ “Embora caridade e benção correspondam a certo tipo de dádiva, é importante assinalar que para Mauss o termo tem uma significação mais ampla”. (MARTINS, 2005, p. 52)

⁴⁰ “Neste ensaio, ele procurou demonstrar que os fenômenos do Estado e do mercado não são universais. Não há, segundo ele, evidências da presença dos mesmos nas sociedades tradicionais, mas, apenas, em sociedades mais complexas como as modernas.” (MARTINS, 2005, p.53)

humano (*homo economicus*) age ou interage sob o interesse individual de maximizar lucros (é uma “máquina de calcular”)⁴¹. São justamente esses os conceitos e argumentos que Mauss situando a presença da Dádiva nas sociedades antigas como reguladora das trocas mercantis estando, inclusive, presente nas sociedades modernas⁴².

A análise de Mauss baseia-se em duas experiências tribais: o *kula*, uma espécie comércio circular nas ilhas polinésias; e o *potlatch* como celebração nas festas ou grandes assembleias. O primeiro é citado nos trabalhos etnográficos de Malinowski, das Ilhas dos Trobriand, e Mauss (2013, p.40-42) o apresenta da seguinte forma:

O sistema de comércio intertribal e intratribal que leva o nome de *kula*. [...] O *kula* é uma espécie de grande *potlatch* veiculando um grande comércio intertribal, ele se estende por todas as ilhas Trobriand [...] A tradução da palavra certamente quer dizer círculo. O comércio *kula* (...) É cuidadosamente diferenciado da simples troca econômica de mercadorias úteis (*gimwali*). O *kula* distingue-se por uma negociação muito tenaz das duas partes [...] consiste em dar da parte de uns e receber da parte de outros. (...) Aproveita-se a viagem marítima para trocar carregamentos, estabelecendo todo o tipo de relações (...). A troca é cercada de solenidades com isso mostrar a liberdade e autonomia e grandeza.

Como explica Mauss (2013, p.13-14), nessas sociedades primárias, havia mercado, e com intensas trocas de bens, mas eram diferentes do nosso tempo:

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos nunca se constata simples trocas de bens,

⁴¹ Weber (2012) faz uma distinção entre “ação econômica racional” e a Tecnologia. Tecnologia é a escolha racional de meios com fim predeterminado. As medidas mais básicas e típicas da ação econômica racional: Poupança; Consumo em termos de preferências; produção; comércio. Poupança é transferir utilidades para o futuro e é parte integrante da economia. Preço é determinado pela negociação (luta pelo preço) em combinação com ações competitivas (luta entre concorrentes).

⁴² “Foram nossas sociedades ocidentais que muito recentemente, fizeram do homem um ‘animal econômico’, mas nem todos somos ainda seres desse gênero; o *homo economicus* não está atrás, mas adiante de nós [...] não muito que é uma máquina, com uma máquina de calcular que acompanha”. (MAUSS, 2013, p. 129)

de riquezas e de produtos num mercado estabelecido de indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam [...] São pessoas morais (clãs, famílias e tribos) e o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, coisas úteis economicamente. São amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, crianças, danças, festas feiras, dos quais o mercado é um dos momentos.

O que Mauss demonstra, ao longo de seu ensaio são princípios que ainda contribuem para entender, de certa forma, as atuais iniciativas de “economia solidária”, ao revelar e discutir práticas originárias como o *Potlatch*, presentes nessas tribos.

Estas prestações totais chamamos de *Potlatch*, quer **dizer nutrir, consumir** essas tribos passam o inverno numa perpétua festa [...] assembleia solene da tribo. [...] o que é notável nessas tribos é que há um princípio da rivalidade e do antagonismo que dominam essas práticas. [...] Por outro lado, chega-se à **destruição suntuárias das riquezas acumuladas** para eclipsar o chefe rival. (MAUSS, 2013, p. 14, grifos nossos)

Nesses “mercados”, as trocas não são de bens e artigos simplesmente para atender interesses econômicos de indivíduos, como apregoa a noção de *homo economicus* subjacente à economia clássica - como em Mill (2013) e Smith (1974). As trocas constituem um sistema de prestações e contraprestações: dar, receber, retribuir. Nas palavras de Mauss (2013, p.69-75)

A **obrigação de dar** é a essência do *potlatch*. Um chefe deve oferecer vários *potlatch*, onde conserva sua autoridade sobre aldeia e tribo. Ele não pode provar a fortuna a não ser gastando-a, distribuindo-a, há uma obrigação de distribuir tudo o que vem de um *potlatch* de que se foi beneficiário [...] o *potlatch*, a distribuição dos bens, é o ato fundamental do reconhecimento militar, jurídico, econômico, religioso em todos os sentidos da palavra. [...] **A obrigação de receber** não é menos constritiva. Não se tem o direito de recusar uma dádiva, de recusar o *potlatch*. Agir assim é manifestar que se teme ter de retribuir, é perder o

peso de seu nome, é confessar-se vencido. [...] Abster de dar e receber é como faltar a um dever, assim como abster de retribuir. **A obrigação de retribuir:** é todo o *potlatch*, a medida que ele não consiste em pura destruição [...] mormente o *potlatch* deve ser retribuído com juros, aliás, toda a dívida deve ser retribuída desta forma [...] A sanção da obrigação de retribuir é a escravidão por dívida, instituição comparável a *nexum* romano. O indivíduo que não pode retribuir o empréstimo é desqualificado e perde a condição de homem livre. (grifos nossos)

No caso dos FRS, destaca-se a importância das “obrigações dádivas”, principalmente a “de retribuir”, que se relaciona com o aspecto de devolução do empréstimo. Ressalta-se que nos vários pesquisadores elencados e nas entrevistas do Mapeamento aparecem tais “obrigações” morais na confiança e na responsabilidade no uso correto e solidário dos recursos financeiros, explícitas ou não, nos seus estatutos, regimentos e contratos.

Esse sistema, segundo Mauss, mantém a vida em geral, a vida “social, econômica, política, jurídica, religiosa e estética destas sociedades”, ou seja, a Dívida é uma “lógica organizativa do social” como “fato social total” diferente da lógica da “troca mercantil moderna”. Segundo o seu raciocínio, a dívida está presente nestas sociedades em todas as dimensões da vida social e não a momentos isolados e descontínuos. Para Mauss, aquilo que circula influi decisivamente sobre como se formam os atores e como se definem seus lugares em sociedade. É fato social total pois a dívida está em todas as dimensões: econômica, política, social, cultural, estética, científica e, no sentido que junta o vida material e a simbólica (MAUSS, 2013, p.09-10).

Mauss revela que na essência desses mercados não ocorre uma simples troca de um artigo por outro de igual valor, remunerado monetariamente e estabelecido por um preço. Há um “espírito” na coisa “dada, recebida e retribuída”, que não é o “interesse individual”. Embora haja nelas interesses para busca de honra e prestígio coletivos. É o que os polinésios chamam de *mana* e os maori de *hau*. A devolução da dívida é explicada por essa “força presente na coisa dada”, pela força espiritual que seria, segundo esses povos, a razão da circulação dos bens. A propósito do *hau*, descreve-o um informante maori, cujo nome é Tamati:

suponha que você tem um artigo (*taonga*) e me dê esse artigo, sem preço fixado. Não fazemos

negociação. Eu dou este artigo a uma terceira pessoa que, depois de um tempo, decide retribuir alguma coisa em pagamento. Ora esse presente que ele me dá é o espírito (*hau*) que recebi de você e que dei a ela. O *taonga* [*artigo recebido*] que recebipelos taonga (vindo de você). É preciso que eu devolva. Não seria justo guardar para mim, sendo desejável ou detestável. São um *hau* que devo dar de volta.’ (Cf. MAUSS, 2013, p.23)

A questão de fundo que orienta Mauss, é “por que as dádivas de presentes devem ser obrigatoriamente devolvidas? E por que existe essa universalidade da retribuição?” (MAUSS, 2013, p.08) Destaca-se este ponto, da retribuição, da devolução como ponto diferencial dos FRS, pois o dar-receber sem o retribuir cria uma relação de caridade do tipo assistencialista, na qual quem recebe continua dependente de quem doa. E, no mercado convencional, o vender-pagar não cria a dependência, mas encerra a obrigação e a relação social. Por isso, talvez a “obrigação de retribuir” compromete quem doa, quem recebe em devolver “mais”, o que mantém o círculo aberto e horizontal das trocas constantes e intensificando as relações sociais (de forma simétrica). Este ponto será retomado adiante na discussão da teoria da reciprocidade. Contudo, é necessário esclarecer que a dádiva não é só uma relação horizontal ou harmoniosa, (positiva) por exemplo, se

recusar a receber é declarar guerra, e recusar a aliança e a comunhão [...] Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de dare receber. Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens, entre clãs e indivíduos, repartidos entre funções, sexos e asgerações. (MAUSS, 2013, p.27-28)

Dessa forma, Mauss apresenta que, nesse sistema de trocas, as pessoas não se concebem como proprietárias dos bens e das coisas e, por isso, doam, recebem, devolvem às origens. Em outras palavras, nessas sociedades não se compreende “propriedade privada” como nas sociedades modernas, e o explicará quando discorre sobre os Direitos antigos, cujos já apresentam uma relativa separação do “Direito das pessoas e do “Direito das coisas”.

Nesse aspecto, a base de tais sociedades não é a acumulação, mas o respeito à natureza (ou aos deuses), como “única” (os) ou proprietária

(os) “original” (ais) dos bens trocados (e das pessoas) e que a ela (es) devem ser devolvidos. Conclui, assim, que há uma **noção de sociabilidade** gerada pelos bens e trocas. Para Mauss (2013, p.24- 25),

a intervenção de uma terceira pessoa [...] [*gera uma obrigação de devolver*] Se o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte. Conserva algo do doador. [...] Pois o *taonga* é animado pelo *hau* de sua floresta, de seu território, de seu chão: o *hau* acompanha todo o detentor [...] No fundo o *hau* que quer voltar ao seu lugar de nascimento, ao santuário da floresta e do clã e ao proprietário [...] Em primeiro lugar a natureza do vínculo jurídico criado pela transmissão de um coisa, e um vínculo de almas... em segundo lugar, fica clara a natureza das trocas por dádivas, [...] a conservação dessa coisa [*sem circulação*] seria perigosa e mortal.

Qual a contribuição dessa teoria para a relação com finanças na economia e sociedades atuais? A resposta não é tão simples, porém, nas origens históricas das sociedades antigas há elementos importantes na busca de “desnaturalizar” a mercantilização capitalista, hegemônica no pensamento atual. Weber e Marx, cada um a seu modo, também buscam explicar o sistema de finanças moderno e capitalista a partir das origens históricas⁴³.

Um ponto inicial que se destaca no Ensaio é que, nessas sociedades, as trocas não são puro escambo, e pratica-se o uso de determinados bens assinalados com a função intermediária ou signo de dinheiro.

Os *vaygu'a*, funcionam como espécie de moeda, são braceletes e colares confeccionados. São animados de um movimento circular: braceletes de oeste a leste e colares de leste a oeste. Essa instituição tem sua face mítica, religiosa e mágica. Os *vaygu'a* não são coisas diferentes, **simples moeda...** tem um prestígio, um nome, uma personalidade uma história [...] Os cobs brasonados são objetos de crenças importantes e mesmo de um culto. [...] por outro lado, ao mesmo tempo, é a riqueza e a sorte que se transmitem. No

⁴³ Por exemplo, em Weber (2006) a obra “História Geral da Economia” e em Marx, em todo “O Capital”, principalmente no livro I (capítulo XXIV) e Livro III.

fundo quando se consideram cobre e outras formas são também objeto de entesouramento. (MAUSS, 2013, p. 43-44.78-79, grifos nossos)

A **venda a crédito** caracterizaria uma “fase superior da civilização”. Convém acrescentar para esta discussão que

dáviva implica necessariamente uma **noção do crédito**. A evolução não fez o Direito passar de economia do escambo à venda, e do pagamento à vista ao pagamento a prazo. Foi sobre um sistema de presentes dados e retribuídos a prazo que se edificaram, de um lado, o escambo, por simplificação, por aproximação de tempos e, de outro, a compra e a venda, esta a prazo e à vista, e também o empréstimo [*honra de pagar as dívidas*] (MAUSS, 2013, p.65, grifos nossos)

Assim, nessa questão de propriedade e uso dos bens, há algo que não se doa. “Há os objetos de consumo e partilha comum e há as coisas preciosas da família”, e admite que

estes são mais objetos de empréstimo do que de venda, há casos que não podem ser cedidos. No fundo essas “propriedades” são objetos sagrados dos quais a família só se desfaz como muito pesar e às vezes nunca. [...] entre os *haïda* “divinizaram a noção de propriedade, de fortuna, não menos que a mãe ou rainha” (MAUSS, 2013 p. 75-76).

Neste ponto Mauss (2013 p. 81) contrapõe os pressupostos teóricos do mercado capitalista.

Eles nos permitem conceber *esse princípio da troca-dáviva deve ter sido o das sociedades que ultrapassaram a fase da prestação total, mas que ainda não chegaram ao contrato individual puro ao mercado onde circula o dinheiro, à venda e sobretudo a noção de preço calculado em moeda pesada e reconhecida.* (grifos do autor).

Na segunda parte do “Ensaio sobre a Dáviva”, Mauss trata de Dávivas presentes nas civilizações “mais recentes” e busca nos Direitos antigos (como o Direito Romano, Germânico, Celta e Indo-Europeu) como neles se desenvolvem e aceitam o princípio da troca que origina os mercados modernos. Nesses Direitos se distinguem e se separam o “direito das pessoas” e o “direito das coisas”, as últimas como um valor

de uso e de troca próprios que se tornam independentes do valor das pessoas. Tal forma está na origem da propriedade e dos contratos individuais, que são regulados nesses “Direitos antigos”,

Vivemos em sociedades que distinguem fortemente os direitos reais e os direitos pessoais, pessoas e coisas. Essa separação constitui a condição mesma de uma parte de nosso sistema de propriedade, de alienação e de troca; de outro modo, nossas civilizações, desde a semítica, a grega e a romana, distinguem entre a obrigação e a prestação não gratuita de um lado, e a dádiva de outro. (MAUSS, 2013 p.84)

Cita, por exemplo, o contrato mais antigo do Direito Romano, o *Nexum*, no qual são regulamentados os penhores dados por ocasião de um contrato, já separados dos contratos coletivos e das antigas dádivas. Outra forma de contrato solene é o *mancipatio*, que apregoa que as coisas eram de duas espécies, distinguia-se entre família e pecúnia, as coisas da casa (gado, escravos) e o gado do campo. Para Mauss as coisas que estariam fora do *mancipatio* são precisamente o gado miúdo dos campos e a pecúnia, isto é, o dinheiro, que derivam de gado e a *res* é sempre marca de propriedade da família. Compreende-se assim que, com as coisas *mancipi*, e a tradição solene do *mancipatio* crie-se um vínculo de direito. Outro caso é o do penhor no Direito alemão:

A civilização germânica **igualmente existiu por muito tempo sem mercados**, permaneceu essencialmente feudal e camponesa, **as palavras e noção preço de compra e venda parecem ser de origem recente**. [...] Mais antigamente desenvolveu o sistema de dádivas. Na medida em que os clãs do interior das tribos e as grandes famílias no interior dos clãs, viviam moral e economicamente fora das esferas fechadas do grupo familiar era sob a forma da dádiva e da aliança, por meio dos penhores e reféns, festins e presentes, que eles se comunicavam e se ajudavam (MAUSS, 2013, p. 104-105, grifos nossos).

Por fim, segundo Mauss, assim como nos direitos mais primitivos há a dádiva e depois a dádiva retribuída, assim também no Direito Romano existe a “colocação à venda” e depois o “pagamento”. O segundo detentor só aceita a coisa isenta de vícios, de vícios mágicos, só aceita porque pode pagar, retribuir, compensar, pagar o preço. [...] o *Vendere*.

“Originalmente, *venun-dare*, ela compreende nitidamente o elemento *dare*, a dádiva e transmissão.” Outro termo parece ser o preço. “Foi justamente os romanos e gregos e depois semitas do norte e oeste que inventaram a distinção dos direitos pessoais dos direitos reais, separaram a venda da dádiva e da troca, isolaram a obrigação moral e o contrato.” (MAUSS, 2013, p. 94)

Destacam-se as sugestões práticas que Mauss apresenta nas conclusões do Ensaio e que são importantes para a atualidade. Primeiramente apresentando a importância do Estado, aos moldes e ao nível da nação, como gestor de um “fundo solidário” como o montante de recursos do Estado, gerados pelo trabalhador:

Toda a legislação de **previdência social**, esse socialismo de Estado já realizado, inspira-se no seguinte princípio: o trabalhador deu sua vida e seu trabalho à coletividade, de um lado, a seus patrões, de outro, e, se ele deve colaborar na obra da previdência, os que se beneficiarem de seus serviços não estão quites em relação a ele com o pagamento do salário, o próprio Estado, que representa a comunidade, devendo-lhe, com contribuição dos patrões e dele mesmo, uma certa seguridade em vida, contra o desemprego, a doença, a velhice e a morte. (MAUSS, 2013, p.114, grifos nossos)

Em segundo lugar, apresenta uma responsabilidade dos industriais em realizar também Fundos de ajuda mútua aos trabalhadores, pela qual poder-se-ia justificar as práticas recentes de “responsabilidade social”⁴⁴ ou investimentos do “terceiro setor”⁴⁵. “Costumes recentes e engenhosos, como as **caixas de assistência familiar** que os industriais franceses propuseram livre e vigorosamente, em favor dos operários, responde a essa necessidade de vincular os próprios indivíduos” (MAUSS, 2013, p.114, grifos nossos).

⁴⁴ O enfraquecimento do Estado deixa uma série de demandas sociais desatendidas e que favorece o crescimento do Terceiro Setor e surgimento de inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONGs). São ações sociais voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem geração de excedentes econômicos. A partir dos anos 1970 surge um grupo de empresários preocupados com questões éticas. Que chamam de responsabilidade social.

⁴⁵ Rifkin (1995) ao abordar as transformações sociais nos EUA e no Mundo na década de 1990 apresenta como alternativa que Estado e empresas privadas invistam no que chama Terceiro Setor.

E a conclusão válida para a construção de utopias relacionadas à igualdade e à solidariedade é a de que:

Em primeiro lugar [...] que os ricos voltem de maneira livre e obrigatória a se considerar tesoureiros de seus concidadãos (exemplo das civilizações antigas dos banquetes comuns) [...] teremos de remontar a leis desse gênero, é preciso mais preocupação com o indivíduo, sua vida, sua saúde e sua educação, o que é rentável, sua família e o futuro desta, é preciso mais boa-fé, sensibilidade generosidade nos contratos. será preciso que se encontre o meio de **limitar os frutos da especulação e da usura.**

Enfim, que Mauss faz uma distinção entre dois sistemas: o da “troca mercantil”, motivada pelo interesse individual, e o “sistema de dádiva”, pelo interesse coletivo. E que

ainda subsiste no século XXI, do universo primitivo da Dádiva, à parte, práticas de presentear nas festas, não é muito aparente, porque a nossa concepção da Dádiva sofreu modificações ao ser modelada por dois mil anos de cristianismo. Todas as grandes religiões devem ser interpretadas como transformações do sistema arcaico da dádiva, pois agiram para universalizá-la, para radicalizá-la, e para interiorizá-la. (MAUSS, 2013, p.105)

A atualização e recepção de Mauss recentemente, adquiriu destaques com a criação do movimento MAUSS, na Europa, em 1981, como um movimento cultural e intelectual de caráter renovador que expressa as novas ideias que prosperaram nas ciências sociais sobretudo a partir da crise do estruturalismo, em fins dos anos 1970 (MARTINS, 2005, p.59; LECHAT; SCHIOCHET, 2003, p. 85; DOSSE, 2003, p. 162). O movimento tem dois sentidos: um deles, homenagear Marcel Mauss destacando seu lugar na plêiade de autores sociológicos; o outro, divulgar o caráter antiutilitarista da teoria da dádiva e o potencial da mesma para uma crítica sociológica consistente à doutrina neoliberal. Buscando, portanto, demonstrar ser um equívoco a ambição do pensamento utilitarista e econômico de colocar o mercado como variável central na construção da vida social.

Sinteticamente apresentam-se alguns pontos importantes a partir das teses do MAUSS (movimento): i) A sociedade moderna não é regida por uma única lógica (a do mercado), mas por uma pluralidade de lógicas,

assim, nesta perspectiva pode-se entender que enquanto o mercado é regido por um sistema de trocas equivalentes (dar-pagar), o Estado conhece um outro, sistema de reciprocidades (receber-devolver), enquanto a sociedade civil é regida por um sistema de trocas não equivalentes: o dar-receber-retribuir. (Cf. Quadro 2). ii) O mercado tem importância central para a existência da ordem moderna e para a liberdade individual. A crítica a ele não passa pela sua eliminação, mas pela sua regulamentação. iii) A lógica mercantil não pode substituir o Estado e nem as práticas comunitárias e associativas. iv) A invenção do social apenas ocorre a partir da solidariedade entre os indivíduos. v) Para que esse sistema tradicional de trocas interpessoais que funciona adequadamente no plano das sociabilidades primárias (família, vizinhança, amigos, companheiros de empreitadas sociais como mutirões etc.) não apareça como sistemas de reciprocidades⁴⁶ verticais assimétricos (sistema clientelista, por exemplo), inventa-se uma ordem supraindividual e legal que seja obedecida pelos participantes. Nesse sentido, o político aparece como instituição histórica fundamental para que se possa pensar a ideia da democracia solidária (Cf. MARTINS, 2005, p. 59-60; FRANÇA; DZIMIRA, 1999, p. 163-171).

Quadro 2 - As lógicas subjacentes as relações sociais segundo MAUSS

Instituição social	Lógica subjacente às relações sociais (predominante)
Mercado	dar-pagar (preço calculado em moeda)
Estado	receber-devolver
Sociedade	dar-receber-retribuir

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Martins (2005).

Enfim para este estudo dos FRS, a teoria da dádiva, refere-se ao arranjo social no qual coexistem as duas lógicas, a mercantil e de reciprocidade, o que na próxima seção continuará a ser discutidas. “São práticas que formam e tornam as relações sociais mais coesas, criando/aumentando a sociabilidade. Nesse sentido pressupõe-se uma realidade social que coloca em prática a reciprocidade e a solidariedade no conjunto das relações sociais” (FULGENCIO, 2014, p.28). Tal discussão adquire particular importância devido aos FRS serem

uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste, baseada na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade, presentes também nos movimentos associativos. **Os FRS são instrumentos de finanças solidárias**

⁴⁶ Sobre reciprocidade ver a seção 2.3.

direcionados às comunidades que, em tese, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária, e que decidem (re)investir parte desta em prol da vizinhança. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos **obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade**, do tipo em que o agricultor compartilha água de beber porque “no sertão, água não se nega”, e cria animais nos fundos de pastos, em áreas de pastagens comuns. (GUSSI et al., 2011, p. 78, grifos nossos)

A análise maussiana contribui de certa maneira para o intento de buscar uma compreensão sociológica do significado de solidariedade em práticas como a dos Fundos, aproximando-os de sua concepção de dádiva. Contudo, a partir dela é necessário aprofundar a passagem de sua predominância nas relações sociais e simbólicas na sociedade para relações mercantis nas sociedades modernas sob regência do capitalismo, como será apresentado adiante, uma dentre as múltiplas explicações de como tal mudança de paradigma teria ocorrido ao longo dos últimos séculos.

2.2 O MERCADO TORNA-SE CAPITALISTA

Na perspectiva de estudos teóricos baseados em explicações alternativas e não pautadas em noções que justificam a economia capitalista, Karl Polanyi tem uma importante contribuição. Sua obra mais conhecida é “A Grande Transformação” (1944) que aborda as consequências da passagem histórica das sociedades antigas às sociedades dominadas pelo “sistema de mercado”. De maneira mais direta que Mauss, ele argumenta que as teorias econômicas clássicas liberais, da forma que foram aplicadas, geraram pobreza, fome e romperam os “cem anos de paz mundial” (1814-1914).

O contexto social, político e econômico da análise de Polanyi é influenciado pela ocorrência de duas guerras mundiais e por regimes totalitários de governo, como o Nazismo e Fascismo. Somados a esses fenômenos, de um lado, a economia mundial encontra-se sob os efeitos da grande crise de 1929 e, por outro, adquirem destaque as políticas

econômicas para superá-la, a exemplo do *New Deal*⁴⁷. Nessa época são lançadas as teses econômicas de Keynes⁴⁸ (1935), influenciando tanto a ciência como as políticas econômicas posteriores. A partir do keynesianismo, o Estado passa a ser aceito como um agente fundamental para resolver crises, diferentemente da teoria clássica que é apenas tolerado como um “mal necessário”, pois o protagonismo econômico é confiado ao mercado que se autorregula. Contrariamente, Polanyi aponta que o Estado, de um lado institucionalizou o mercado “competitivo” e, por outro, foi influenciado pelo mesmo mercado.⁴⁹

Para explicar a transformação ocorrida no século XX, Polanyi apresenta quatro “instituições” desenvolvidas até o século XIX e que mantinham a sociedade mundial: o sistema de equilíbrio de poder que impediu guerras prolongadas; o padrão-ouro internacional; o mercado autorregulável; e o Estado liberal, que teria garantido os “cem anos de Paz” (1814-1914) (Cf. POLANYI, 2012, p.3-20).

Uma dessas instituições é a economia de mercado que se autoequilibra pelos preços do mercado e nada além. Um tal sistema capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado autorregulável. (POLANYI, 2012, p.45)

Para entender as relações entre mercado, economia e sociedade, Polanyi formula o conceito de *embeddedness* (sentido de imbricação ou

⁴⁷ O *New Deal* refere-se a uma série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana e assistir aos prejudicados pela crise de 1929. (cf. SANDRONI, 2004, p.422)

⁴⁸ Keynes, John M. “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. O keynesianismo, que iria guiar numerosas políticas públicas dos anos 1950 e 1960. Hayek iria reaparecer e se tornar um novo mestre a se pensar fundador do neoliberalismo contemporâneo. Após uma grande transformação, com o desmoronamento do bloco soviético e, em todo o planeta a ocorrência de privatizações e desregulamentações maciças, o mundo conheceu uma espécie de nova transformação.

⁴⁹ A formação intelectual de Polanyi ocorre no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Segundo Cangiani (2005, p. 16) “época em que as ciências sociais, por um lado, renunciam as seguranças do positivismo e do evolucionismo, por outro, colocam (novamente após Marx) o problema do capitalismo como forma específica de organização da sociedade”.

entrelaçamento)⁵⁰, o qual busca mostrar a impossibilidade de separar a economia de outras atividades sociais.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seus interesses individuais na posse de bens materiais, ele age para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. (POLANYI, 2012, p.48)

No caso das sociedades tribais, o interesse econômico, é raramente predominante, e

a manutenção de laços sociais é crucial. Primeiro porque infringindo o código estabelecido de honra e generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. [...] O prêmio estipulado pela generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social (POLANYI, 2012, p. 49)

Como se garante a ordem econômica, a produção e a distribuição de bens nessas sociedades? Para respondê-la, ele retoma os estudos dos ilhéus de Trobriand, da Melanésia Ocidental, ao tratar do sistema mercantil *kula*, no qual as sociedades não modernas garantiam os meios materiais para a satisfação das necessidades através de duas formas econômicas básicas: reciprocidade e redistribuição. "O circuito *Kula*, da Melanésia ocidental, era baseado no princípio da reciprocidade, é uma das mais complexas transações comerciais já conhecidas pelo homem; e a redistribuição esteve presente, em escala gigantesca, na civilização das pirâmides [*exemplo do Estado egípcio*]" (POLANYI, 2012, p.65).

Segundo Polanyi (2012, p.57), até o período feudal, a ordem na produção e distribuição era garantida pela aplicação de três princípios: reciprocidade, redistribuição e o intercâmbio. A troca (base que estrutura os mercados) era subordinada a um ou dois outros princípios. Havia a economia doméstica de formas mais isoladas. (Cf. Quadro 3)

⁵⁰ Esse conceito será recuperado pelos autores da Nova Sociologia Econômica a partir de Granoveter (1985)

Quadro 3 - Formas de integração econômica em Polanyi

Formas de integração econômica	Instituição	Estruturas
Reciprocidade	Simetria	Sociedade
Redistribuição	Centralidade	Estado
Intercâmbio	Troca	Mercado
Domesticidade (<i>Oikos</i>)	Autarquia	Família, grupo, autossuficientes

Fonte: Polanyi (2012) e Barbosa (2012). Elaborado pelo autor.

Segundo a própria explicação de Polanyi (2012, p.57.)

Todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa ocidental, foram organizados segundo os princípios da **reciprocidade, redistribuição ou domesticidade**, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção era ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente (grifos nossos).

Essas três formas de integração coexistem em quase todas as sociedades, não de maneira igual, pois uma delas acaba se sobrepondo sobre as demais. Elas são partes constitutivas de quase todos os sistemas econômicos, antes e depois da sociedade dominada pelos mercados no mundo ocidental, sob o capitalismo.

Para compreender essa relação, Polanyi (2012, p. 73) explica deste modo:

Como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. **O princípio da permuta ou troca** subjacente a esse padrão não revelava qualquer tendência **de expandir-se às expensas do resto do sistema**. Mesmo quando os mercados se desenvolveram muito, como ocorreu sob o sistema mercantil, eles tiveram que lutar sob o controle de uma administração centralizada que patrocinava a

autarquia tanto no ambiente doméstico do campesinato como em relação à vida nacional. (grifos nossos)

Tal compreensão se traduziu na noção de que os fenômenos econômicos se encontram submersos (*embeddedness*) no **todo social** do qual fazem parte. O ponto central da argumentação de Polanyi é que o estabelecimento de um sistema de mercado autorregulável foi uma tentativa utópica do liberalismo, pois sua concretização não seria possível sem a destruição da organização social existente.

A partir das três formas de integração econômica nas sociedades presentes até a sociedade medieval, o mercado está presente, porém regulado pela sociedade ou Estado e exerce um papel secundário. Na Europa Ocidental esses princípios foram se modificando quando o mercantilismo avança seu poder de influência, integrando-se, a partir do comércio interno (nacional) para o comércio exterior.

Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado - em outras palavras, como mercadorias. (POLANYI, 2012, p.81)

A grande inversão (transformação) na ordem tradicional aconteceu com o surgimento da ideia de mercado autorregulável, ou seja, os princípios anteriores foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca como o mais importante, cujo padrão subjacente era o de mercado. Enquanto o mercantilismo unificou condições já existentes, a economia de mercado exigiu condições ainda não existentes, que tiveram que ser criadas. As principais eram a transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias, disponíveis para compra e venda.

Dessa maneira, Polanyi (2012, p. 78-79) explica porque no seu entendimento essas três coisas (ou recursos) não podem ser entendidas como mercadorias:

o **trabalho** é o outro nome para a atividade humana que vai unida própria vida, que, por sua vez, não é produzida para a venda [...]; nem pode esta atividade ser separada do resto da vida [...] A **terra**

é o outro nome da natureza que não pode ser produzida pelo homem e, por fim, o **dinheiro** é só um símbolo do poder de compra que não se produz, que surge do mecanismo dos bancos e das finanças estatais [...] Nenhum deste elementos se produz para a venda. [...] Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no **desmoronamento da sociedade**. (grifos nossos.)

Polanyi mostra o papel da *haute finance* como elo principal entre a organização econômica e política do mundo, entendido como mercadoria, “autorregulado” pelos princípios do mercado tornam-se gerador de crises sociais. Pois,

o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é **inteiramente fictícia**. Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro (2012, p. 79, grifos nossos)

O adjetivo fictício leva a pensar como se elas fossem mercadorias, mas, de fato, nenhuma sociedade pode funcionar e jamais funcionou duradouramente dessa maneira (POLANYI, 2012, p.74-82; SERVET, 2005, p.08). Dessa maneira, outro viés da crítica polinyiana é o de apontar que o processo de mercantilização das condições de vida da sociedade e do indivíduo não era natural. (BELUZZO, 2005, p.24; LISBOA 2007, p 17, BARBOSA, 2012, p 67)

Nesse sentido diferencia-se da perspectiva weberiana, que o dinheiro é a “forma mais racional” e por esta “racionalidade” pertencente à modernidade⁵¹: “O dinheiro é a forma mais perfeita que existe de cálculo econômico, e também o meio mais racional que existe de orientar a ação econômica” (WEBER, 2012, p. 53).

A partir do acima exposto, a noção de reciprocidade apresentada por Polanyi pode ser interligada com a teoria da Dádiva, como o faz

⁵¹ Uma discussão que merece maior aprofundamento distinguindo entre racionalismo moderno e racionalismo ocidental. Ver em Sell (2013, p. 256-276).

Dominique Temple (apud SABOURIN 2009, p.56) apresentando a distinção de dois tipos de sociedades: uma baseada na troca (sociedade de mercado) e outra na reciprocidade (simetria):

a troca é motivada pelo interesse que se dá às coisas por elas mesmas ou por seu valor simbólico [...] feudatária do acúmulo e da posse. *Reciprocidade* envolve preocupações pelo outro, ou seja, valores afetivos, como a paz, amizade, a confiança, e ajuda mútua. A troca utiliza estes valores humanos para fazer a economia da violência. [...] Na realidade, a troca inverte o movimento da reciprocidade, pois ao invés de visar o bem do outro, busca satisfazer o interesse próprio.

Complementando o argumento, Servet (apud CANGIANI et al., 2005, p. 08) acrescenta que o fundamento essencial da economia de mercado é a propriedade privada e o princípio de concorrência e seus fundamentos estão no “interesse do indivíduo” de acordo com boa parte dos economistas liberais, sendo que a busca do lucro máximo é o motor de todo progresso. Polanyi chamou de moinho satânico às engrenagens da economia capitalista insaciáveis em seu apetite de acumular riqueza abstrata e triturar as condições da vida dos indivíduos concretos. Crítica que serve para entender as mudanças e crises no sistema capitalista recentes.

Polanyi, de modo geral, concebe a sociedade como uma realidade abrangente na qual estão inseridas três realidades interligadas: o Estado, o sistema econômico (ou a economia) e o mercado. Em “A Grande Transformação” demonstra que essa relação foi se convertendo em uma “sociedade de mercado”, ou seja, subordinando a seus mecanismos o Estado, o sistema econômico e a sociedade (Cf. Quadro 3). Polanyi desenvolve dessa forma a crítica aos pressupostos teóricos dos economistas liberais onde “uma economia de mercado que só possa existir numa sociedade de mercado”, a utopia do mercado autorregulável de maneira natural ou naturalizada⁵².

⁵² Segundo Delfim Netto “na economia de mercado, a coordenação é mais ou menos resolvida pelos preços relativos que nela se estabelecem. Para calculá-los sem os mercados, não bastam computadores. Seria preciso o *intellectus angelicus*, propriedade que nenhum miserável burocrata ateu há de possuir. [...] Afinal, depois de Smith, Marx, Keynes, Polanyi e Braudel, é quase impossível que alguém ainda acredite que a autorregulação dos mercados, é uma manifestação das leis da natureza... Disponível em:

Após a Segunda Guerra Mundial, o fortalecimento dos Estados protetores nos países industrializados lhe dava razão. Mas hoje, 60 anos após a publicação de seu livro, a transformação universal resultante da globalização liberal é o oposto do que ele esperava, a ponto da crítica da sociedade de mercado, feita por Polanyi, se justificar. (Cf. CANGIANI et al., 2005, p.03)

A abordagem polanyiana, segundo Lisboa (2007, p. 22), aponta para a “necessidade de estabelecer um controle social sobre o mercado. Neste sentido, aparecem diversos contramovimentos de proteção social que lutam para situar a terra, o trabalho, e a moeda fora da ação da lei do valor”. Em síntese, o autor pontua que essa teoria colabora para uma progressiva “desmercantilização” da terra proposta pelos movimentos ecológicos e pela Economia Ecológica. A redução da condição de mercadoria do Trabalho, na qual o trabalho se emancipa da dominação do capital por meio da Economia Solidária e de conferir ao dinheiro aquilo que ele realmente é: um título de participação e poder de comando sobre a riqueza social.

Em suma, Polanyi relativiza a economia como processo instituído, apresentando o mercado como realidade teórica e histórica, **construído socialmente**, em outras palavras, argumenta-se que a originalidade de sua contribuição está na desconstrução da “naturalidade” do mercado proposta pelos liberais. Como fruto de um processo de mercantilização, sob o capitalismo, processo que se afigura um “moinho satânico”, porque corresponde aos mecanismos implacáveis do mercado, moendo a vida das vítimas inevitáveis, em seu afã de acumular riqueza abstrata.

Nesse processo de “desmercantilização”, infere-se a contribuição relevante da análise polanyiana para compreensão dos FRS, embora neles se manifeste um processo dialético de aceitações de determinadas regras do mercado e não de outras. Como será tratado nos três últimos capítulos desse trabalho, os FRS são uma das formas de resistência ao poder do mercado financeiro e, por outro lado, são os “espaços vazios” em que as relações de troca capitalista não chegaram com intensidade. Adiante, nos capítulos que tratam diretamente dos FRS, retoma-se essas discussões, quando será abordado o uso do Dinheiro a partir de princípios “não-mercantis”, principalmente quando se verá tanto as conquistas como as dificuldades reveladas. Também será aprofundado o que significa a solidariedade na interrelação dialética dessas lógicas: a reciprocidade, a centralidade, a autarquia (autogestão) e a troca (do mercado capitalista).

2.3 A RECIPROCIDADE: UMA LÓGICA RACIONAL DA SOLIDARIEDADE

Esta seção desdobra um dos elementos presentes na Dádiva (Mauss) e na discussão de Polanyi, a Reciprocidade, dando sequência às abordagens teóricas na compreensão alternativa de finanças, ou seja, para além das teorias econômicas e monetárias. Parte-se da premissa que “a solidariedade se realiza pela reciprocidade” (CASTEL apud SABOURIN, 2008, p.02). “O princípio da reciprocidade é uma teorização no campo da economia social e da socioantropologia” (SABOURIN, 2011, p. 25). Em outras palavras, a teoria da “reciprocidade” revela-se uma forma de compreensão mais aproximada do que se entende por solidariedade nas experiências de finanças alternativas no Brasil, a exemplo dos FRS. Torna-se, portanto, fundamental para compreender as relações teóricas e sociais entre economia e solidariedade.

O conceito de reciprocidade deriva da descoberta da dádiva nas sociedades primevas, como revela o “Ensaio sobre a Dádiva” de Mauss, tratado anteriormente. Ele coloca a dádiva como uma forma originária da troca mercantil e o demonstra, igualmente, através da formulação da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Sabourin (2011, p.26) apresenta, em sua discussão, a reciprocidade e a troca mercantil como distintas uma da outra e sua discussão desenvolve-se a partir de autores mais recentes que interpretam a dádiva e “os fundamentos da teoria da reciprocidade”⁵³. Como percebemos na seção anterior, esta é uma tendência de Polanyi, situando a reciprocidade como princípio diferente das sociedades em que o mercado não era predominante.

Sabourin (2011, p.30-31) apresenta a teoria da reciprocidade em **quatro elementos**:

O primeiro, a reciprocidade constitui, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas um princípio econômico oposto.[...] O **segundo** elemento é que a reciprocidade pode assumir várias formas. A antropologia consagrou apenas a reciprocidade das dádivas:

⁵³ Segundo Sabourin (2011, p.26) “na base da teoria da reciprocidade, encontramos os autores pioneiros que permitiram reconhecer a validade e a universalidade das relações de reciprocidade nas civilizações e na história. Eles evidenciaram, também, o caráter estruturante desse princípio de reciprocidade, inclusive nas nossas sociedades contemporâneas. Refiro-me, em primeiro lugar, aos trabalhos fundadores de Simmel, Mauss, Lévi-Strauss, Polanyi e Gouldner.”

oferendas, partilhas, prestações totais, *potlatch*, a forma positiva. Há, porém, uma forma de reciprocidade negativa: a vingança, o sacrifício. Em **terceiro** lugar, as relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica são aquelas que geram valores afetivos e éticos. A reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. O **quarto** elemento da teoria remete aos diferentes níveis do princípio de reciprocidade e aos modos que lhe são específicos. Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações). (grifos nossos)

Temple e Chabal (apud SABOURIN, 2009, p.60), demonstram que o princípio da reciprocidade são estruturas que regeram a vida de povos inteiros, de civilizações, e que é possível regular a vida mais moderna em muitos de seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Para melhor compreensão do tema, divide-se esta seção em dois itens. Primeiro, descrevemos os principais tipos de reciprocidade presentes nas sociedades atuais e, no segundo, abordamos como compreender as relações com as estruturas de mercado.

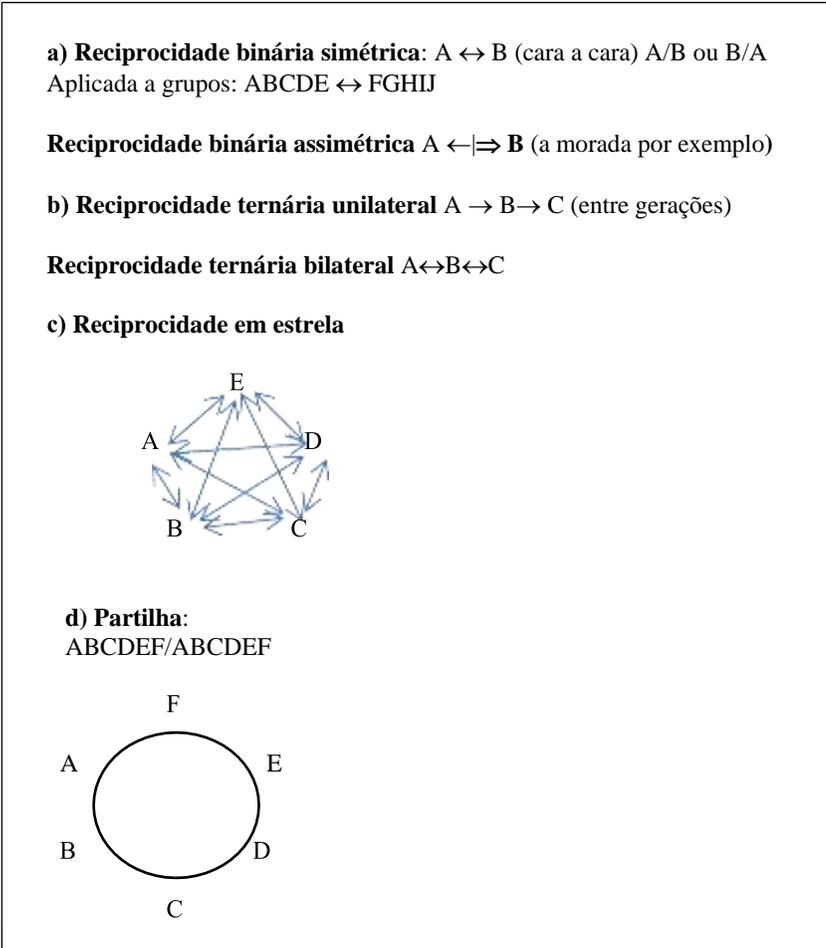
2.3.1 As estruturas elementares da reciprocidade

A reciprocidade, abordada na sociologia e antropologia, é composta de vários tipos e produz efeitos diferenciados nas estruturas da sociedade e nas relações sociais. Temple (1998) sistematizou as estruturas elementares de reciprocidade identificando os valores humanos que elas ajudam a produzir ou a reproduzir. A organização da produção e da reprodução social nas sociedades rurais contemporâneas oferece exemplos característicos dessas relações de reciprocidade estruturadas. Chabal (2005) inicia a descrição da reciprocidade a partir de algo vital a todos os seres humanos: o ato de comer.⁵⁴ “No entanto, este ato vital é humanizado assim que é partilhada a refeição. Podemos chamar o valor

⁵⁴ Original: “*On peut appeler convivialité la valeur produite par le partage du repas. Le repas en commun engendre de la convivialité entre les convives.*”

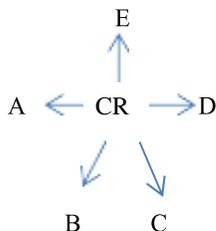
utilidade produzida pela partilha comum gera convivialidade entre os convidados”⁵⁵

Figura 3 - Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade



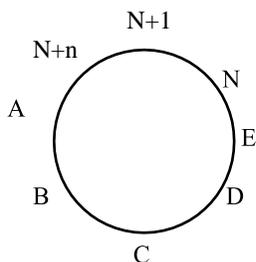
⁵⁵ Original: “Pourtant cet acte vital est humanisé dès qu’il est partagé : c’est le repas.. On peut appeler convivialité la valeur produite par le partage du repas. Le repas en commun engendre de la convivialité entre les convives”.

e) Reciprocidade centralizada



f) Reciprocidade Generalizada

(mercado da reciprocidade)



Fonte: Sabourin (2009, p.58).

O primeiro tipo de reciprocidade se divide em simétrica e assimétrica (vide Figura 3), com a seguinte explicação:

Essa simetria da reciprocidade não envolve necessariamente a igualdade de distribuição das dádivas, mas envolve a **justiça**, ou seja, uma redistribuição em função dos méritos de cada um. [...] A forma de reciprocidade que produz os valores éticos é a reciprocidade simétrica. Mas os valores podem também ser produzidos por relações de reciprocidade desigual, ficam cativos no imaginário: Ex.: a realeza, as divindades ou o Estado com sua burocracia. (SABOURIN, 2009, p.62)

A seguir descrevemos esquematicamente os tipos de reciprocidade (CF.Figura 03):

a) A estrutura da reciprocidade binária simétrica, conforme Chabal (2005), diz respeito às relações de aliança (como, por exemplo, o

casamento e o compadrio) entre indivíduos, famílias ou grupos (“cara-a-cara”), as quais geram amizade. Já a “recíproca binária assimétrica” pauta-se pelo objetivo de aumentar o prestígio do doador e a submissão do donatário.

b) Na reciprocidade ternária as estruturas ternárias envolvem, pelo menos, três partes em uma relação social. A reciprocidade ternária pode ser **unilateral**: é o caso da transmissão entre gerações – transmissão de saberes (educação, iniciação, aprendizagem) ou de patrimônio (dotações de terras ou animais, enxoval, heranças). Por exemplo, na relação entre pais e filhos tem como efeito produzido o valor de responsabilidade. Quando a reciprocidade ternária é **bilateral** as prestações circulam nos dois sentidos. Há um compartilhamento de recursos comuns e são gerados valores a justiça e a confiança.

c) A reciprocidade em forma de estrela é aquela situação quando são mobilizadas todas as famílias da comunidade para assumir responsabilidades específicas, por exemplo, a escola, o salão comunitário ou a construção coletiva de uma cisterna. Nessa estrutura, as relações produzem amizade e confiança entre seus membros, quem não participa delas perde prestígio e honra. Na região do Nordeste brasileiro, “o manejo de estruturas coletivas envolvia tradicionalmente os pastos coletivos e os pontos de água. Tal estrutura assume plenamente o desenho das relações em forma de estrela para o caso da repartição e do revezamento das famílias para assumir cargos comunitários” (SABOURIN, 2009, p.68)

d) A Partilha é estrutura descrita por Chabal (2005) da seguinte forma:

Em comparação com cara-a-cara normal (que une dois termos diferentes) foi na partilha (que reúne tudo em todos, portanto, um conjunto em si) há um forte senso de comunidade, de pertencer a um grupo. A união é o que busca produzir partilha. A palavra expressa esse “nós”. O lema é um por todos e todos por um.” Esta é a ideia de totalidade que domina. O produto geralmente compartilhando, o sentimento de ser de uma comunidade (para melhor e para pior), um todo. **"Solidariedade" expressa bem isto** (Tradução e grifos nossos.)

Uma aplicação concreta dessa estrutura de compartilhamento é particularmente verificada no “caso do manejo dos bens em propriedade comum: gestão de recursos naturais (terras, pastagens, floresta, água) ou de equipamentos coletivos (sistemas de irrigação, equipamentos ou máquinas agrícolas)” (SABOURIN, 2011, p.35). Em boa medida a maioria

dos FRS Comunitários regem-se por esses princípios subjacentes, contudo as estruturas de reciprocidade do tipo estrela representam um grau ideal de sociabilidade e confiança maior onde todos se conhecem como em comunidades constituídas por parentesco próximo, comunidades com poucos membros ou em sociedades tribais.

e) Na estrutura de recursos centralizada, “as prestações e as decisões são distribuídas por um centro de redistribuição (o chefe, o patriarca, o rei, o Estado ou líder religiosos) torna-se obrigação a obediência a um centro de redistribuição” (SABOURIN, 2009, p. 59)

f) Já no mercado da reciprocidade se dão relações mais complexas e que abrangem um território maior, como estado ou país, aproximando-se dos mercados financeiros, por exemplo.

Essas classificações ajudam a compreender a passagem do predomínio da “lógica da reciprocidade” para a “lógica da troca” nas sociedades ao longo da história da humanidade. Dito de outra forma,

o apagar histórico da reciprocidade frente ao desenvolvimento do individualismo e do liberalismo, provém da passagem de uma cultura original, onde a reciprocidade era dominante ou equivalente às lógicas de troca, para uma verdadeira “privatização da dádiva”. O valor da responsabilidade teria se apagado para dar lugar a relações de troca e de interesse, assim como para uma relação de propriedade estrita. (SABOURIN, 2011, p.32)

Para retirar a reciprocidade de uma esfera privada das relações humanas, Temple (2003 apud QUISPE, 2012, p.168) propõe uma opção política para integrar uma proposta de economia mais humana: tornar a reciprocidade generalizada. Se o acúmulo dos bens e dos meios de produção é fonte de poder no mercado capitalista, isso se dá pela “produção para acumular” (maximizar lucros). Por outro lado, pelo princípio da reciprocidade é possível “produzir para partilhar”, ou seja, para assegurar as necessidades elementares “dos outros” ou da coletividade.

A lógica da reciprocidade pode constituir um motor da produção – e de uma produção de excedentes – tão poderoso como aquele da lógica da troca para a acumulação do lucro. Contudo, as relações de reciprocidade geram valores humanos que garantem modos de regulação capazes de estabelecer justiça e contrapoderes, podendo limitar

os excessos, assim como foram propostas modalidades de regulação dos excessos do livre mercado. (SABOURIN, 2011, p.32)

Para um entendimento esquemático dessas estruturas de reciprocidades propõe-se uma distinção entre sociabilidades primárias e secundárias. Como a apresenta Alain Caillé (2002 apud MARTINS, 2005, p.56) uma tendência da sociedade moderna a provocar uma separação crescente de tipos de sociabilidades:

O primeiro é o das **sociabilidades primárias**, no qual as relações entre as pessoas são mais importantes que os papéis funcionais por elas desenvolvidos na sociedade. Trata-se, por exemplo, do registro da família, dos parentes, dos amigos e dos vizinhos. [...] No registro das **sociabilidades secundárias**, ao contrário, como são exemplos aquelas do mercado, do Estado e da ciência, a funcionalidade das práticas sociais vale mais que as personalidades e subjetividades dos atores presentes.

No primeiro tipo podem ser situadas as estruturas binárias e ternárias (letra a e b da figura 2). No segundo tipo, caberiam a “reciprocidade generalizada” (letra f) e também a centralizada (letra e). E na zona intermediária entre as duas, estariam as outras variadas formas: a estrela, partilha e mesmo a centralizada que estariam em ambientes de relações como uma comunidade. É nesses tipos de estruturas de reciprocidade que se pode entender as organizações dos FRS, tanto em seus aspectos positivos (partilha) ou negativos (centralização) ou, ainda, seu crescimento e arrefecimento como experiência solidária no uso de recursos comuns como as finanças.

De fato, sem estruturas de reciprocidade ternária, não há responsabilidade da humanidade em relação ao bem comum, ao meio-ambiente ou perante às futuras gerações. Contudo, esta responsabilidade, de acordo com Temple, significa saber que “dividir” está na base de toda e qualquer comunidade. (SABOURIN, 2011, p.33)

Contanto que a sensação de ser um todo é produzido pela reciprocidade, não é necessário que cada um perca a sua personalidade: identidade e diferença são necessários para produzir a consciência. Se tudo é homogeneizado, não há mais reciprocidade, **autêntica solidariedade**, e consciência verdadeira. O outro grande perigo de

partilha é o fechamento do círculo: partilha e mutualidade ao interior, e reciprocidade negativa ao exterior, ou mesmo trocar para fora, ou seja, sair da reciprocidade. (CHABAL, 2005, tradução e grifos nossos)⁵⁶

Dessa forma, infere-se que as atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros (do coletivo, do comunitário), e do social, com a manutenção do laço social. Sabourin (2011, p.34) lembra que nas sociedades rurais, trata-se da permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infraestruturas ou equipamentos coletivos).

Segundo a teoria da reciprocidade há produção de valores sociais e simbólicos. A forma de reciprocidade que gera valores éticos é a reciprocidade simétrica (ou equilibrada), mas os valores podem ser produzidos também por meio de **relações de reciprocidade desigual**. Por exemplo, o caso da ajuda agrícola nas terras do senhor ou do chefe. Os valores ficam, então, presos ao imaginário que traduz essa desigualdade: a realeza (o príncipe, os nobres e os servos ou escravos), a divindade (as religiões e os seus sacerdotes etc.) ou o Estado com a sua burocracia e a sua tecnocracia (SABOURIN, 2011, p.36).

Como será tratado adiante, os FRS e as Finanças solidárias buscam praticar esses valores e princípios da reciprocidade simétrica. Porém não estão em “estado puro” porque a dádiva e a reciprocidade são construções sociais, reais e simbólicas, com avanços e recuos dialéticos. São experiências elaboradas e reelaboradas nas relações sociais, econômicas culturais de forma dialética. Há casos que as relações solidárias vão enfraquecendo e desaparecendo enquanto uma experiência coletiva e alternativa.

⁵⁶ No original: “*Tant que le sentiment d'être un tout est produit par la réciprocité, il n'y a pas lieu que chacun perde sa personnalité : identité et différence sont nécessaires pour produire la conscience. Si en revanche le tout sombre dans l'homogène, il n'y a plus de réciprocité, plus de solidarité authentique, plus de véritable conscience. L'autre grand danger du partage est la clôture du cercle : partage et mutualité à l'intérieur, réciprocité négative à l'extérieur, ou bien même échange à l'extérieur, c'est-à-dire sortie de la réciprocité.*”

Neste sentido Sabourin (2009), nos seus estudos sobre a agricultura camponesa no Brasil, apresenta os casos **de ajuda mútua e ação coletiva** no meio rural como exemplo de vivência de reciprocidade, isto é, experiências originárias fora das relações mercantis e atualmente isoladas, modificadas ou condicionadas pelo domínio do sistema de trocas do mercado capitalista. E aponta que a ajuda mútua não gera apenas valores humanos éticos e/ou subjetivos, mas também condições melhores de vida de ponto de vista material e econômico inclusive.

Nos dispositivos de gestão partilhada dos recursos naturais, as relações de compartilhamento contribuem para produzir sentimentos de pertencimento, mas também de confiança e respeito. Trata-se de valores produzidos pela relação de compartilhamento, que permitem, inclusive, em condições de renda precária, conservar e reproduzir esses bens comuns.

Tal discussão é importante pois contribui para entender a gestão coletiva dos FRS como instrumentos de consolidação das relações comunitárias e solidárias.

O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea na maioria dos depoimentos de camponeses, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário. (SABOURIN, 2011, p.38, grifos nossos)

Abordou-se que a solidariedade é um processo dialético e socialmente compreendida que perpassa desde as relações mais simples até as mais complexas, atingindo a sociedade inteira. São relações que produzem efeitos e valores éticos diversificados no sentido positivo (a justiça, a igualdade) ou negativo (a desigualdade, a centralização de poder). Adiante adentra-se mais nas mencionadas relações separando de forma didática os sistemas da troca mercantil e da reciprocidade.

2.3.2 As articulações entre sistema mercado capitalista e da reciprocidade

De maneira breve, convém discorrer sobre a relação entre o sistema da troca (mercado) e da reciprocidade. No fundo busca-se através deste debate distinguir elementos socioantropológicos, os quais estão na base dessas experiências, procurando juntar elementos comumente considerados opostos: economia e solidariedade, finanças e reciprocidade, mercado e justiça, etc.

Um dos desafios da Economia Solidária, e também de suas bases teóricas, situa-se na questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade (internamente), e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca (concorrência para a acumulação privada) de que necessita para vender seus produtos (externamente)⁵⁷ (SABOURIN, 2011, p.43). Como Singer (2002, p.114) expõe, há o risco de desaparecimento se a economia solidária “for apenas uma resposta às contradições do capitalismo seu crescimento poderá se desacelerar no futuro e ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista”.

Em boa medida essa dificuldade também se faz presente nas comunidades e nas organizações camponesas que se situam na interface entre o mundo da troca e aquele da reciprocidade. “A noção de **sistemas mistos** aplica-se às situações onde relações de reciprocidade e de troca coexistem, o que corresponde à maioria dos casos nas sociedades contemporâneas, inclusive no meio rural dos países do Sul” (SABOURIN, 2011, p.40, grifos nosso)

Em que pese tais dificuldades, “as relações e estruturas de reciprocidade têm conseguido, mesmo se ignoradas ou mascaradas, e apesar da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais e, sobretudo, a manter nas nossas sociedades, com um mínimo de valores éticos” (SABOURIN, 2006, p.15)

Sabourin (2009, p.75) considera duas instituições estruturantes “positivas” da reciprocidade: a ajuda mútua e o manejo de recursos comuns no meio camponês, como os “pastos comuns”, os manejos de água, os projetos de desenvolvimento. Estaria aí uma explicação dos motivos pelos quais os FRS, principalmente comunitários, predominam no Nordeste brasileiro e estão mais presentes no ambiente rural. Apresentam como este processo é dinâmico, contraditório e disruptivo

As regras de uso foram abaladas muitas vezes pelas intervenções externas em termos de infraestruturas hídricas e manejo de água. As doações feitas em favor da coletividade que não se inscrevem nas

⁵⁷ Coraggio e Kraychete (In: KRAYCHETE; AGUIAR, 2007, P. 32-99) argumentam que sustentabilidade dos Empreendimentos Solidários depende da comercialização como inserção no mercado hegemonicamente capitalista, porém há aspectos políticos e sociais e dimensão de Utopia pode ser um ingrediente para superar sua descaracterização enquanto alternativa econômica.

lógicas das estruturas de reciprocidade se tornam difíceis de administrar pelos camponeses. [...] com a atuação da Igreja e do Estado a partir dos anos 1970 e 1980 multiplicaram-se poços, bombas cisternas, barragens e sistemas de irrigação [...] Com a distribuição clientelista de cisternas e barragens públicas, o rigor e a motivação costuma ser menores.

Para Temple as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas e produzem valores de uso e valores humanos: a amizade entre próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a justiça e a equidade nos modos de redistribuição (SABOURIN, 2006, p.14)

Em síntese, a característica comum dessas diversas transações e prestações econômicas é não submissão às regras do intercâmbio capitalista. Primeiro, essas prestações são caracterizadas como relações econômicas e não apenas sociais. Segundo, os resultados confirmam a validade atual das categorias da reciprocidade e da redistribuição propostas por Polanyi, juntamente com a de intercâmbio. Os estudos mostram que, nas sociedades rurais contemporâneas, essas categoriais coexistem em situações que podem ser qualificadas como mistas ou de híbridas. “Essa coexistência gera complementaridades ou oposições, no mínimo tensões, entre as lógicas sociais e políticas associadas aos diversos sistemas econômicos” (SABOURIN, 2006 p.09).

As abordagens teóricas apontadas colocam a solidariedade para além das lógicas do “mercado” e propõem um novo tipo de sociabilidade, em que as inúmeras experiências econômicas adjetivadas de solidárias estão sendo construídas, atualizadas ou resignificadas. Adiante discute-se que a sociabilidade gerada pela solidariedade, dádiosa e recíproca, é incompleta se não estiver baseada em um projeto, perpassado por Utopias emancipadoras da humanidade

2.4 A SOLIDARIEDADE NO HORIZONTE DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA

O conceito de emancipação⁵⁸ complementa o tema situando a solidariedade presente nas experiências de Economia Solidária noutro

⁵⁸ Expressão emancipação pode ser identificado por outros termos como autonomia, autogestão, libertação. Tem-se utilizado também empoderamento principalmente pelo microcrédito. Tal conceito aproxima-se ou pode se confundir

patamar. Como práticas que visam a superação de práticas assistencialistas ou caritativas presentes na sociedade; e em determinadas políticas sociais ou determinados programas de “responsabilidade social” que, afinal, funcionam como *marketing* empresarial, ou seja, práticas que mais reproduzem as relações de dependência ou dominação.

A compreensão de “emancipação política e humana” é discutida em Marx, em “Sobre a Questão Judaica” (1843), na fase inicial de sua produção teórica. Nesse artigo, Marx já apresenta as relações paradoxais entre o poder do Dinheiro (Finança ou capital financeiro em Hilferding), a emancipação política nos limites do Estado burguês (capitalista) e a construção da emancipação humana (EH). Nele está presente, ainda que de maneira insipiente a discussão que irá desenvolver nas obras posteriores como nos “*Grundrisse*”, na “Crítica a Economia Política” e mais elaborada em “O Capital”. No entanto, ainda não estava claro seu projeto intelectual como ele descreve posteriormente⁵⁹. O conceito de emancipação diretamente acaba sendo tratado de maneira secundária em seus escritos, porém nunca deixou de ser o “pano de fundo” ou projeto que perpassou toda a discussão teórica marxista posterior.

Nesse artigo Marx não estava apenas “refutando as teses de Bruno Bauer acerca do direito do povo judeu à liberdade religiosa, mas acima de tudo, afirmando este direito e ao mesmo tempo assinalado seu limite histórico” (LESSA, 2007, p.36). Marx apresenta a construção do Estado na sociedade burguesa como emancipação política da humanidade, em contraposição à emancipação humana.

Emancipação Política (EP) não se restringe à superação do feudalismo, mas é também a superação de algumas características fundamentais dos modos de produção pré-capitalistas, como “feudalismo”.

com a visão liberal que através da renda se empodera os pobres ou “desenvolvimento como ampliação da liberdade individual (SEN, 2000, p.16-26, 121-132; REGO;PINZANI, 2013, p. 69-84)

⁵⁹ No prefácio da “Contribuição a Crítica da Economia Política”, Marx (2008, p. 45-46) apresenta o plano de sua obra: “Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial... as três grandes classes nas quais se divide a sociedade burguesa. A primeira seção do primeiro livro, que trata o capital, se compõe os seguintes capítulos: a mercadoria; o dinheiro ou a circulação simples; o capital em geral. Os dois formam o presente neste volume.” (p. 45) Além disso, explica que começou a estudar economia política desafiado pelos assuntos da revista “Gazeta Renana” e apresenta um resumo de sua trajetória desde aquele período (1844)

A feudalidade foi superada entre 1776 e 1830 pelo conjunto das transformações históricas balizado pela revolução industrial e pela revolução francesa. A articulação entre indivíduo e comunidade, vida quotidiana e Estado e indivíduo e Estado, o indivíduo só pode existir pela comunidade/classe que nasceu será destruído e substituída pela nova relação capitalista. (LESSA, 2007, p.37)

A sociedade burguesa reconhece que o indivíduo possui direitos e o Estado garante esses mesmos direitos, dentre eles a liberdade, a religião e a propriedade privada. Naquele contexto histórico “com a emancipação política as forças produtivas se libertam dos entraves da ‘feudalidade’ pela constituição de uma sociabilidade cujo deus é o ‘dinheiro’ (LESSA, 2007, p.48)

A EP é a conquista de um patamar de liberdade que se dá, por necessidade histórica, “por meio do Estado” é este o máximo que pode fazer, é regular a propriedade privada, a exploração do homem pelo homem, e nunca superar a ambos. Desse modo com a emancipação política, como Lessa (2007, 39) sintetiza que

o dinheiro se tornou a essência do trabalho e da existência humana [...] o dinheiro assume a função social de essência humana [...] este complexo de alienações deve ser superado pela emancipação humana. ‘a emancipação do dinheiro seria a autoemancipação de nossa época’ [...] a superação da existência alienada, requer necessariamente superação da propriedade privada, do Estado e da cidadania.

Emancipação política é a realização de uma sociabilidade ainda regida pela propriedade privada burguesa.

A emancipação política, por isso não é sinônimo de democracia [...] e a plena cidadania é o indivíduo burguês seja ele proletário, desempregado ou capitalista. [...] O Estado é burguês precisamente porque é uma mediação para o predomínio do capital sobre a reprodução social. Com a emancipação política as forças produtivas se libertam dos entraves da “feudalidade” pela constituição de uma sociabilidade cujo deus é o “dinheiro” (LESSA, 2007, p.48)

A luta dos povos (ou dos trabalhadores) não pode ser unicamente por meio do Estado para a manutenção de direitos, mas, sim, por uma sociabilidade na qual os “direitos individuais” e propriedade privada sejam superados. [...] A sociedade comunista seria a etapa final dessa sociabilidade na qual aconteceria a emancipação humana. Os direitos sociais (no Estado de Bem Estar Social ou keynesiano) foram inseridos somente no século XX que poderiam ser um passo a mais na direção da emancipação humana. Não se trata de lutar pela abolição dos direitos criados (ou conquistados pela sociedade) e mantidos por meio do Estado já que é uma imposição histórica da qual os revolucionários, os “emancipadores humanos”, “não têm como se furtar. Por exemplo, a estratégia parlamentarista e democrática dos últimos anos não tem dos bons resultados, não conseguiu resistir às tendências destrutivas do capital”, segundo Lessa (2007, p. 49). Nesse sentido, no Mapeamento apontou-se como conquistas dos FRS o acesso a políticas públicas desenvolvidas na última década além do controle social destas, através da participação em diversos conselhos e conferências dessas políticas.

Esta discussão adquire importância por colocar os FRS como uma das formas de conquistar a emancipação humana e como base a construção de sociabilidade baseada nos princípios da solidariedade que perpassa as relações econômicas, políticas sociais e culturais. Embora seja mais uma estratégia de movimentos sociais e organizações não estatais, as entidades gestoras dos Fundos articulam-se para ampliar a conquista de direitos ao cidadão, dentro do Estado burguês na sociedade capitalista. No capítulo sobre as conquistas e limites dos FRS, percebe-se que se limita à emancipação política conquistando “direitos” ou como acesso a política públicas ou programas governamentais no campo da assistência social (Exemplo do programa Bolsa Família) ou agricultura familiar (Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos) ou da Economia Solidária (Programa Brasil Local, Centro de Formação em Economia Solidária entre outros)⁶⁰

Complementa-se o conceito de **emancipação social** com Cattani (2003, p. 130), que o caracteriza como o que “designa o processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais”.

A partir desta discussão teórica, o próximo capítulo adentra mais no tema da pesquisa, no intuito de entender o processo histórico e social

⁶⁰ A respeito dessas políticas, são retomadas no capítulo 7 em sua interrelação com os FRS.

da construção de finanças alternativas, baseando-se nas lógicas da dádiva ou no princípio da reciprocidade acima discutidos. Discute-se o alcance de finanças alternativas inseridas no capitalismo, mas baseando-se na “solidariedade e na emancipação”. Para isso, busca-se no processo histórico e na compreensão teóricas das experiências alternativas desenvolvidas relacionada com as experiências de microcrédito e microfinanças atuais.

3. FINANÇAS SOLIDÁRIAS: POSSIBILIDADES E LIMITES NO CAPITALISMO

De modo geral, os FRS mobilizam recursos financeiros para fomentar atividades econômicas de grupos sociais excluídos. Tal processo de mobilização de recursos compõe-se de várias fases interconectadas: a captação dos recursos, a gestão e administração, a liberação de recursos aos destinatários e a “devolução solidária”. Por causa dessa dinâmica, os FRS assemelham-se a práticas creditícias, principalmente as do tipo “microcrédito”. Neste processo os FRS se configuram como parte de um “sistema de crédito”, alternativo e não formalizado como tal.

Apresentamos neste capítulo elementos que servem de base para a discussão acerca das semelhanças e diferenças entre as referidas iniciativas ditas “solidárias”, tanto do ponto de vista teórico como prático e organizacional do sistema financeiro capitalista. O desafio para as Finanças Solidárias consiste em lograr êxito em seus propósitos, mesmo sob a presença hegemônica do sistema financeiro capitalista. Nesse sentido, o tema principal deste capítulo é a apresentação de algumas experiências concretas de Finanças Solidárias, relacionando-as com as microfinanças em suas relações similares ou diferenciadas com o sistema financeiro capitalista.

Para a discussão teórica, adota-se o conceito de Finanças Solidárias desenvolvido por Coelho (2003, p. 153, grifo nosso), como

[...] **formas de democratização** do sistema financeiro que procuram adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade.

Neste capítulo se desenvolve o tema do seguinte modo: nas duas primeiras seções discute-se o significado de Finanças Solidárias a partir de sua construção histórica, principalmente no Brasil. Na terceira seção apresentam-se uma síntese de princípios considerados fundamentais para a construção das Finanças Solidárias. Depois, o enfoque recai para as microfinanças e o microcrédito, acrescentando-se a “teoria da assimetria informação”. Nas duas últimas seções apresentam-se aspectos pragmáticos desenvolvidos recentemente pela ação do Estado brasileiro

na construção de políticas públicas de microfinanças e da construção de sistema de finanças solidárias.

3.1 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: FATORES HISTÓRICOS PARA A COMPREENSÃO ATUAL

Finanças Solidárias são compreendidas como iniciativas relacionadas de movimentos sociais, mais especificamente à Economia Solidária no Brasil neste trabalho. Contudo as iniciativas de finanças “alternativas” remontam às origens do capitalismo, ou antes dele, embora não sejam denominadas “solidárias”. Segundo Amaro, (2011, p.11), “há registros desde o século XVIII, mas, em muitas culturas e continentes, existem grupos e dinâmicas informais de entreaajuda e de mutualização das poupanças e dos créditos, que se perdem na memória do tempo”

As experiências de microfinanças das últimas décadas se originam, de acordo com Muñoz (2009; p. 208-210) em virtude de quatro modalidades: i) o cooperativismo de economia e crédito, cuja referência são os princípios da Aliança Cooperativa Internacional, originário no século XIX; ii) as microfinanças; iii) as finanças éticas, que começaram a difundir-se ao final dos anos 1980, nos países do hemisfério Norte, a partir das ideias de “poupança ética” e “investimento socialmente responsável”; e iv) as Finanças Solidárias, uma série de instrumentos monetários e financeiros como as moedas sociais, bancos de horas, oferta de créditos sem juros, círculos de poupança entre vizinhos etc.

Uma síntese da trajetória histórica das Finanças Solidárias realizada por Coelho (2003, p.157) elencando experiências existentes desde os séculos XVIII e XIX, a exemplo das cooperativas de crédito na

Alemanha, Irlanda e Itália até os dias atuais. Essas experiências encontram-se, em sua totalidade, em países subdesenvolvidos, sendo a

Bolívia o país com o maior número de experiências. Dentre as 28 experiências arroladas, sete atuam em áreas rurais, o que ilustra uma realidade cujo acesso é mais difícil para aqueles que não estão nas capitais ou em áreas urbanas mais populosas. Há, mais recentemente, uma multiplicação de experiências, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990.

Segundo Coelho (2003, p. 162), o crescimento das Finanças Solidárias no Brasil ocorreu em maior número na década de 1990 e estaria associado a uma ruptura nos padrões de pensamento político dos movimentos sociais. Essa ruptura se expressa no crescimento de organizações econômicas de base, que pensam a democratização não só no campo social, mas também no campo econômico e do mercado. Destaca que uma particularidade dessas práticas reside em sua relação

com a comunidade e com o desenvolvimento local. Segundo ele, “a construção dos produtos financeiros alternativos passa, por uma dimensão de integração comunitária e territorial que a diferencia de uma visão de “setor” econômico de microfinanças”. (COELHO, 2003, p. 162).

Nos últimos anos, em todos os continentes, houve uma crescente diversidade das experiências e iniciativas de financiamento alternativo, desde os sistemas de “microfinanças à Banca Ética, passando pelos Clubes Solidários de Poupança e Crédito, que abriram novas vias de financiamento, distintas das lógicas dominantes e mais de acordo com os princípios da Economia Social e Solidária”. No Brasil,

o conceito de finanças solidárias insere-se, deste modo, na produção social de economia solidária e deve ser vista como um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores, configurando novas regras e novos marcos legais (COELHO, 2003, p. 155).

Diante desse espectro, Junqueira e Abramovay (2005, p.03) comentam que vários termos são empregados para entender iniciativas que oferecem serviços financeiros a populações pobres, cujo objetivo principal é alcançar aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional. Nesse ponto, no Brasil é possível situar as Finanças Solidárias, incluindo os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), as Cooperativas de Crédito Solidário (CCS) e os FRS. Cada uma dessas iniciativas tem características em comum, consequências da atuação dos movimentos sociais, organizações populares e da Economia Solidária. Há diversos estudos de pesquisadores brasileiros sobre cada uma delas, mas que, contudo, não operam direta ou teoricamente com o conceito Finanças Solidárias⁶¹.

As Finanças Solidárias inspiram-se no próprio movimento cooperativista, principalmente o de crédito, originado no século XIX, na Europa⁶². Porém, após a Segunda Guerra Mundial, o cooperativismo de crédito sofreu mudanças profundas para se adaptar à evolução da intermediação financeira capitalista. (SINGER, 2002, p.59-73)

⁶¹ Entre os autores que utilizam Finanças Solidárias, podemos citar: MICK, 2004; PASSOS, 2007; BURIGO, 2010; SOARES, 2006; MUÑOZ, 2007, p. 273-74; RAIMUNDO, 2014.

⁶² Para maiores detalhes conferir a seção 4.1 sobre contexto histórico dos Fundos Solidários.

No Brasil, as cooperativas de crédito teriam se originado no início do século XX, embora o cooperativismo e o associativismo tenham sido malvistas pelas autoridades, havendo, inclusive, proibição oficial das práticas cooperativas na Constituição Monarquista de 1824. A primeira cooperativa brasileira – que era do ramo do consumo – foi organizada por empregados públicos de Ouro Preto (MG) em 27 de outubro de 1889, ainda na forma de sociedade anônima (PINHO, 2004, p. 18). Ao longo do século passado, o movimento cooperativista amplia-se em várias regiões do Brasil, mas foi no Sul que mais se firmou, tendo sido fundadas, até os anos 1940, 55 cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, a maioria do tipo Raiffeisen⁶³ (PINHO, 2004, p. 22).

Búrigo (2010, p. 55) avalia, a partir de seu estudo, que o cooperativismo brasileiro foi, em geral, um movimento conservador, subordinado aos limites da ordem capitalista. Durante os governos militares, foi cooptado, tutelado e controlado através da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), uma entidade fundada em 1969 e concebida para “pacificar” e centralizar, numa instância única, as diferentes forças que atuavam junto ao cooperativismo nacional naquele momento.

Durante os anos 1980, a OCB reforçou sua imagem conservadora quando se manteve distante das lutas pela redemocratização do país e dos processos de reconstrução das organizações sindicais dos trabalhadores, de pequenos empresários e de agricultores familiares (BÚRIGO, 2010, p.56), fazendo com que esses sujeitos construíssem um “outro sistema” que é denominado, até o momento, de cooperativas de interação solidária (PINHO, 2004, p.46-60)

A história do “cooperativismo de crédito de interação solidária”⁶⁴ iniciou no final da década de 1980, quando pequenos agricultores e assentados da reforma agrária no Sul com dificuldades para acessar crédito de custeio e de investimentos estruturaram o Fundo de Crédito Rotativo, administrado por entidades e movimentos pastorais, sindicais,

⁶³ “As cooperativas raiffeiseanas fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo, admitem auxílio de caráter filantrópico, mas preferem o de entreajuda, dão importância a formação moral dos associados os quais se responsabilizam de modo solidário e ilimitado quanto as obrigações contraídas pela cooperativa, e preconizam a organização de um banco central para atender as necessidades das cooperativas.” (PINHO, 1977, p.96)

⁶⁴ Assim são denominadas as Cooperativas de Crédito Solidário (CCS) vinculadas ao sistema Cresol.

não-governamentais, associativas e sem-terra⁶⁵. A partir dessa experiência, funda-se a primeira cooperativa com essas características, em 1995, sob a marca Cresol (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária).⁶⁶

Em 2002, as cooperativas de crédito, as Centrais de crédito e as entidades de apoio reúnem-se no Fórum Nacional de Cooperativas de Economia Familiar e Solidária. E, em junho de 2004, as cooperativas existentes (Cresol, Crehnor, Ascoob, Ecosol, Cocredi/Integrar, Crescer, Credsol) constituíram a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol). Como argumenta Búrigo (2006, p.170) “se configurou como um retrato politicamente bem representativo não apenas das cooperativas de crédito solidárias, mas também das redes sociais que atuavam em torno do tema no Brasil, naquele momento”.

A organização desse sistema de “cooperativismo de crédito com interação solidária”, integrado através de centrais de crédito, bases de serviços regionais e cooperativas singulares, a partir de 2008, avançou para a constituição de uma confederação formal, a Confesol, com reconhecimento no universo do cooperativismo de crédito brasileiro. A Confesol estabeleceu sua sede em Florianópolis (SC).⁶⁷

Atualmente as cooperativas de crédito têm uma presença maior no Sul do Brasil, sendo que Santa Catarina possui o maior número de cooperativas (163), seguida do Rio Grande do Sul (158). Em toda a região Sul se concentram maior número (458) do país, ou seja, 88,59% do total de cooperativas nacionais (Cf. Tabela 3)

⁶⁵ Financiado pela Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica na Alemanha, a Misereor (Cf Quadro 34 Apêndice)

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.confesol.com.br/confederacao/>>. Acesso em: 12 jan. 2017

⁶⁷ Cf Apresentação no II Fórum de Inclusão Financeira Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/evnweb/atividade/18nov_Painel%203_Mesa%202_Adriano%20Michelon_201012161042002230.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017

Tabela 3 – Brasil: Número de Cooperativas de Crédito Solidário por estado (2015).

Estado	Número	%
Santa Catarina	163	31,53
Rio Grande do Sul	158	30,56
Paraná	137	26,50
<i>Sul</i>	458	88,59
Minas Gerais	20	3,87
Espírito Santo	13	2,51
Rio de Janeiro	2	0,39
São Paulo	1	0,19
<i>Sudeste</i>	36	6,96
Bahia	8	1,55
Pernambuco	2	0,39
Sergipe	1	0,19
<i>Nordeste</i>	11	2,12
Roraima	9	1,74
<i>Norte</i>	9	1,74
Goiás	2	0,39
Mato Grosso		
Mato Grosso do Sul	1	0,19
<i>Centro-Oeste</i>	3	0,58
Total	517	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de NESOL/USP (2015, p. 33). Elaboração própria

Outra contribuição fundamental para a construção de Finanças Solidárias emana dos chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento, dos quais o Banco Palmas representa a iniciativa paradigmática. O Banco Palmas foi uma invenção da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) em 1998, como resultado de um “processo de construção do próprio bairro para melhoria das condições de vida naquele espaço.”⁶⁸ (FRANÇA FILHO; SILVA JR., 2009, p.32). O Conjunto Palmeira é um bairro periférico do município de Fortaleza, tendo suas origens relacionadas com o processo de despejo e remanejamento de pessoas que viviam em áreas de risco, desde 1973 (TAFURI, 2014, p. 49-50).

⁶⁸ A partir de 1980, começaram a serem organizadas pelos moradores do Conjunto Palmeira as primeiras mobilizações coletivas do bairro, desencadeadas principalmente por conta da precariedade do fornecimento de água e energia elétrica. É dentro de tal contexto que foi criada, no dia 02 de fevereiro de 1981, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) (TAFURI, 2014, p.49).

Nas palavras de Passos (2007, p. 64), o Banco Comunitário é sustentado pelo seguinte tripé: gestão comunitária, sistema integrado de desenvolvimento e a moeda social circulante”.

Quadro 9 - Principais fatos históricos dos Bancos Comunitários no Brasil

Ano	Nome	Local
1998	Banco Palmas	Fortaleza - CE
2004	Banco Par	Paracuru - CE
2005	Banco Bem	Vitória - ES
2005	I Encontro Nacional da Rede Bancos Comunitários	Caucaia - CE
2007	II Encontro Nacional da Rede Bancos Comunitários	Caucaia CE
2013	III Encontro Nacional da Rede Bancos Comunitários	Fortaleza CE
2015	IV Encontro Nacional da Rede Bancos Comunitários	Fortaleza CE

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de página eletrônica do Instituto Banco Palmas.

A partir do Banco Palmas, a experiência se amplia para outras regiões do Brasil e essas iniciativas são politicamente articuladas em diversos encontros nacionais, consolidando a proposta e aumentando as conquistas. No 1º Encontro Nacional de BCDs, realizado em Caucaia (CE), em 2005, foi criada a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBCB) e assinado convênio com o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) para a criação de dez bancos, no âmbito do Projeto Bancos Comunitários no Ceará (PAIVA, 2015, p. 08-09). No 2º Encontro Nacional da Rede, em abril de 2007, se dá a aproximação da Economia Solidária como “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda numa perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2007, p.7).

No 4º Encontro Nacional (2015), criou-se a Associação Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, com nome de Banco Nacional das Comunidades. Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de interesse público (OSCIP), representativa do conjunto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. “O Banco Nacional das Comunidades iniciará um amplo processo de esclarecimento e diálogo com os diversos territórios de atuação dos Bancos Comunitários,

instituições públicas e privadas, objetivando uma formatação final de suas finalidades e modo de funcionamento”⁶⁹.

Em 2015, a distribuição espacial dos Bancos Comunitários apresenta uma maior concentração no Nordeste (45,21%), especialmente no estado do Ceará (31,30), seguindo-se as regiões Norte (24,34%) e Sudeste (22,61%), conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Brasil: Número de Bancos Comunitários de Desenvolvimento por estado (2015)

Estado/Região	Número	%
Ceará	36	31,30
Bahia	9	7,83
Paraíba	2	1,74
Piauí	2	1,74
Maranhão	1	0,87
Rio Grande do Norte	1	0,87
Sergipe	1	0,87
Nordeste	52	45,21
Pará	13	11,30
Amazonas	10	8,70
Acre	2	1,74
Amapá	2	1,74
Roraima	1	0,87
Norte	28	24,34
Espírito Santo	11	9,57
São Paulo	9	7,83
Minas Gerais	3	2,61
Rio de Janeiro	3	2,61
Sudeste	26	22,61
Mato Grosso	3	2,61
Mato Grosso do Sul	3	2,61
Distrito Federal	2	1,74
Goiás	1	0,87
Centro-Oeste	9	7,82
Total	115	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de NESOL/USP (2015, p.31)

O conjunto dessas práticas denominadas Finanças Solidárias, no Brasil, se desenvolve junto com outras iniciativas nos setores de agricultura, produção, comercialização e serviços, denominadas Economia Solidária. A demanda de crédito ou financiamento para esses

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/banco-nacional-das-comunidades/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

empreendimentos aparece nas reivindicações desse movimento no seu todo e na construção de políticas públicas, como um setor da Economia Solidária⁷⁰. Convém destacar que Finanças Solidárias não é o mesmo que financiamento aos empreendimentos. Este último é tratado por Carbonetti (2007, p.109) quando analisa alguns casos de empresas recuperadas e cooperativas de trabalho na Argentina:

Por “financiamento” queremos significar qualquer forma de obtenção de recursos monetários, que as empresas recuperadas e cooperativas de trabalho podem recorrer ante a necessidade de fundos. O financiamento pode dar-se através de créditos, subsídios, ampliação dos prazos para a realização de determinados pagamentos, entre outros (Tradução Nossa)

No Brasil, aponta-se para a mesma dificuldade, como o faz Barbosa, (2007, p.166), por exemplo, quando afirma que: “na prática, vivencia-se a dificuldade de acesso ao crédito tanto para negócios de porte como para as empresas autogestionárias ou para cooperativas populares”.

O crédito ou financiamento para as atividades dos Empreendimentos da Economia Solidária (EES) e de apoio às iniciativas de Finanças Solidárias são reivindicações do movimento e dos agentes públicos (gestores) envolvidos nesse processo. O “Mapeamento da Economia Solidária”⁷¹, uma das primeiras ações realizada pela SENAES, aponta que

a falta de acesso ao crédito é a segunda maior dificuldades manifestadas pelos EES. Dos dados disponíveis de um quase total dos 22 000 EES, apenas 3.458 afirmaram que receberam crédito, 1727 são do Nordeste; 599 da Região Sul, 467 do Norte; 376 do Sudeste; e 289, do Centro Oeste. Do total desses EES, que receberam crédito 1985

⁷⁰ A diferença entre movimento e políticas economia solidária, aqui diz respeito ao fato de que “movimento” refere-se ao conjunto das organizações, empreendimentos de Economia Solidária, entidades da sociedade civil, universidades, principalmente articulam-se em Fóruns (Cf Introdução). Já as Políticas dizem respeito às ações, programas e projetos que são coordenadas pelo Estado brasileiro, nos municípios, estados e nacionalmente pela SENAES.

⁷¹ Publicado em “Atlas da Economia Solidária no Brasil” em BRASIL, 2006a. Cabe um alerta para que o leitor não o confunda com o Mapeamento dos Fundos Solidários, abordado na Introdução.

receberam recursos provenientes de bancos públicos; 180 de cooperativas de crédito, e 499 de fundos rotativos/ bancos do povo e comunitários (BRASIL, 2012, p. 175)

A partir de 2004, ‘diversas entidades e órgãos governamentais buscam estratégias para permitir à população assistida pelo Programa Bolsa Família a possibilidade de acesso às Finanças Solidárias, encontrando principalmente nos FRS um caminho para “sair” da dependência do Programa. (DUQUE; COSTA; ROCHA, 2010)

Além disso, a demanda por crédito ocupa lugar privilegiado nas três edições das Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES). A 1ª CONAES, em 2006, apresentou proposições concretas no sentido de estabelecer políticas de “crédito e finanças solidárias” e de, inclusive, instituir um programa de financiamento com modelo “similar ao PRONAF, como possibilidades de crédito aos EES, de acesso aos Fundos públicos, de democratização das políticas de microcrédito existentes e um sistema de Finanças solidárias” (BRASIL, 2006b, p.69- 70).

No primeiro ano do governo Lula, em 2003, inicia “a constituição do GT [grupo de trabalho] sobre Finanças Solidárias [...] com objetivo de propor linhas de crédito e de outras ferramentas que pudessem atender as necessidades dos EES de acessarem recursos públicos” (BRASIL, 2012, p.178). Este GT foi fundamental para ampliar as articulações com os Bancos públicos e articulações com órgãos do próprio governo. Acrescenta que “com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) em 2006, e a elaboração de proposições sobre o tema das finanças solidárias e do crédito para a ES passou a ser coordenado pelo Comitê Temático do CNES” (BRASIL, 2012, p.179).

Dessas ações iniciais, e como consequência do processo de reivindicações e debates nos citados eventos, resultou a criação de um programa de governo específico para apoio a Fundos Solidários, conhecido por Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS, em parceria com SENAES e BNB). (BRASIL, 2012, p.180). Conforme Gussi et al., (2011, p.78)

o objetivo era criar um programa de finanças solidárias de caráter antecipatório, com vistas a uma política nacional de financiamento da Economia Solidária. No bojo desta articulação foi elaborado e implementado, a partir de 2005, o PAPPS, com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com

recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB. O PAPPs resgata como metodologia os Fundos Rotativos Solidários (FRS)

As Finanças Solidárias adquirem maior visibilidade, principalmente em algumas áreas do governo, a partir da I Conferência Temática de Finanças Solidária e Crédito, realizada em Fortaleza (CE), nos dias 03 a 05 de maio de 2010. A partir da conferência, as ações governamentais deveriam “estimular a criação e garantir apoio para a estruturação de cooperativas de crédito por território, fundos rotativos, bancos comunitários” (Resolução 88. BRASIL, 2010, p. 33). A 2ª CONAES (junho de 2010), cujo tema era “Pelo Direito de Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, reforça a necessidade de “Política Nacional de Economia Solidária, e dentre elas, o tema finanças e créditos solidários.”⁷²

Desse processo, entende-se que Finanças Solidárias não se reduzem a serviços e programas de crédito a atividades econômicas, embora o financiamento constitua um dos componentes e uma demanda importante. Nesse sentido, são iniciativas e experiências típicas “de” Economia Solidária e não somente “para” os Empreendimentos. Os termos “financiamento” e “Finanças Solidárias” facilmente são utilizados como sinônimos ou como “concessão de linhas de crédito específica aos empreendimentos econômicos solidários (EES)”.

Segundo avaliação da SENAES, no período 2003-2010 foram destacadas quatro ações para a construção da Política de Finanças Solidárias: i) o termo de cooperação entre SENAES e Banco Central sobre Finanças Solidárias, em 2008, como objetivo de garantir o reconhecimento dos bancos comunitários que usam moeda social; ii) a I Conferência Temática de Finanças Solidárias; iii) o apoio a Encontros e Seminários, destacando o seminário mundial do microcrédito; e iv) os

⁷² Resolução 87. A Política Nacional de Economia Solidária nos níveis federal, estadual e municipal deverá garantir o acesso a serviços de finanças e de crédito que atendam às necessidades de financiamento de capital de giro, de custeio e para a aquisição de equipamentos e infraestrutura destinados à consecução das atividades econômicas fomentadas. [...] Uma das fontes de recursos deve ser o Fundo Nacional de Economia Solidária a ser criado, além de se buscar a garantia de ampliação e simplificação do acesso a outros fundos já existentes, tais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as linhas de crédito do BNDES, o Fundo da Amazônia, Fundos de Desenvolvimento Regionais e Fundos Constitucionais, entre outros. (BRASIL, 2010, p. 33)

Seminários Nacionais de Fundos Solidários, em 2007. (Cf. BRASIL, 2012, p. 180-182)

Nessa construção relacionada à política pública, destaca-se o Programa de Apoio a Projetos Produtivos (PAPPS) desenvolvido para o Nordeste, entre SENAES, MTE e BNB. “Esta iniciativa contou, em 2005, com recursos da ordem de R\$ 600.000,00; em 2006: R\$ 1,2 milhão e em 2007, R\$ 3 milhões. São financiamentos não retornáveis que têm o BNB como financiador. Até 2008, foram selecionados 50 projetos de FRS que receberam aportes de até 120.000,00.” (FUNDOS SOLIDÁRIOS I, 2006?, p. 21)

Importante ressaltar que somente a 2ª CONAES consolida Finanças Solidárias juntando as iniciativas de finanças formadas por um processo do movimento popular, originalmente nos grupos sociais mais excluídos, “desvinculadas do Sistema Bancário Tradicional”. (BRASIL, 2010, p. 30). Em suma, a partir dessa I Conferência Temática Finanças Solidárias passa-se a tratar concretamente de Fundos Rotativos Solidários (FRS), de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e de Cooperativas de Crédito Solidário (CCS)⁷³. São igualmente consideradas nessa configuração as “moedas sociais” utilizadas nos clubes de troca apesar da diminuição do número de iniciativas desse gênero no Brasil nos últimos anos⁷⁴.

Na preparação da 3ª CONAES (2014), foi realizada uma Conferência Temática sobre Economia e Democracia, no mês de abril de 2014, em São Paulo. Dela, surgem as proposições para a criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, (cf. Quadro 4) que foram apresentadas a III CONAES⁷⁵, consolidando-se uma proposta mais clara desta construção.

⁷³ Pertencentes à Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL) na época, e que atualmente compõem o Sistema Cresol.

⁷⁴ O tema foi tratado por Soares (2006) que apresenta um debate teórico sobre dinheiro e uso das moedas sociais, bem como uma pesquisa e um levantamento das principais experiências Clubes de Troca no Brasil até 2006. Embora estejam inseridos no movimento de Economia Solidária, não encontramos registro das razões de não estarem inseridos nessa articulação e nos Programas de Finanças Solidárias.

⁷⁵ E na 3ª CONAES, realizada em Brasília, dias 27 a 30 de novembro de 2014, que tinha por tema “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associada e sustentável”

Quadro 4 - Proposta para o Sistema Nacional de Finanças solidárias

<i>Fontes de recursos</i>	<i>Iniciativas de finanças Solidárias</i>	<i>Usuários de recursos</i>
Fundos Solidários de Fomento Poder Público Bancos Públicos Entidades da cooperação internacional Poupança de usuários/contribuições de sócios Doações de pessoas físicas e jurídicas	Fundos Solidários (FRS) Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) Cooperativas de Crédito Solidário	Empreendimentos da economia solidária Cooperativas de produção e serviços Associações de produtores Pequenos produtores Entidades do comércio solidário Consumidores solidários Economia Popular

Fonte: Brasil (2015).

Segundo o texto final da 3ª Conferência (BRASIL, 2015, p.7):

O Sistema de Finanças Solidárias é o conjunto de serviços e produtos financeiros e pedagógicos que fomenta e contribui para o crescimento e a consolidação da Economia Solidária. Ele está à serviço da Economia Solidária, seus empreendimentos, suas organizações e seus trabalhadores, mobilizando, organizando e fornecendo os recursos financeiros necessários para que ela exista e prospere.

E depois, no 1º Plano Nacional de Economia Solidária, aprovado pela 3ª CONAES, estabelecendo no Eixo II a plataforma para políticas de “Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias”.

A construção da Política de Finanças Solidárias a respeito das ações do governo Brasileiro entre 2003 a 2016 divide-se, de acordo com NESOL/USP (2016a), três fases (Quadro 5). A importância é que essas entidades compõem o movimento de Finanças Solidárias e ajudam a compreender a base social dos FRS, que será analisada no capítulo 5.

Um evento nacional que consolidou essa prática foi o Seminário de Finanças Solidárias (Santa Maria, RS, dias 12 a 13 julho de 2015), no qual se reafirmou a necessidade do sistema de Finanças Solidárias inserido no Plano Nacional de Economia Solidária. Nesse encontro aconteceu também o lançamento do aplicativo “e-dinheiro”, executado pelo Banco

Palmas. A moeda social eletrônica foi utilizada durante a Feira de Santa Maria⁷⁶.

Quadro 5 - Programas de Finanças Solidárias: Parceiros executores dos convênios realizados

Finalidade	Fase I 2004- 2007	Fase II 2008-2011	Fase III 2011-2016
Fomento a Fundos Solidários	BNB	CAMP (Porto Alegre) Cáritas Norte II Cáritas-SE Fundação Esquel (Fortaleza) Programa Providencia (Brasília)	CAMP (Porto Alegre) Caritas Nacional CEA (Brasília) Fundação Esquel (Fortaleza) Instituto Vitória Regia (PA)
Fomento a Bancos Comunitários	FBB	Ateliê de Ideias (ES) Fapex (BA) FUSP (Nesol-USP) ICSA (PA)	Ateliê de Ideias (ES) Fapex (BA) ICSA (PA) Instituto Palmas
Fomento a Cooperativas de Crédito Solidário	-	-	Ascoob (Feira de Santana, BA) Coopertec (Chapecó, SC) Crehnor (RS)
Articulação Nacional de Projetos	-	Caritas Nacional (Brasília) Instituto Palmas	FUSP (Nesol-USP)

Siglas: Ascoob - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar; BNB - Banco do Nordeste do Brasil; CAMP- Centro de Apoio Multiprofissional; CEA – Centro de Estudos e Assessoria; Coopertec – Cooperativa de Tecnologia Organizacional; CREHNOR – Cooperativa Central de Crédito Rural Horizontes Novos; FBB- Fundação Banco do Brasil; FAPEX - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão; ICSA - Instituto Capital Social Amazônia.

Fonte NESOL/USP (2016a, p.20).

As microfinanças e o microcrédito encontraram apoio na ação do Estado embora majoritariamente sejam iniciativas originárias na sociedade civil, conforme a realidade de cada país e, de certa maneira,

⁷⁶ Disponível em: <<http://caritas.org.br/santa-maria-dia-d-de-financas-solidarias-tem-plenaria-sobre-fundos-rotativos-e-premiacao/29971>>. Acesso em: 23 jun. 2017

influenciados pelo fomento de organismos da ONU. Disso decorre a questão: qual o papel do Estado na construção das Finanças Solidárias?

De acordo com Arruda (2009, p.4-5), o Estado pode desempenhar um papel subsidiário com respeito aos coletivos sociais, apoiando-os no sentido de aumentar sua autonomia e autogestão, em cooperação e solidariedade uns com os outros a partir do princípio da subsidiariedade. Nesse papel, as políticas públicas baseadas nas Finanças Solidárias estariam pautadas em redistribuir a renda, combater a pobreza e ampliar o mercado interno das massas, para o qual se necessitaria uma nova “arquitetura” financeira.

Segundo Ozomek (2007, p. 223-224, grifos do autor), “a insuficiência da participação do setor privado justifica a intervenção do Estado” e ela pode acontecer de diversas formas, como:

Crédito direto: O Estado pode intervir onde há falhas do mercado de crédito que as entidades financeiras tradicionais não apostam por isso. Exemplo são as linhas de financiamento direto para cooperativas, a determinados tipos de população.

Crédito Indireto: Financiar as IMFs para aumentar sua carteira ativa ou melhorar a estrutura creditícia.

Subsídio as IMFs: de dois tipos: a) Fundos rotativos: outorga a IMF para empréstimos dirigidos a agentes excluídos) b) para gastos operativos e/ou financeiros: recursos humanos, capacitação, etc.

Subsídios de taxas de juros: Quando a taxa de juros estiver elevada para determinados empreendimentos ou determinada população.

Criar um *sistema de informação* confiável, como *Credit Bureau*.

Baseada nessas diferentes formas de intervenção estatal, Ozomek (2007, p. 225) analisa dois programas desenvolvidos pelo governo da Argentina, de alcance nacional: o *Fondo Nacional para Microemprendimientos* (FOMICRO) iniciado em 2004 e coordenado pelo *Banco de la Nación Argentina* (BNA) e o *Programa Social Agropecuario* (PSA), de 1993, destinado a empreendimentos rurais.

No Brasil, as ações de construção da política de finanças solidárias são pontuais e isoladas em setores governamentais, como estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015 uma meta de inserir comunidades nas finanças solidárias como parte de um projeto modelo mais sustentável de desenvolvimento e de erradicação da pobreza extrema.

No entanto, Freire (2013, p. 57) indica que é preciso estar atento a algumas questões de natureza normativa para evitar a falência dessas iniciativas, com conseqüente desarticulação social, frustração e desencanto. Afinal, não é possível incluir comunidades nas Finanças Solidárias forçando os bancos comunitários, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, a adaptarem-se a regras jurídicas estatuídas para sistemas de crédito baseados na racionalidade econômica guiada pelo lucro. Em outras palavras, indica que o apoio, a intervenção e regulação do Estado das Finanças Solidárias pode descaracterizá-las à medida que vai “tutelando” e diminuindo o poder de decisão dos participantes dessas iniciativas “financeiras solidárias”.

As Finanças Solidárias, se reguladas pelo Banco Central, para não serem “regradas”⁷⁷ como um sistema convencional, poderiam optar pela criação de um “sistema financeiro estatal próprio”.

Para atingir uma política de finanças “para outra economia”, Arruda (2009) acrescenta que este processo ou novo paradigma mudança radical na estrutura do sistema financeiro que envolve pelo menos três dimensões de um paradigma de desenvolvimento integral, fundado na solidariedade e na soberania “financeira” do povo:

A) O Estado deveria possuir e gerir as principais instituições financeiras, aquelas capazes de tornar o dinheiro e as finanças um serviço à economia social. B) O Estado deveria reconhecer o direito das comunidades de criar e gerir seus próprios bancos e instituições financeiras (ver o caso da Venezuela), contanto que sirvam aos mesmos objetivos públicos e não ao lucro privado. C) Finalmente, o Estado deveria reconhecer o direito das comunidades de criar suas próprias moedas, com o fim de aumentar a produção local para as necessidades locais e de fazer circular a nova riqueza, tanto quanto possível, dentro da própria comunidade. (ARRUDA, 2009, [s.p.])

Há outros aspectos a serem considerados como fatores importantes para o aparecimento das Finanças Solidárias, além da Economia Solidária, o papel de movimentos populares, na luta pela cidadania, pela democratização e emancipação política de modo geral. A importância deste papel será aprofundada na próxima seção.

⁷⁷ Como vem acontecendo com as Cooperativas de Crédito nos últimos anos.

3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: BASE DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

As Finanças Solidárias situam-se dentre as múltiplas organizações originárias de lutas ou iniciativas dos movimentos sociais populares. Para este entendimento, colabora Scherer-Warren (2009, p.01) ao revelar que existe um “movimento social” quando uma “ação coletiva gera um princípio grupal, que define os opositores ou adversários à realização plena dessa identidade ou identificação e age em nome de um processo de mudança societária, cultural ou sistêmica”.

Os movimentos sociais, segundo Scherer-Warren, (2008, p.505-6)

surgem como ações coletivas de caráter reivindicativo na América Latina, especialmente a partir do início no século XX, tais como os de operários, camponeses, indígenas, comunitários cristãos etc. Sem condições de expressarem sua autonomia de sujeito numa esfera pública mais ampla, são politicamente acolhidas por Estados oligárquicos, tutelares ou populistas

No período das ditaduras, surgem dois principais tipos de manifestações de resistência: “as organizações clandestinas” (guerrilhas e partidos de viés comunista ou socialista); e, por outro lado, as manifestações cívicas públicas contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos. Após as ditaduras, surgem novas características dos movimentos sociais. “Com o processo de democratização, desenvolve-se um movimento cidadão que vai reivindicar a regulamentação ou a criação de novos direitos: civis, políticos, sociais, culturais, étnicos, de gênero e ambientais” (SCHERER-WARREN, 2008, p.506).

Uma breve síntese dos movimentos sociais rurais é apresentada por Sabourin (2009, p. 80), observando que as primeiras organizações camponesas nasceram das lutas das categorias exploradas, no final dos anos 1950, como as ligas camponesas. E, em 1963, com o apoio de setores da Igreja Católica ou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), esse movimento obteve conquistas importantes, como a aprovação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural, além do surgimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. Tais sindicatos foram duramente reprimidos pelos governos da ditadura (após 1964). Durante o período 1964-1984, as únicas organizações camponesas permitidas eram os sindicatos de trabalhadores rurais e as cooperativas, sob autorização e

forte controle do Estado. “Por exemplo, a ditadura desviou as funções da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) para programas de assistência médica e FUNRURAL⁷⁸” (SABOURIN, 2009, p. 80); depois, com o final do período militar, retomou sua autonomia e se filia a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1995.

Em 1984, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no sul do Brasil, criado pelos camponeses expulsos de suas terras por mecanismos de modernização e competitividade na agricultura durante décadas 1970 e 1980. Ao movimento se uniram assalariados agrícolas que a mecanização agrícola havia deixado desempregados e trabalhadores diaristas rurais e urbanos, além de filhos de camponeses sem terra. Com o fim dos governos militares, várias reivindicações e lutas puderam se expressar, levando ao surgimento de novas identidades: como o movimento dos atingidos por barragens, indígenas, seringueiros etc. (SABOURIN, 2009, p. 80). Desse processo, o MST criou uma federação em 1992, a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB).

Na tentativa de superar o sindicalismo rural no regime militar, tutelado pelo Estado, na década 1990 é fundada a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) “que convém mais à agricultura familiar do Sul do que das regiões Nordeste e Amazônia, mais afastadas dos mercados urbanos e internacionais” (SABOURIN, 2009, p. 82). A FETRAF incentivou as Cooperativas de Crédito Solidárias e contribuiu para a constituição de uma nova central de cooperativas de produção agrícola, a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), desde 2005.

Outra conquista importante desse novo sindicalismo rural foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, que abriu a diversas modalidades de crédito como política pública de apoio a esse setor agrícola.

Em matéria de cooperativa agrícola no Brasil, pode-se fazer uma distinção entre duas fases: i) o período tradicional, com o modelo das cooperativas dos anos 1960 a 1990, principalmente coordenados pela Organização das Cooperativas no Brasil (OCB); e ii) a renovação do movimento cooperativo da agricultura familiar nos anos 1990 em diante. Esse último manifesta-se com a criação de três federações: CONCRAB,

⁷⁸ FUNRURAL é uma contribuição que substitui a cota patronal do encargo previdenciário sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social, instituído em 1971.

cooperativas de crédito solidário e as cooperativas agrícolas em torno da Unicafe. (SABOURIN, 2009, p.85; BÚRIGO, 2010, p 57-66)

Outra forma de organização social, principalmente no meio rural, é o movimento denominado associativismo. Uma “associação de produtores” é o modelo adequado aos agricultores e que mais se desenvolveu nos últimos trinta anos. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: i) a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; ii) a atuação de atores externos tais como as igrejas, as ONGs, os serviços de extensão rural; e iii) os projetos públicos e a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos).

Entre as diversas vantagens, as Associações podem ser constituídas juridicamente de maneira mais simplificada⁷⁹, se fundamentam na adesão voluntária dos sócios e têm como finalidades garantir a defesa de seus interesses e bens comuns. A associação agrupa muitas vezes todos os membros da comunidade em torno de objetivos específicos, porém apresentam limites pois, juridicamente, seu papel é de representação e não de efetivar a atividades econômicas. Mas também auxilia na organização de projetos do tipo produtivo ou econômico, focalizando em novas funções além daquelas da família ou comunidade: acesso ao financiamento e aos equipamentos coletivos, apropriação fundiária, comercialização ou transformação dos produtos agrícolas, transporte, etc. Essas associações com diferentes formatos organizacionais inserem-se no conjunto dos movimentos sociais e exercem um papel pedagógico para a emancipação política e social dos excluídos, em um processo de transformação do indivíduo como sujeito político, o que pode ser traduzido dessa forma:

A carência por si só não produz movimentos sociais. O movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela. Resulta também da subsequente transformação dos sujeitos em atores políticos, da respectiva transformação das carências em demandas, destas demandas em

⁷⁹ A estrutura e o funcionamento dessas organizações dependem da legislação brasileira. São associações de direito civil sem fins lucrativos [...] A facilidade de registro, adaptabilidade do modo de funcionamento fazem com que a associação seja o modelo de organização profissional preferido pelos agricultores e políticos. (SABOURIN, 2009, p.89)

pautas políticas e das pautas políticas em ações de protestos. (SCHERER-WARREN, 2008, p508)

Em síntese, pode-se dizer que as Finanças Solidárias são fruto de um duplo movimento: de um lado, como consequência de uma reivindicação de crédito aos empreendimentos e grupos sociais envolvidos; e, de outro, da influência de iniciativas de crédito solidária (finanças alternativas), criadas em diversos países, ao longo dos séculos (cooperativas de crédito, bancos populares, fundos solidários etc.). Na seção seguinte intenta-se realizar uma síntese de caráter mais conceitual de aspectos característicos das Finanças Solidárias e como se diferenciam de microfinanças em geral.

3.3 FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS: A TENTATIVA DE UMA CONCEITUAÇÃO

O objetivo desta seção é apresentar uma síntese de alguns “princípios” que permeiam as práticas e objetivos das Finanças Solidárias. A discussão baseia-se na literatura sobre o tema e nos debates realizados pelos movimentos sociais ligados à Economia Solidária. A questão de fundo diz respeito a quais características que podem ser consideradas essenciais para se configurar uma experiência ou organização como típica de Finanças Solidárias. E em que estas se diferenciam de outras práticas convencionais como as microfinanças.

A perspectiva é a de superar as simples distinções formais ou tipificações classificatórias dos serviços financeiros, buscando as concepções teóricas ou orientações políticas subjacentes a essas práticas. Nessa direção, Mick (2004) apresenta uma distinção teórica fundamental em torno de dois paradigmas: o liberal e o emancipatório:

de um lado, as leituras que situam o microcrédito no contexto do fortalecimento da economia de mercado, concepção liberal, liderada pelo Banco Mundial; de outro, as que pretendem contribuir para o surgimento de espaços de sociabilidade alternativos ao capitalismo, portanto, emancipatórias. (MICK, 2004, p. 15)

Essas duas concepções são explicitadas a partir de determinados temas, por exemplo, as causas da Pobreza, a relação com o Estado, esquematizadas no Quadro 6. Considera-se que este caráter emancipatório perpassa por esta sociabilidade, por estas experiências abordadas ao longo deste trabalho como “solidárias”.

O predomínio do paradigma liberal é atribuído ao desvio das concepções originárias do microcrédito à medida em que foi adotado pelo Banco Mundial e aplicado em diversos países. Yunus (2000, p. 32-33), já apontava essa tendência e seus riscos em relação aos princípios originais:

Os principais beneficiados, direta e indiretamente, por essa ajuda são os ricos, embora tudo seja feito em nome dos pobres. A ajuda externa se torna caridade para os poderosos. Se se pretende que ela tenha algum impacto na vida dos pobres, é preciso redirecioná-la de modo que atinja os domicílios diretamente, sobretudo as mulheres dos lares mais pobres.

Quadro 6 - Diferenças entre o paradigma liberal e o emancipatório das Microfinanças

Tema	Paradigma liberal	Paradigma solidário/emancipatório
Causas da pobreza	Ausência de oportunidades	Dinâmica excludente do sistema
Combate à pobreza	Ação integrada que combine geração de oportunidades com a redução de vulnerabilidade e o empoderamento	Apoio a experiências produtivas baseadas na solidariedade, criadoras de novos padrões de sociabilidade. Crédito como eixo de políticas sociais.
Desenvolvimento	Isolado	Integrado
Institucionalidade	Ação combinada do Estado, agentes privados, terceiro setor e dos indivíduos.	Propriedade e gestão compartilhada com os prestatários.
Relação com as políticas públicas	Desnecessária; o fundamental é que as instituições, públicas ou privadas, sejam autossustentáveis.	Pode ocorrer.
Impacto econômico	Sobre a economia informal.	Sobre a economia popular.
Impacto social e político	Apoio ao empoderamento como acesso ao Estado e inserção no mercado consumidor.	Prioridade ao capital social, pela formação de grupos e centros, com lideranças, por projetos políticos.

Fonte: adaptação de Mick (2004, p.61).

Na visão do Banco Mundial (no “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial”, de 2001): o combate à pobreza envolve a combinação de três fatores: i) a oferta de oportunidades para geração de emprego e renda (na qual o crédito cumpre um papel não desprezível); ii) o empoderamento das comunidades; e iii) a redução da vulnerabilidade dos indivíduos e grupos familiares. O apoio do Banco Mundial à expansão do microcrédito se ampara numa mudança de percepção quanto às estratégias de combate à pobreza. Integrada a processos políticos com tais características, a oferta de microempréstimos teria maiores chances de provocar resultados duradouros no combate à pobreza, coerentes com a preservação do capitalismo (Cf. MICK, 2004, p. 54)

O paradigma emancipatório, como tratado na seção 2.4, complementarmente aqui pode ser entendido, a partir da proposta de Santos (2005, p. 50-57) de que

essas experiências podem apontar para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas, porque se baseiam em três valores: i) a igualdade, por oposição à natureza concentradora de recursos e de poder do capitalismo; ii) a solidariedade, por oposição às formas empobrecidas de sociabilidade sob o capitalismo, como a alienação e o individualismo; e iii) a proteção ao meio ambiente, por oposição ao caráter destrutivo, de exploração crescente dos recursos naturais, do modo de produção capitalista.

Tais alternativas econômicas emancipatórias “têm em comum o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia” (SANTOS, 2005, p. 29). São iniciativas que procuram aplicar a ideia de “reforma”, desde dentro do sistema capitalista, mas que facilitam e dão credibilidade a formas não-capitalistas. Seus efeitos emancipadores se dão em duas dimensões: na melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas nessas experiências e na ampliação dos campos sociais em que vigem valores e formas de organização não-capitalista, de modo a permitir a transformação dos padrões de sociabilidade. (Cf. MICK, 2004, p.18)

Evidentemente, há outras leituras no sentido de atribuir ao microcrédito um papel compensatório, de alcance marginal, para amenizar as consequências do modelo econômico excludente, o capitalismo.

A partir dessa transformação de orientação do microcrédito e na tentativa de retomar as origens alternativas que

uma das maiores novidades políticas do movimento da economia solidária está justamente na possibilidade de (re)incorporação da dimensão econômica como elemento essencial nas lutas políticas e sociais **em prol da emancipação humana**. O curioso é que o debate teórico sobre a pobreza e a desigualdade caminha no sentido de englobar outras dimensões além da econômica, e o movimento da economia solidária ratifica a importância dessa dimensão (BÚRIGO, 2010, p. 407, grifos nossos)

Uma base para a caracterização das Finanças Solidárias está em França Filho (2013, p. 85), que sugere quatro elementos característicos comuns:

i) não têm finalidade lucrativa; ii) o propósito econômico da iniciativa está subordinado a sua finalidade social (ou utilidade social); iii) apoiam-se em relações de proximidade; iv) buscam o controle social ou democrático do dinheiro, afirmando-se enquanto iniciativa de democracia econômica.

Nessa perspectiva, superando a compreensão formal, apresenta-se na sequência elementos característicos para um entendimento de aspectos próprios de Finanças Solidárias, evidentemente não estanques ou excludentes, mas dimensões que, na prática, são interligadas.

3.3.1 Serviços financeiros para superação da pobreza

De modo geral, tanto as Finanças Solidárias quanto as microfinanças têm neste ponto algo em comum e justificam-se como um dos caminhos possíveis de superação da pobreza. Evidentemente este aspecto é considerado também pelas Finanças Solidárias, pois inserido no aspecto “solidário”, diz respeito a “auxílio a quem mais precisa”. O microcrédito, como revela Yunus (2000), entende que os pobres são “bons pagadores” e até contribuem com o sistema bancário não correr risco de perder dinheiro.

A respeito da maneira como os pobres utilizam o dinheiro, Zelizer (2011, p.152) realizou uma pesquisa nos EUA baseado em periódicos

entre o final do século XIX e o início do XX. A partir da análise de publicações em jornais e revistas, a autora constatou que os “*expertos*” no tema consideravam, num primeiro momento, que o dinheiro “nas mãos dos pobres, moralmente incompetentes, se transformava numa forma de assistência de grande risco”. E em outro momento, indicavam que os “funcionários da caridade” deviam orientar os gastos dos pobres e decidir eles mesmos o que os pobres precisavam comprar. Zelizer (2011, p. 150) aponta que, no início do Século XX nos EUA os “*expertos*” orientavam os agentes encarregados da caridade a ensinar os pobres a não gastar dinheiro com bens supérfluos, porém os pobres não entendiam como supérfluo um presente de natal ou de aniversário, por exemplo. E, por último, as entidades de caridade deveria fazer doações em dinheiro e perceber que os pobres, principalmente as mulheres, sabiam administrar o dinheiro, “marcando-o” para determinadas necessidades básicas de sua família (por exemplo, guardando em latinhas com cores diferentes). Essa última prática ou ideia especificamente mais adotada pelos pobres, Zelizer denominou de “marcação social do dinheiro” (2011, p.162).

Contrariamente ao que pode acontecer convencionalmente no sistema financeiro, o princípio subjacente a essas práticas alternativas é “emprestar àqueles para quem o retorno social é o mais alto e não àqueles de quem se pode extrair o melhor retorno financeiro”. (FREIRE, 2013, p.49). Uma das formas adotadas para aproximar o Sistema Financeiro aos mais pobres são os “canais de acesso ao sistema financeiro nacional”⁸⁰. “Desempenham, nesse caso, o papel de conectores entre as novas formas de financiamentos não tradicionais, criadas para estimular a economia solidária em desenvolvimento ou o setor alternativo da economia, e as instituições vinculadas ao sistema financeiro nacional” (FREIRE, 2009, p. 56).

As Finanças Solidárias, pautando-se somente pelo princípio de “combater a pobreza” podem incorrer no risco de configurarem-se como uma estratégia de “bancarização” dos pobres ou da pobreza, pois mesmo que “voltadas ao desenvolvimento local, à geração de trabalho e renda, ao combate à pobreza, em lugar do microcrédito convencional e da forma

⁸⁰ “Os canais de acesso aos serviços financeiros são os meios disponibilizados pelas instituições financeiras aos seus usuários para acesso a serviços financeiros. Esses canais de acesso podem ser físicos ou remotos. O conjunto de canais de acesso físicos é tradicionalmente chamado de pontos de atendimento. Os canais de acesso remotos englobam *call centers*, *internet banking* e aplicativos para celulares e tablets.” (Cf. BCB, 2015, p.22)

complementar de ‘bancarização dos pobres’” (BRASIL, 2012, p. 178). Porém podem trilhar outro caminho, quando

seus efeitos emancipadores se dão em duas dimensões: na melhoria das condições de vida dos atores individuais dessas experiências e na ampliação dos campos sociais em que vigem valores e formas de organização não-capitalista, de modo a permitir a transformação dos padrões de sociabilidade. (MICK, 2004, p. 17)

A superação da pobreza é um princípio fundamental e originário das Finanças Solidárias, mas pretende ir além de soluções como o simples “aumento da renda” ou “crédito barato aos pobres”, pois, defende outros princípios a serem considerados como práticas alternativas no horizonte de um processo mais amplo: a “emancipação política e humana”.

3.3.2 Dinheiro: poderia exercer uma “função solidária”?

Nas teorias monetárias encontra-se o debate sobre as funções do dinheiro que serve de base para entender as Finanças Solidárias⁸¹. Neste item apresenta-se algumas razões de os recursos mobilizados pelas iniciativas de Finanças Solidárias, não se pautarem pela “função de reserva de valor”. Estão, portanto, mais próximas de conceber o Dinheiro na sua função de “intermediário” como fomento a atividades econômicas, sociais culturais e processos emancipatórios dos grupos sociais envolvidos. Essa “função” de intermediação não é baseada na concepção da teoria monetária clássica em que há uma “neutralidade” no uso do dinheiro. Segundo Dodd (1994, p.22 e 39)

As funções pouco revelam acerca da estrutura sociológica na qual o dinheiro é transacionado. [...] O dinheiro ocupa uma posição ambígua. Entre as teorias econômicas há um desacordo se o dinheiro tem ou não papel significativo no funcionamento da sociedade. A partir de análises de economia clássica, considera o dinheiro é neutro... não gera desigualdades de riqueza e de poder.

⁸¹ Como fazem por exemplo, Plasencia; Orzi (2007, p.32-34,45-65) e Borrrello (2012,p.56-75), autores que, ao discutir as moedas sociais, rediscutem as teorias monetárias na visão dos liberais, marxistas e keynesianos.

Em resumo, as funções do dinheiro abordadas nas teorias monetárias são cinco, de acordo com Marx em “O Capital”.

- **Unidade de conta:** Marx (1985, p. 67-69) denomina o dinheiro como o “equivalente geral” para troca das mercadorias, nem sempre se manifesta no preço da mercadoria.

Uma mercadoria só ganha a **expressão geral do valor** porque simultaneamente todas as demais mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente e cada nova espécie de mercadoria que aparece, ela tem que fazer o mesmo[...] evidencia-se, com isso, que a objetividade do valor das mercadorias por ser a mera **existência social dessas coisas**, somente pode ser expressa por sua **relação social** e sua forma tem de ser uma forma socialmente válida. [...] [E adiante acrescenta] então o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se **mercadoria dinheiro** ou funciona como dinheiro, torna-se sua **função especificamente social**, e portanto seu monopólio social, desempenha o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias Agora o ouro se torna o equivalente geral. (grifos nossos)

- **Meio de troca:** o dinheiro passa a exercer a função de facilitar as trocas dentro do sistema simples de mercado, onde acontece o intercâmbio entre mercadorias e dinheiro. A partir disso, há uma característica diferente da mercadoria-dinheiro, pois, no processo de circulação, seu uso não se “consume” como as demais mercadorias, ele “sobra” no processo após o pagamento de mercadoria, e isso gera dificuldades pois o dinheiro não pode ficar “parado”. Conformam a explicação de Marx (1985, p.99, grifos nossos)

As duas fases inversas da metamorfose das mercadorias formam um ciclo: forma mercadoria, abandono da forma mercadoria, volta à forma mercadoria. A mercadoria é não-valor de uso no ponto de partida, e valor de uso no ponto final para seu possuidor. Assim o dinheiro aparece, primeiro como sólido cristal de valor, no qual a mercadoria se transforma para diluir-se depois como simples forma equivalente dela [...] **O dinheiro não desaparece, ao sair finalmente da série de metamorfose de uma mercadoria.** Ele sempre se

deposita em algum ponto da circulação abandonado pelas mercadorias

- **Reserva de valor:** enquanto a função “meio de pagamento”, como facilitador da circulação das mercadorias, o dinheiro situa-se na esfera da produção e comércio.

- **Entesouramento:** Quando não há circulação, ele fica parado e “se deposita”, imobiliza-se e passa a exercer esta função, gerando uma não-circulação e causando crises no sistema. O crédito apresenta-se como solução para isso ao colocar novamente em circulação a mercadoria-dinheiro.

- Marx acrescenta, além da teoria liberal, que o dinheiro no capitalismo, assume uma nova função: a de **Dinheiro-capital**, explicado da seguinte forma:

A fórmula de circulação de mercadorias é M-D-M transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda diferenciada, a forma D-M-D transformação de Dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em Dinheiro. Dinheiro em seu movimento descreve essa circulação transforma-se em capital, torna-se capital em de acordo com sua determinação, já é capital. (MARX, 1985, p. 125-6)

Enfim a diferença principal desses dois processos está resumidamente que, “no ciclo M-D-M, o consumo, a satisfação de necessidades, o valor de uso é seu objetivo final. No ciclo D-M-D, seu motivo indutor e sua finalidade determinante é o próprio valor de troca.” Esse processo é descrito dessa maneira:

No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo... a forma final desse processo é portanto D-M-D' ou D-M-ΔD ou seja igual à soma de dinheiro originalmente lançado mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original chamamos de mais-valor (*surplus value*) o valor original, se valoriza, esse movimento transforma-o em capital. [...] Por isso o **movimento do capital é insaciável**. E o possuidor de dinheiro torna-se capitalista [...] (MARX, 1985 p. 129, grifos nossos)

Mas para a função do Dinheiro-capital ser exercida, o capitalista precisa adquirir duas mercadorias: os meios de produção e a força de trabalho.

Para transformar dinheiro em capital o possuidor de dinheiro **precisa encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, em duplo sentido**, livre de sua força de trabalho e livre porque não tem outras mercadorias para vender [...] livre de todas as coisas necessárias a realização de sua força de trabalho. (MARX, 1985, p.140)

E os salários dos trabalhadores, isto é, a remuneração dessa mercadoria, nunca representará o valor total gerado no processo produtivo, pois os donos dos meios de produção se apropriam de uma quantia maior do valor gerado no final do processo, se apropriam da mais valia (*plus-value*). A circulação do dinheiro oculta as relações de trabalho, as relações de produção e o modo de produção presentes nas mercadorias e no dinheiro. Daí surge a falsa ideia, presente na sociedade em geral, que “dinheiro gera mais dinheiro”. Enfim, nas mercadorias e no dinheiro estão ocultas as inúmeras relações sociais, políticas e culturais que participaram do seu processo produtivo. Esse é o processo que Marx denomina “fetichização” da mercadoria e do dinheiro.

Retomando essa discussão em relação às iniciativas da Economia Solidária e, mais especificamente, para as Finanças Solidárias, onde situar as “alternativas” do uso do dinheiro a partir da análise de Marx? De modo geral, as iniciativas financeiras que utilizam “moeda social”, incluindo o dinheiro que circula nos FRS, aproximam-se mais no uso do dinheiro como “meio de troca” para viabilizar empreendimentos coletivos, atividades econômicas alternativas ou despesas de primeira necessidade e não tanto o entesouramento ou a reserva de valor. (Cf. Seção 6.3, principalmente)

A reflexão de Orzi (2012, p. 131) sobre experiências de moedas sociais na Argentina, apresenta que, na Economia Solidária, deveria ser usada a moeda

que em primeira instância diminua, tanto que se possa, o grau de fetichização que tem a moeda oficial, [esta] parecendo ser moeda dotada de vida própria, como se não fosse criada, gerenciada e controlada por seres humanos. E acrescenta que não deveríamos falar em funções da moeda, mas em “usos”, para qualificar as formas específicas que ela toma em contextos sociais variados.

Acrescenta-se outro elemento nessa questão do valor da moeda a partir de uma proposta alternativa é desenvolvida por Silvio Gesell (1862-1930), que reivindica a necessidade de uma moeda que se oxide com o tempo. A proposta tem a função de “castigar o entesouramento excessivo” a partir da “oxidação monetária”. Dentre os vários mecanismos propostos, o principal é estabelecer um prazo de validade para a moeda em circulação. A “oxidação” permitiria incrementar a circulação do dinheiro e diminuir a taxa de juros. (ORZI, 2012, p. 147)

Sobre esse tema, Arruda (2009) corrobora, oferecendo a seguinte proposta,

uma nova arquitetura financeira exige o reconhecimento de que o dinheiro não mais deve ser concebido como uma mercadoria. O dinheiro deve servir a fins maiores: o de ser um símbolo do trabalho, saber e criatividade humanos, e o de ser um meio de troca que dá às pessoas o poder de compra que garante a satisfação de suas necessidades, e facilita a interação socioeconômica entre pessoas, comunidades e países. Noutras palavras, o dinheiro e os sistemas que regulam seus fluxos deveriam ser legalmente definidos como um serviço público. O motivo do lucro deveria ceder o lugar ao motivo de desenvolvimento social.

Retornando às Finanças Solidárias, contribui o estudo de Mafra (2013), que analisa a relação entre valores e práticas econômicas nas ações sociais desenvolvidas pela Rede Cáritas no Nordeste com os projetos ligados à Economia Solidária. A autora discorre sobre as formas de sociabilidade estabelecidas pelos indivíduos ao entrarem em contato com a circulação de dinheiro. Segundo Mafra (2013, p.58) “o dinheiro representa para Simmel um objeto polimorfo, vetor de inter-relações. De função concreta e abstrata, ele corresponde a formas de socialização.” A autora (2013, p.61) sintetiza que em Simmel

a transição da sociedade tradicional para a sociedade de mercado, o dinheiro como instrumento e medida de valor, e descrevem a evolução histórica deste objeto até seu papel na modernidade, que é puramente funcional. Mesmo como meio e função, o dinheiro adquire centralidade por associar a complexidade da vida moderna ao individualismo. A segunda parte e os capítulos que a formam tratam sobre a crescente

autonomia do indivíduo e as socializações proporcionadas pelo dinheiro.

A partir da discussão acima, as experiências de Finanças Solidárias baseiam-se na função do dinheiro como meio de troca, um intermediário para que os trabalhadores e grupos sociais excluídos possam fortalecer empreendimentos e organizações e, principalmente, uma forma nova de trabalho, o “trabalho associado” ou “cooperativado” (FERREIRA, 2013; MAFRA, 2013; BRASIL, 2010) e não o trabalho assalariado gerador de mais valia ao capital e conseqüente desigualdade social.

3.3.3 A gestão das finanças desafios para a autogestão

Outra característica fundamental que diz respeito à prática de Finanças Solidárias relaciona-se com a autogestão tanto como princípio teórico, como enquanto práticas de participação e democracia.

De acordo com Nascimento (2008, p. 29) a palavra “autogestão” foi introduzida na França para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo. O termo “autogestão” é relativamente novo, contudo, se a **palavra** é recente, a **ideia** é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando ao início do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação.

Como prática política, o tema da gestão situa-se simplificada em dois modelos: autogestão e heterogestão. A **autogestão** é entendida como

a sociedade que se gere, isto é, dirige a si mesma [...] onde todas as decisões são tomadas pela coletividade que é cada vez mais concernida pelo objeto dessas decisões. Isto é um sistema onde aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente o que devem fazer e como fazê-lo. (CASTORIADIS, 1983, p. 212)

E **heterogestão**, por sua vez, implica a existência de alguma forma de “hierarquia”. Conforme Singer (2002, p. 16), a heterogestão é a forma principal “da administração de empresas formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem ‘de baixo para cima’ e as ordens e instruções ‘de cima para baixo’”. Essas empresas, em alguns casos incentivam a participação de trabalhadores no processo de

produção, como estratégia para a empresa não fracassar” (CASTORIADIS, 1983, p. 215).

Segundo depoimento de Elisiane Jahn (apud CAMP, 2015, p. 87), a autogestão, no seu exercício prático, exerce um caráter pedagógico.

A Economia Solidária se coloca como uma possibilidade concreta de aprendizado acerca da sociedade que se sonha, combinando a vivência ou experimentação da autogestão nas suas práticas cotidianas. Isso porque no trabalho associado vivenciado nas práticas de Economia Solidária, torna-se, ao mesmo tempo, meio e fim educativo. Em outros termos, a fonte de produção de conhecimentos, de novas práticas sociais, produção de bens materiais e espirituais.

Aplicando-se tais conceitos às Finanças Solidárias, esta discussão servirá nos capítulos posteriores, quando se discutirá como tais formas de gestão são utilizadas, bem como seus avanços e desafios para a sustentabilidade e viabilidade dos FRS.

Nesse sentido, Orzi (2012, p. 132) destaca que, na Argentina, as moedas sociais promoveram crescentes graus de participação e desenvolvimento de processos autogestionários característicos das experiências. E a participação ativa e autogestiva dos grupos nos processos de criação e gestão foi uma condição necessária para favorecer os processos orientados para um horizonte de emancipação social.

Enfim, essa visão de **reapropriação do poder de decisão** constitui uma característica essencial dos processos autogestionários. A autogestão se estrutura como um modo de atuar “coletivo segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e provêm do significado dado às intenções ou às ideias que fundamentam o grupo. Sendo sua essência a participação e ressignificação tanto do poder como dos lucros.” (CATTANI Apud ORZI, 2012, p.132)

Outro aspecto fundamental da autogestão está na ideia que a propriedade dos recursos é dos próprios usuários das Finanças Solidárias. Para isso, se utiliza diferentes formas organizativas como associações, cooperativas, sindicatos ou “bancos comunitários”.

A criação de qualquer iniciativa “decidida pela própria comunidade” ou pelo grupo social, a qual deve ser realizada pela gestão de modo integral e autônomo independentemente da natureza das deliberações a serem tomadas, se apresenta como um desafio constante. Desse modo, depreende-se que a gestão ocorre no interior de estruturas de organização de caráter comunitário e implica em uma dimensão

compartilhada de responsabilidade no uso dos recursos e outros aspectos que envolvem tal organização financeira.

Arruda (2009, [s.p.]) sugere que um sistema de finanças alternativas contribui para uma emancipação, como “soberania financeira”, e esta:

pertenceria àqueles que são co-proprietários e gestores dessas instituições, justamente porque eles acumulam nelas a poupança do seu trabalho. Ampliar sua soberania sobre sua própria economia, finanças e moeda permitiria às comunidades dirigir o investimento para produtos com valor de uso, em vez de produtos que primam pelo valor de troca.

Aplicando-se essa discussão ao tema dos Fundos, Oliveira (2011, p.141) avalia que os FRS, quando administrados pelas “associações comunitárias”, conseguem maiores êxitos na perspectiva da emancipação de seus participantes:

A invenção do Sistema de Fundos Rotativos Solidários abriu as portas para a aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de bens individuais e comuns a partir da gestão coletiva e do exercício da solidariedade e da reciprocidade. Os grupos se fortaleceram e ganharam autoconfiança. Aprenderam a trocar ideias e descobriram que a cooperação – ação coletiva – permite obter resultados difíceis de serem alcançados pela ação individual.

Tal perspectiva contribui para perceber que a autogestão é um exercício constante de aprendizado para as experiências de Finanças Solidárias. Contribui inclusive para o que se entende por emancipação social dos excluídos. Neste caso particular, os FRS tendem a ser, dentre estas iniciativas, a mais simples em suas formas de gestão, facilitando um contato simples com a gestão complexa do sistema financeiro. É nesse nível primário de gestão de finanças que essas iniciativas apresentam um princípio fundamental diferente das demais: a forma de relacionar com território “local”, tema do próximo item.

3.3.4 Desenvolvimento local: relação entre Finanças e território

Uma discussão fundamental para compreender as Finanças Solidárias perpassa seu entrelaçamento com os territórios locais. Nas

práticas de Finanças Solidárias, pontuam-se instrumentos capazes de gerar “outro desenvolvimento”: a “partir de dentro” (dos respectivos territórios), chamado de desenvolvimento endógeno.

Muñoz (2007) aborda as microfinanças relacionando-as com as teorias econômicas do desenvolvimento regional. Citando Rodriguez Fuentes, afirma que, nas abordagens teóricas, são três as razões da ausência desse tema nas teorias monetárias aplicadas ao território:

1°. Porque os economistas assumem pressupostos ortodoxos que entendem a política monetária é ‘neutra’ e que não se importam com questões regionais. 2°. Porque as regiões não dispõem de instrumentos próprios para realizar política monetária [*atribuída à Autoridade Monetária, ao Estado nacional*]. 3°. Porque mesmo se tivesse um controle monetário regional, a abertura e perfeita mobilidade os capitais não deixariam estes controles materializar-se. (MUÑOZ, 2007, p.323)

Complementando, Muñoz (2007, p.318-319) retoma a evolução histórica dos significados de desenvolvimento local, sendo constituída de três etapas. A primeira etapa é situada no período pós-guerra, na qual o desenvolvimento é visto como crescimento econômico e o PIB como seu principal indicador. Nessa perspectiva, desenvolver é adotar os padrões da economia do Norte, dita mais avançada e moderna. Na segunda etapa, como o sucesso previsto na etapa anterior não foi alcançado, acrescentam-se ao desenvolvimento questões políticas e sociais para explicar o insucesso, sobretudo no fim dos anos 1960, a exemplo da “teoria da dependência”. Já a terceira etapa, que ocorre a partir de 1970, sob a marca da teoria liberal e os efeitos da globalização, propõe-se a queda das barreiras nacionais, substituídas por uma relação local e global.

É interessante mobilizar aqui também a discussão de Coraggio (2004, p.98), que compreende o desenvolvimento local a partir de duas variantes: i) a geração de condições no local para atender às demandas do capital (tendência localista); e ii) a possibilidade de atender a “outro desenvolvimento”, o endógeno, a partir da articulação comunitário-social (tendência autonomista). A primeira variante, localista, é uma tendência globalizante do mercado. A crítica que o autor faz à primeira diz respeito ao fato de gerar exclusão territorial e social. Já a segunda, ao contrário, propõe uma integração “de baixo para cima” (do local, da base). Dessa forma, o desenvolvimento local implica inclusão de atividades econômicas localizadas no território em vários subsistemas e detém o

desafio de comunicar-se com outras regiões, sob pena de isolamento (CORAGGIO, 2004, p.106).

As perguntas que se apresentam para a relação microfinanças e desenvolvimento local que são importantes como indicadores para medir os impactos das microfinanças são as seguintes: “Para quê” (objetivos)? “Por quem” (agentes)? “Para quem” (destinatários)? “Como é o desenvolvimento (modo)?

Nesse sentido, inserir a questão do desenvolvimento local significa tratar de uma face importante do caráter emancipatório, onde

o local, o cotidiano e o comunitário apresentam condições que permitam superar a alienação, pois o desenvolvimento da vida das pessoas e comunidades é favorecido pela **ação coletiva** em âmbitos locais, onde a concorrência e os conflitos de interesses pode ser regulados de maneira mais transparente. Ademais, neste contexto as relações interpessoais podem fomentar reações produtivas e reprodutivas de cooperação, e gerar associação. (SABATÉ; MUÑOZ; OZOMEK, 2005, p. 19, grifos nossos)

Por fim, a característica comum das experiências de finanças solidárias é que elas derivam de **sistemas de reciprocidade e de ajuda mútua** que reatam e fortalecem os laços comunitários de proximidade e, em geral, são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização, fundamentadas em relações de confiança.

Nesse sentido, o estudo de Ferreira (2013, p.59) contribui, pois os

grupos de trabalho associado [tipo Empreendimentos Economia Solidária], apontam para uma dinâmica que priorize o desenvolvimento local, focado na distribuição da riqueza produzida localmente, retida e consumida, em sua maior parte, na comunidade, ampliando a produção e o consumo local, articulados a outras redes setoriais e socioespaciais do trabalho associado e garantindo acesso a direitos, pelo protagonismo de trabalhadores de baixa renda.

Outro estudo mais recente aponta na mesma perspectiva:

O Fundo Rotativo Solidário é sem dúvidas uma possibilidade de desenvolvimento com sustentabilidade territorial como verificamos em

Gameleira e em outras cidades paraibanas, e, principalmente quando é gerenciado através de pessoas descentralizadoras que tem por finalidade o bem-estar social de todos. A percepção dessa atitude para o desenvolvimento do hoje, com vistas no futuro é imprescindível para o gerenciamento assertivo do Fundo (SILVA, 2015, p.44, 108)

Como serão tratados posteriormente, os FRS têm uma contribuição fundamental ao desenvolvimento local sob o ponto de vista endógeno e autonomista (de Coraggio). Ressalta-se que desenvolvimento local não diz respeito somente ao conjunto de práticas financeiras e “território” entende-se com relações entremeadas entre o ser humano e o meio físico enfatizado por Santos (1979, p.29-30). Nesta direção outra característica das Finanças Solidárias é sua inserção nas lutas e organizações dos movimentos sociais articulados em redes sociais, desde o local, como aponta o item seguinte.

3.3.5 As redes sociais como base para a sustentabilidade das Finanças Solidárias

As iniciativas de Finanças Solidárias são consequência do processo e acúmulo de experiências dos movimentos populares e suas articulações em associações, fóruns, etc. Esse processo identifica e aceita entre os participantes a perspectiva de trabalho em redes. As redes de movimentos sociais surgem com o objetivo de unir integrantes do mesmo segmento e/ou conectar os vários elos de uma cadeia produtiva, além de fortalecer tais iniciativas por meio do compartilhamento de concepções e de diversas experiências, tendo-se que o papel das finanças nesse processo torna-se fundamental.

O conceito de redes sociais é amplo e polissêmico, comumente usado nas teorias acadêmicas e na prática política. Na teoria sociológica, segundo Mercklé, (apud FONTES; PORTUGAL, 2009, p. 284) redes sociais significa

um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável” [...]. As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, tais como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transações monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de

informações, podem envolver interação face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas.

Abordagem sociológica feita a partir das redes sociais posiciona os atores em contextos sociais, permitindo perceber que as trajetórias dos indivíduos não são determinadas integralmente pela sua posição na estrutura social, nem tão-somente pelos resultados das suas decisões. Uma sociologia focada nas relações sociais (Simmel) não nas estruturas ou coletivos sociais (Marx e Durkheim) ou na ação social do indivíduo (Weber).

De acordo com Fontes e Portugal (2009, p. 286) a pesquisa sobre redes sociais se divide em dois campos de interesse: a) organização de sociabilidades; e b) os processos de mobilização de recursos. No primeiro campo, destaca-se os estudos de comunidade, que procuram abordar o impacto das transformações socioeconômicas nos padrões de sociabilidade. Nesse campo estão os estudos sobre o destino da comunidade e sua relação com sociedade (Tönnies) e, nesse âmbito da sociabilidade encontra-se mais recente a definição de Granovetter (2003): conceitos de laços fortes, e laços fracos, questionando as análises tradicionais sobre os laços comunitários da sociabilidade.

No segundo campo, partindo da constatação de que as redes são importantes instrumentos de mobilização de recursos (ou de formação de capital social), diversos estudos analisam a relação entre as características estruturais das redes e o acesso a recursos (cf. FONTES; PORTUGAL, 2009, p. 286).

Em Wanderley (2002, p.28), o capital social, a partir do enfoque da nova sociologia econômica, é “entendido como um tipo de relacionamento social que inclui confiança, normas de reciprocidade, atitudes e valores que ajudam as pessoas a transcender relações conflituosas e competitivas para formar laços de cooperação e ajuda mútua”. Desdobrando esses pontos, convém destacar em nosso trabalho que, em Finanças, a perspectiva de organização de redes vai além das ideias de capital social, pois

segundo a teoria do capital social, a confiança interpessoal está relacionada à participação em associações cívicas. O capital social aumenta a capacidade de ação e facilita a produção de alguns bens, provendo ganhos econômicos e outros benefícios para os indivíduos e para o grupo. Portanto, espera-se que em ambientes onde exista confiança os indivíduos sejam estimulados a participar e a interagir com outros, já que a criação

desses laços dá acesso a recursos que geram benefícios aos membros de uma rede social. (REYMÃO; CÔRREA, 2014, p.178)

No sentido crítico da noção de capital social e

contra as construções formalistas de redes, podemos recorrer a teorias interativas como aquela da Dádiva (Mauss). Esta aparece como contribuição inestimável para deslocarmos a discussão de rede desta plataforma teórica objetivista e dualista, oferecida pelas teorias do capital social para outra plataforma teórica, forjada nas fronteiras da sociologia com antropologia, a etnologia, a economia e a política. Considera-se nesta o valor dos vínculos e das interações consideradas em si mesmas. As redes não são vistas como recursos estratégicos e instrumentais, mas como categorias estruturantes de práticas horizontalizadas de grupos e organizações cujas motivações são essencialmente paradoxais ao mesmo tempo interessadas e desinteressadas. (MARTINS, 2009, p. 43)

Nos últimos anos, desenvolve-se na sociologia a perspectiva de “análise de redes sociais” (ARS) enfocando interações entre grupos sociais e classes. “Neste sentido a ARS contribui para evidenciar relações e coordenações não identificadas previamente. Constitui-se assim uma **metodologia específica para o estudo das relações sociais**” (MINELLA, 2013, p. 188)

Do ponto de vista prático, para as Finanças Solidárias importa a constituição das redes conforme os estudos de Sherer-Warren (2008), no qual situa a importância dessas na perspectiva de associação que supera as estruturas hierárquicas com a estrutura “horizontal dos movimentos sociais.

Nessa direção, Mance (2002, p.11), apresenta algumas vantagens e possibilidades para organização de empreendimentos e grupos de economia solidária “em rede”:

i) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; ii) atendem demandas imediatas desses atores pelo emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, pela afirmação de sua singularidade étnica,

feminina etc.; iii) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural; e iv) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas

Aplicada aos FRS, essas ideias são expressas do seguinte modo, a partir de casos concretos desenvolvidos na pesquisa de Fulgêncio, (2014, p.17, grifos nossos)

que para um funcionamento exitoso do Fundo Rotativo Solidário as práticas de solidariedade e reciprocidade são fundamentais, pois quanto mais fortes forem os laços vivenciados no cotidiano de um grupo maior será o sucesso no funcionamento do arranjo social e das atividades praticadas coletivamente. É nesse sentido que observamos o FRS como um arranjo capaz de acumular/fortalecer o capital social e promover a coesão entre os membros do grupo de uma comunidade

Como será apresentado no próximo capítulo, nos três seminários nacionais de Fundos Solidários se apresentou constantemente a necessidade de constituir formalmente a “Rede Nacional de Fundos Solidários” como organização coletiva e legítima para “defender a causa dos Fundos Solidários em espaços de incidência sobre políticas públicas e para promover a identidade, visibilidade e intercâmbio metodológico entre os fundos”⁸². Também os Bancos Comunitários desenvolveram sua Rede Nacional (cf. seção 3.2)

Essas discussões contribuem para aproximar as Finanças Solidárias a um movimento social mais do que como uma parte ou setor do sistema financeiro. Os FRS procuram desenvolver formas aparentemente simples de crédito, mas sua sobrevivência depende de relações complexas inseridas nas redes sociais. Como veremos no capítulo cinco (bases sociais) e no capítulo sete, as conquistas e dificuldades apresentadas. Além dessas características desenvolvidas, questiona-se: as Finanças

⁸² Texto estudo: “Fundos Solidários: uma história pelo reconhecimento” (polígrafo) para a Reunião do Conselho Gestor de Fundos Solidários, em Porto Alegre, dias 06 e 07 de fevereiro de 2018.

Solidárias são um meio de transformação do capitalismo ou apenas ocupam os espaços “vazios” pelos quais o mercado financeiro capitalista não se interessa? No próximo item, discute-se esta questão situando na perspectiva do papel das finanças solidárias para a construção do socialismo.

3.3.6 Possibilidades da Finanças Alternativas na construção de Utopias emancipatórias

Desde uma perspectiva emancipatória, convém retomar o sentido que as Finanças Solidárias têm para a transformação do capitalismo, como parte da luta pela “utopia” do Socialismo (M. S. BRASIL, 2011, p. 11). Nessa perspectiva, os debates não são tão claros ou explícitos em grande parte das discussões políticas e nos trabalhos acadêmicos. Apenas de maneira indireta, como integrante da Economia Solidária, a qual, “procura reverter a lógica capitalista [...] e contribui para construir uma sociedade sem classes [...] entendendo-se como a sociedade socialista” (BRASIL, 2006, p.59)

A priori, destaca-se que iniciativas desse gênero não são recentes e os registros históricos situam-nas nas primeiras décadas do século XIX. Uma de tais iniciativas foi conhecida como Banco do Povo, desenvolvido por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) no final da década de 1840. A experiência durou apenas dois meses pois Proudhon foi preso durante três anos, dando fim à iniciativa. Entre outros motivos, foi acusado de tentar atacar o sistema financeiro com a criação do Banco do Povo, pois a instituição “tinha por objetivo a abolição dos juros e a promoção da livre circulação de valores entre os clientes”. (VVAA, 2014, p. 163)

A articulação do sistema financeiro com a luta pelo socialismo é tratada por Marx em sua trajetória intelectual, por exemplo, desde o início dos “Grundrisse” até as páginas finais do terceiro volume de “O Capital”. Em poucas pinceladas, apresenta-se o que há de mais importante e essencial para a compreensão dos FRS.

A escolha do livro de Darimon como abertura do capítulo inicial dos *Grundrisse*, não foi aleatória, na medida em que *Da Reforma dos Bancos* é uma excelente síntese do estágio de elaboração dos proudhonianos sobre bancos e crédito, o que permite Marx realizar uma crítica abrangente de propostas socialistas aparentemente populares em seu tempo. [...] Darimon discute sete diferentes propostas de reforma bancária, antes de apresentar

a proposta do *Banco do povo* cujo autor é Proudhon (1949) (ALBUQUERQUE, 2010, p. 139)

Segundo Rosdolski (2001, p.329), Marx oferece elementos de um método para tratar a transição ao socialismo: a identificação de germes visíveis da nova sociedade, presentes na dinâmica da sociedade capitalista.

A mudança fundamental para Darimon, estaria no desenvolvimento da garantia pública, que é o que está fundamentando as notas bancárias emitidas pelos bancos. A progressiva substituição da garantia individual (na relação entre credores e devedores individuais) pela garantia pública é o que fundamenta a defesa do **crédito gratuito**. [...] Darimon menciona que o objetivo do Banco do Povo é organizar democraticamente o crédito. (ALBUQUERQUE, 2010, p.143-144, grifos nossos)

As relações teóricas entre dinheiro, crédito, a burguesia usurária, os juros etc. são partes importantes das discussões que Marx realiza nos “Grundrisse”. Já em “O Capital” (livro III principalmente) aprofunda mais ainda, sem citar diretamente os socialistas utópicos. Segundo Albuquerque (2010, p. 154), há quatro questões relacionadas ao papel do crédito: “caráter dual do sistema de crédito, crítica a visão dos socialistas sobre o papel do crédito, uma discussão sobre a razão da emergência de teorias como a dos saint-simonianos na França e o papel do crédito como alavanca de transição”

Nesse sentido, essa discussão atualmente contribui para a construção de Finanças Solidárias quando Marx aponta o crédito e as finanças como uma possibilidade de contribuição para transformação do capitalismo, na socialização dos meios de produção em “O Capital” (livro III, capítulo 27).

As fábricas de cooperativas de trabalhadores são, uma primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente em sua organização reproduzem os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro dela se suprimiu oposição capital e trabalho, embora que na forma de associação os trabalhadores são capitalistas deles mesmos, exploram seu próprio trabalho [também de aí] desponta um novo modo de produção... o sistema de crédito constitui a base principal da transformação das empresas

capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para expansão das empresas cooperativas. Estas duas devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado. Superação negativa (S.A.s) e positiva (cooperativas) (MARX, 1985, p.587)

Como se percebe, Marx aponta o crédito como uma forma de fortalecer as cooperativas de trabalhadores existentes em meados do século XIX, contexto em que o crédito exerce um papel fundamental e dialético. Se, por um lado, fortalece o sistema capitalista, por outro, pode fortalecer as lutas dos trabalhadores.

O sistema de crédito devido ao caráter dúplice, inerente: de um lado: desenvolve a força motriz da produção capitalista, levando a um sistema puro e gigante de especulação e jogo, para uma minoria, e de outro lado: forma de passagem para um novo modo de produção. Esta ambivalência dá ao crédito o caráter híbrido e atraente de fraudulentos e profetas. (MARX, 1986, p.587, grifos nossos)

No capítulo 36 (Livro III), intitulado “Formas Pré-Capitalistas”, Marx (1986, p.117) retoma o papel do crédito na transição, com críticas aos socialistas (utópicos). Para Marx, o

sistema de crédito servirá como **poderosa alavanca durante a transição do modo de produção capitalista para o modo de produção do trabalho associado**, entretanto como elemento em conexão com outros revolucionamentos orgânicos amplas do próprio modo de produção. Em contrapartida, as ilusões acerca do poder miraculoso do sistema de crédito e bancário, no sistema socialista, surgem do desconhecimento total do modo de produção capitalista e do sistema de crédito como uma de suas formas. Tão logo os meios de produção deixem de se converter em capital (com abolição da propriedade fundiária privada) o crédito não terá mais sentido algum. (grifos nossos)

A discussão desses “princípios” serve como um “pano de fundo” para entender as Finanças Solidárias em seus processos históricos, teóricos e da diversidade de práticas, mas também serve como “projeto

sempre em construção”. A próxima seção está direcionada à microfinanças e a seguinte (3.5) destaca as possibilidades e ensaios na direção de uma política pública de Finanças Solidárias a ser constituída no Estado brasileiro.

3.4 AS MICROFINANÇAS: NAS ORIGENS DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Esta seção pretende discutir as bases das Finanças Solidárias no contexto histórico e teórico relacionando-as com a questão das “Finanças”, não exaurindo toda a discussão sobre a multiplicidade de práticas e tendências teóricas sobre o assunto. Pretendemos também aqui, de maneira breve, trazer à tona alguns elementos que, do ponto de vista da economia e da sociologia, são importantes para compreender o sistema financeiro na sociedade capitalista.

De modo geral, o conceito “finanças” remete a “dinheiro”, circulação de moeda, crédito, investimentos e serviços bancários, ou seja, às dimensões monetária, bancária ou creditícia da economia. Coelho (2003, p.153) lembra que esta é uma “visão tradicional [*e se torna convencional*], em que ‘finanças’ é vista como “ciência que trata da utilização do dinheiro (custo, rendimento, captação, controle, proteção), excluindo os atores, o processo de intermediação e seus objetivos”.

Do ponto de vista histórico, de acordo com Muñoz (2007, p.273) as “finanças” adquirem importância social econômica na fase do capitalismo comercial, na revolução mercantil do século XII, sendo, anteriormente a esse período, até certo ponto rejeitadas pelo pensamento reinante e pelas normas estabelecidas pelo modelo de organização da vida social feudal. Porém, lentamente e à medida que a moeda começaria a expressar uma despersonalização da relação entre compradores e vendedores, revelaria seu caráter intercambiável como qualquer outro bem.

Do ponto de vista conceitual, Muñoz (2007, p. 276-277) apresenta uma lista dos principais serviços oferecidos pelas Finanças Solidárias, porém são modalidades similares às microfinanças:

- i – São serviços financeiros para as unidades socioeconômicas de pequena escala: a exemplo do microcrédito (mais conhecido), dos microdepósitos; dos microsseguros, etc. ii – Há uma multiplicidade de arranjos institucionais: entre formais e informais. Por exemplo, bancos comerciais que realizam atividades

microfinanceiras; organizações sem fins lucrativos que oferecem microcrédito, etc. iii – Aplicação de mecanismos inovadores para alcançar êxito com altas taxas de repagamento (devoluções), com diversas formas de garantias. Exemplo dos bancos comunais e grupos solidários. iv – Horizonte de curto prazo de atividades atendidas: a brevidade de períodos é uma característica do campo das microfinanças, mensais ou diários.

Enquanto o microcrédito, de forma geral, “designa a oferta de crédito para a população de baixa renda e/ou excluída do sistema financeiro tradicional. Ou melhor dizendo, Microcrédito se refere a “empréstimos de pequenos montantes de recursos (em geral, até US\$ 500,00)” (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005, p. 3)

A iniciativa de Mohammad Yunus⁸³, em Bangladesh, em 1976, torna-se paradigmática do microcrédito no mundo. A experiência original consiste em emprestar pequenas quantias, prioritariamente para mulheres mais pobres. Como estratégia principal, forma-se um grupo com participação de cinco mulheres para garantir o empréstimo, chamado de “aval solidário”. Essa prática constituiu o *Grameen Bank*, que tinha mulheres por sócias e dirigentes. Essa experiência inspirou o microcrédito, as microfinanças e Finanças Solidárias. (YUNUS; JOLIS, 2000;

Segundo Parente (2002), a experiência também inaugurou o campo das microfinanças, pois expandiu serviços financeiros para além de microcrédito, como poupança popular, financiamento habitacional e educacional, seguros e cartão de crédito, entre outros. E as microfinanças, conforme Coelho (2003), constituem um grande marco na construção de um sistema financeiro alternativo, inspirando o surgimento de experiências similares na Ásia, América Latina e África.

Na Europa houve um crescimento do microcrédito e Philippe Guichandut (apud AMARO, 2011, p.21) revela que foi usado como método para ampliar as empresas capitalistas, nos países do Leste Europeu.

O objetivo, foi de apoiar prioritariamente o desenvolvimento de uma nova economia baseada na iniciativa individual, no setor privado, como parte do movimento neoliberal pós-comunista, principalmente na Polônia, Romênia, Bulgária,

⁸³ A partir desta experiência foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006

Hungria e Eslováquia. A prioridade era chegar rapidamente à classe de novos empresários que não tiveram acesso a um fornecimento de empréstimos por parte dos bancos, era praticamente inexistente, ao invés de ser para as pessoas pobres ou socialmente excluídas. A questão foi implementada sob a mesma lógica dos países em desenvolvimento, através de organizações financeiras (as Instituições Microfinanceiras-IMFs) financeiramente viável e sustentável, o que, portanto, enfatiza a lógica do profissionalismo e da lucratividade. (Tradução Nossa)

O crescimento do setor das microfinanças na Europa Ocidental ocorreu principalmente a partir do início dos anos 2000. Alguns pioneiros começaram, no final dos anos 1980, a testar abordagens com base nos modelos implementados em países em desenvolvimento, especialmente na França, com a criação de Associação para o Direito à Iniciativa Econômica (ADIE), em 1989. A Rede Europeia de Microfinança (REM) mostra que 61% de 170 programas foram implementados desde o ano 2000. Há uma crescente implementação de novos programas, o estudo revela que 18 novas organizações foram criadas desde 2008. Na Europa Ocidental, o setor é, portanto, muito jovem e com poucas exceções não tem a maturidade das mais famosas instituições microfinanceiras internacionais (IFM).

No âmbito internacional, Junqueira e Abramovay (2005) lembram que o ano de 1997 foi um marco para as Microfinanças. Naquele ano foi realizada nos EUA a Conferência Global sobre Microcrédito, quando foi estabelecida a meta de financiar 100 milhões de famílias pobres em todo o mundo até 2005. A partir de estudo realizado pelo Banco Mundial (KUMAR, 2004), constatou-se que as Microfinanças cresceram notadamente no Brasil a partir do final dos anos 1990. Tal crescimento deu-se em função de diversos fatores, dentre os quais estão as mudanças no marco jurídico e a atuação do governo federal⁸⁴. (cf. BÚRIGO, 2006, p. 141).

Alguns autores apontam que a origem das microfinanças no Brasil seria a partir do cooperativismo de crédito, em 1902, em Nova Petrópolis

⁸⁴ Antes de 1999, as microfinanças no Brasil só podiam ser concedidas por Organizações Não-Governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, restringindo o seu financiamento a donativos e limitando tecnicamente as práticas de empréstimo a tetos irrealistas de taxas de juros sob a Lei de Usura do Brasil. (KUMAR, 2004, p. 21).

(RS). Contudo, outros apontam sua gênese em 1973, pela União Nordestina de Assistência a Pequenas organizações (UNO), que oferecia crédito, assistência e capacitação a empresários informais do Recife e da Bahia (SANTANA; GUZMAN, 2012, p.4). O crescimento de microfinanças também ocorreu no Brasil principalmente após 1994 embora a esperada “indústria de microfinanças” não tenha ocorrido⁸⁵.

Barone et al. (2002, p.15-18) elenca as principais experiências do microcrédito implantadas no Brasil nos anos 1980, havendo, na época, uma ampla gama de modelos e metodologias. Dentre as experiências brasileiras, destacam o Programa UNO, o Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor (CEAPE), o Banco da Mulher, o Portosol, o Vivacred (Viva Rio), o Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), o Crédito Produtivo Popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Caixa Econômica Federal e os Bancos do Povo.

Em 1996, o BNDES lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), com o objetivo de difundir o conceito de microcrédito e promover a formação de uma ampla rede institucional capaz de proporcionar crédito aos microempreendedores formais ou informais. Com a intenção de apoiar o setor, não apenas na busca de recursos financeiros, mas, sobretudo na busca de sua institucionalidade (CARDOSO, 2000). Em termos sumários, a trajetória do microcrédito e das microfinanças no Brasil, segundo Gilson Bittencourt, pode ser resumida em cinco fases:

Fase 1 (1972 – 1988) – período no qual se criam as redes alternativas de crédito ligadas às organizações não governamentais (ONGs), criação de alguns fundos rotativos para o financiamento do setor rural e gestão dos recursos com ênfase no financiamento e não no retorno do crédito.

Fase 2 (1989-1997) – entrada das prefeituras no mercado do microcrédito, expansão do cooperativismo de crédito urbano e constituição de sistemas alternativos de cooperativas rurais.

⁸⁵ Conforme Parente (2002), o termo “indústria de microfinanças” inclui, além de IMFs, outras organizações e programas: “entende-se por 'indústria de microfinanças' o conjunto de organizações e programas que prestem serviços financeiros para o segmento microempresarial e utilizem, em menor ou maior grau, os conceitos e pressupostos básicos das microfinanças” (PARENTE, 2002, p. 95).

Fase 3 (1998-2002) – Criação do marco legal das sociedades comerciais de microcrédito (SCMs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), criação do programa de microcrédito do BNDES, permissão para atuação dos correspondentes bancários e alteração na regulamentação das cooperativas de crédito.

Fase 4 (a partir de 2003) – inclusão bancária e acesso ao crédito pelas populações de baixa renda, apoio ao cooperativismo de crédito e regulamentação do crédito consignado.

Fase 5 (a partir de 2005) – criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), viabilização dos fundos de aval e instituições de microcrédito, aproximação entre instituições financeiras tradicionais e de microcrédito. (apud VALENTIN; SERRA, 2012, p.14)

Sobre o último decênio, Barone e Sader (2008) acrescentam uma análise a partir de pesquisa sobre a Política Nacional de Microcrédito no governo Lula (2003-2010). Esses autores interpretam o microcrédito enquanto política pública voltada para a geração de emprego e renda. Dessa forma, o microcrédito é abordado como um programa governamental com características de um projeto social, porém implantado via mercado financeiro. “Em termos teóricos a análise tem inspiração nas abordagens institucionais sobre mercados e nos estudos da sociologia econômica sobre crédito e finanças” (MIGUEL, 2012, p. 01)

Em relação às políticas de microfinanças que estão se implantando no Brasil, destaca-se o Programa de Inclusão Financeira, dado em 2009, através do Banco Central do Brasil, e que diz respeito a vários aspectos de “um sistema financeiro inclusivo”⁸⁶. Inicialmente se compreendia como Inclusão Financeira toda forma de “prover acesso a serviços e

⁸⁶ A “inclusão financeira” é um tema também em outros países. “No início de 2000 tema começou a ocupar espaço relevante nas agendas do G20 (grupo dos 20 países mais ricos), de organismos internacionais, bancos centrais e reguladores do sistema financeiro de secretarias e ministérios da Fazenda” Inclusive, no G20 há nove princípios para a Inclusão Financeira perpassando o combate à pobreza, educação financeira, proteção ao consumidor, combate a lavagem de dinheiro, etc. Em 2011 o Brasil assinou a Declaração Maia, durante o *Global Policy Forum*, em Riviera Maia, no México, com ações voltadas a “tornar os serviços financeiros acessíveis a 2,5 bilhões de pessoas no mundo a margem do sistema financeiro.” (BCB, 2014, p.17-18)

produtos financeiros adequados às necessidades da população.” (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009). O termo “adequados” usado na definição advém do fato de que nem tudo o que é ofertado no mercado contribui, necessariamente, para o bem-estar da população e para a estabilidade da economia como um todo.

A inclusão financeira, precisa ser entendida como algo além do crédito. [...] Tende a alavancar a indústria de serviços financeiros, tanto na colocação de produtos de forma inovativa por parte das instituições financeiras, quanto na prestação de serviços diferenciados por instituições de microfinanças (IMFs), visando ao atendimento de segmentos específicos, em geral excluídos do sistema bancário tradicional (BCB, 2010, p. 07)

Foram realizadas seis edições do Fórum Brasileiro de Inclusão Financeira até 2014 e publicados os respectivos Relatórios da Inclusão Financeira (BCB, 2014, p.2). O Plano de Ação – 2012 a 2014 para o fortalecimento do ambiente institucional da Inclusão Financeira está baseado em três eixos: I-Regulação, II-Educação e Transparência e III-Diagnóstico. No primeiro, encontra-se o microcrédito e instituições de microfinanças cuja finalidade é “aprimorar o arcabouço regulatório do microcrédito e das IMFs para o adequado suporte a microempreendedores bem como a micro e pequenas empresas”. (BCB, 2014, p.10-16)

Nessa linha das políticas de apoio ao microempreendedor, no primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014) foi lançado o Programa Crescer, em agosto de 2011, com o mesmo intuito – estimular o empreendedorismo no país.

As operações do Crescer, são direcionadas a empreendedores informais, individuais e microempresas com faturamento até 12 mil reais anuais. O valor máximo do programa é 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento. [...] dispensa garantias reais desde que substituído por aval solidário” (BCB, 2014, p.44)

Desse processo histórico, pode-se concluir que as microfinanças não surgem inicialmente como opção do próprio do sistema financeiro capitalista, nem tampouco como políticas ou ação do Estado, mas situa-se

mais na sociedade civil⁸⁷ que depois interagem com o sistema e com a formulação de políticas específicas. Atualmente, as microfinanças mudaram de foco e passaram a atender mais os microempresários. Apesar desta mudança, as iniciativas de microcrédito e microfinanças influenciam e continuam sendo um dos pilares históricos e teóricos para as iniciativas de Finanças Solidárias.

3.5 MICROFINANÇAS: DILEMAS ENTRE DEMOCRATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO?

A abordagem conceitual do surgimento das microfinanças, microcrédito e outras alternativas situam-se no campo teórico mais amplo, o das finanças em geral, para compreender o seus limites e alcances. O objetivo desta seção é elencar alguns pontos para discutir os desafios e possibilidades dessas micro experiências mediante o complexo sistema financeiro da atualidade.

De modo geral, o termo “finanças” remete a conceitos monetários, bancários ou creditícios. Tal visão é “descritiva apenas, pois não trata do tipo de **atores** envolvidos, das **finalidades específicas** perseguidas, das características das formas de intermediação e da questão de **significado das estruturas** existentes e suas alternativas possíveis” (SABATÉ; MUÑOZ; OZOMEK, 2005, p. 16, grifos do autor e tradução nossa). “Preocupações estas que se fazem necessárias ao apontar que, em seu desenvolvimento “normal”, as **finanças hegemônicas** captam recursos de muitos para gerar crescente concentração e centralização entre poucos (MUÑOZ, 2009, p.208, grifos nossos) Tal visão só seria superada com o surgimento das microfinanças como alternativa para a população sem acesso ao sistema financeiro tradicional (COELHO, 2003, p. 154; MUÑOZ, 2007, p.273).

Segundo interpretação marxista de Brunhoff et al. (2010, p.23) as finanças, de acordo com Marx, podem ser definidas como um “setor” da economia, porém na sua análise do capital bancário, acrescenta a dimensão de poder e de classe como ponto central, demonstrando que uma fração da burguesia, se apodera das finanças para acumular mais capital. Sinteticamente, o sistema bancário é descrito em “O Capital” (MARX,

⁸⁷ Além disso, as microfinanças surgem como respostas “espontâneas” a partir da sociedade e, não propriamente no Estado ou nos grandes agentes financeiros. Neste “setor social”, diverso e amplo. Ozomek (2007, p. 200-201) apresenta uma tipologia baseada no critério de “estrutura de propriedade” de instituições microfinanceiras.

1985) como o “administrador do capital de crédito, o capital colocado à disposição das empresas, onde os bancos “enfrentam” os credores”. E, em Hilferding, o “capital financeiro” é o capital reunido nos bancos, colocado à disposição das empresas, que se torna fonte de concentração de poder capitalista até as suas formas diversas, inclusive os próprios bancos passam também a ter propriedade das empresas.

Duménil e Lévy (2010, p. 188) também acrescentam que o termo *finanças*, tem um “sentido particular” em Marx: é de **dominação** que se trata e em **termos de classe**. Segundo esses autores, “a finança não é uma classe [...] mas, o processo de sua própria constituição, que se torna “classe em si” e esta fração de classe [*a burguesia financeira*] articula estruturalmente as instituições financeiras. Ela se molda na finança, que a constitui como ator social” na relação entre as frações de classe capitalista e acrescentam “se o poder da finança é forte, há uma hegemonia financeira”⁸⁸.

De acordo com Sabaté, Muñoz e Ozomek (2005, p. 17) um dos aspectos a ser considerado é que as instituições financeiras convencionais, com seu mecanismo de intermediação, formam fundos e os aplicam, com lucros:

consiste em captar recursos de muitos para concentrá-los e centralizá-los em poucas mãos. Essa **concentração e centralização** vai deixando fora do jogo a enormes quantidades de unidades econômicas interessadas em melhorar ou ampliar sua atividade com esses recursos, algumas das quais podiam realizar ações de grande interesse social ou responder as necessidades básicas da comunidade. (grifos nossos)

Segundo Marx (1985, p. 387), os processos de concentração e centralização são aspectos da tendência crescente de acumulação de capital.

A continua transformação de mais-valia em capital apresenta-se como uma crescente grandeza do capital que entra no processo de produção. Com a

⁸⁸Mintz e Schwartz, (1985, p.viii) utilizam este conceito a partir de suas pesquisas realizadas nos anos 1970 de que "o desenredar das relações de poder no mundo industrial moderno repousa no entendimento das relações intercorporativas e da direção do poder intercorporativo". A análise destes autores sobre as diretorias entrelaçadas (*interlock network*) indicou que os bancos e outras companhias financeiras jogavam um papel de coordenação no mundo empresarial.

acumulação de capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista, e com este modo de produção, desenvolve-se a acumulação do capital. [Onde] cada capital individual é uma maior ou menor concentração de meios de produção com o correspondente comando sobre um maior ou menor exército de trabalhadores. Toda a acumulação se torna meio de nova acumulação. Ela amplia com a expansão da massa de riqueza funcionando como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais... Com a concentração cresce o número de capitalistas.

A centralização é consequência do processo de concorrência que realiza a concentração (1985, p.389)

Este processo distingue-se do anterior implica alteração na repartição dos capitais que já existem... O capital cresce enormemente aqui, nas mãos de um só, porque escapou da mão de muitos, noutra parte. Esta é a **centralização** propriamente dita, quenão se confunde com a acumulação e a concentração. [...] As leis da centralização de capitais... Por exemplo: se dá pela concorrência através do barateamento de mercadorias, que depende da produtividade do trabalho, e desta da escala de produção.

E, nesta explicação, Marx (1985, p.389-390) apresenta o papel crucial do sistema de crédito como fundamental para os processos de acumulação, além da concorrência.

Além disso, a produção capitalista faz surgir uma força nova, o sistema de crédito. Pouco a pouco vai levando à mão dos capitalistas massas de dinheiro numa terrível arma da concorrência. [...] Na medida em que se desenvolve a produção se desenvolve a concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização.

As mencionadas análises de Marx vêm sendo recuperadas para entender as recentes crises financeiras do sistema capitalista, principalmente após a de 2008. Os processos de centralização e concentração do capital com participação do capital financeiro ocorrem perceptivelmente no Brasil a partir da década de 1940, como aponta

Minella (1988) em um amplo estudo sobre o processo de organização e crescimento do poder político dos banqueiros. Segundo Minella (1988, p. 129) “na medida em que vão se fortalecendo os grupos financeiros, sua influência sobre a vida nacional e sobre o processo de acumulação e reprodução do capital no País, passa a ter maior e decisiva importância”.

Para Muñoz (2007, p. 323), os efeitos das atividades financeiras sobre as atividades reais têm sido explorados teórica e empiricamente desde os princípios do século XX e sem consensos. A visão dos **monetaristas** sustenta a neutralidade do dinheiro em virtude da qual o setor real da economia depende só de variáveis reais, isto é, o dinheiro é uma variável que não interfere na economia. Noutra visão estão os **keynesianos** que introduzem a ideia da “demanda por dinheiro por razões especulativas”. Dessa forma, alterações na oferta monetária geram mudanças na taxa de juros, afetando o investimento e todo o setor real. Ou seja, o dinheiro não é variável neutra ou independente e influência no setor real da economia. Nesses marcos teóricos é que a referida autora situa o surgimento das microfinanças, cuja população destinatária e objetivos se compõem de setores mais debilitados do cenário socioeconômico.

A classificação das estruturas microfinanceiras é abordada por Muñoz (2007, p.284-287) como baseada na “tecnologia creditícia”. A última, por sua vez, “se entende como a gama de atividades levadas a cabo por uma instituição que oferece créditos, a qual adota uma configuração específica de mecanismos de seleção dos prestatários, tamanho dos empréstimos, pagamentos, garantias, monitoramento, administração e recuperação”. E, ainda, resume em três tecnologias creditícias fundamentais: o “grupo solidário”, a “banca comunal” e a tecnologia individual não-convencional, que descrevemos nos tópicos abaixo.

1. Grupo solidário, que se divide em dois enfoques: a) o *ACCION internacional*⁸⁹, que são “empréstimos” a indivíduos que formam grupos de quatro a sete membros que devem realizar uma garantia cruzada entre os empréstimos de cada um, garantindo o repago de forma coletiva. b) o *Grameen*⁹⁰ consiste em formar um grupo de cinco mulheres não relacionadas entre si incorporadas ao centro comunal que reúne oito grupos. As mulheres devem assistir reuniões num período anterior de 04 a 08 semanas, de formação de empréstimo e autoestima.

⁸⁹ Uma organização não lucrativa estadunidense que inclusive aplicou a metodologia em Recife no ano de 1973.

⁹⁰ Significado de “rural” ou aldeia na língua bengali, começou em 1976 em Bangladesh com Yunus.

2. Banca Comunal (*Village Banking*), que se origina na década de 1980 a partir de duas modalidades: a) o enfoque da Fundação para a Assistência Comunitária Internacional (FINCA) na Bolívia. Destina-se às populações de áreas rurais, principalmente mulheres, e se baseia na criação de associações de poupança e crédito em torno de 30 a 50 membros, sendo os bancos propriedade de seus membros e gerenciados por eles. b) Enfoque de *Centro Internacional de Desarrollo e Investigación* (CIDR), com base na França e na África, são bancos comunais estabelecidos e gerenciados por comunidades rurais.

3. A tecnologia individual não convencional: nas quais a clientela é composta de pequenas e médias empresas, urbanas e do setor informal e pequenos produtores rurais, para capital de giro ou ativos fixos.

Outro trabalho, que merece destaque neste debate é o de Rutherford (2002), que ilustra as muitas maneiras que os pobres usam para administrar seu dinheiro ou resolver o problema de não ter acesso ao crédito nos Bancos. Sua discussão é feita a partir de experiências nos bairros pobres, inclusive com forte participação feminina, em diversos países em desenvolvimento (Bangladesh e África).

Rutherford (2002) apresenta didaticamente três formas microfinanceiras utilizadas pelos pobres para desenvolver suas poupanças: **poupança ascendente**, quando se acumula primeiro e se usa o montante total resultante num período posterior, o depois; a **poupança descendente**, quando se toma um montante total *primeiro* como antecipação (empréstimo) de poupanças futuras; e, finalmente, a **poupança prolongada**, que é quando se usa um montante total no momento que se requeira a troca de um fluxo contínuo de poupança.

Para Coelho (2003, p.163) o problema das microfinanças é que, embora tenham surgido como proposta de democratização do sistema financeiro, acabaram se limitando a sistemas de pequenos créditos. Além disso,

muitos bancos comerciais adotaram [*as microfinanças*] nos últimos anos frequentemente por razões oportunistas e/ou de marketing, procurando tirar proveito dos princípios e valores associados a essas expressões, mas subordinando-as aos seus interesses e lógicas dominantes. (AMARO, 2011, p. 12)

Na linha de reflexão sobre a importância social e econômica de microfinanças, observa-se que elas seriam uma forma de superação de “falhas” do mercado financeiro, evidente, baseando-se em pressupostos

teóricos liberais. Segundo Ozomek (2007, p.194), as microfinanças “surgiram como resposta à existência de **mercados financeiros incompletos** mediante a prestação de serviços financeiros dirigidos a projetos ou microempreendimentos que estão excluídos do sistema bancário formal” (grifos nossos)

Tal concepção parte da premissa que “os mercados de crédito são distintos de outros mercados” e possuem características próprias. E que tais mercados deveriam funcionar com **informação perfeita e sem custo**, nas transações” (OZOMEK, 2007, p. 196, grifos nossos).

A informação imperfeita ou **assimetria na informação** é um conceito desenvolvido por Akerlof (1970, p.489) ao relacionar qualidade e incerteza no mercado de carros usados, onde um agente (vendedor) tem mais informação que o outro (comprador). Aplicando-se ao mercado de crédito, os prestatários seriam os “informados” e os bancos, ou prestamistas, os atores “não informados” da transação. “A informação que conhece o prestatário [...] relaciona-se com a sua qualidade enquanto prestatário: escolha do investimento, honestidade, grau de aversão ao risco, sua capacidade e desejo de pagar os empréstimos adquiridos etc.”

Essa concepção foi adaptada para o mercado financeiro por Stiglitz e Weiss (1981 p.182), que apontam que

há dificuldades nas instituições em avaliarem adequadamente o risco envolvido nas operações de empréstimo [...] Quando não possuem informações completas sobre o tomador e sobre o projeto a ser financiado, elas tomam atitudes defensivas e racionam o crédito, ao invés de elevar a taxa de juros.

Para corrigir a assimetria do mercado financeiro, seriam adotado dois mecanismos: seleção adversa e o risco moral (REYMÃO;CORREA, 2014, p. 183; OZOMEK,2007, p. 196-199 e Cf. Quadro 7):

1. A **seleção adversa** diz respeito à impossibilidade de se conhecer informações, valores e crenças que sustentam as decisões dos agentes econômicos. Esses problemas que surgem **antes** da elaboração do contrato e os bons tomadores não aceitam as elevadas taxas de risco cobradas e fogem do crédito bancário, permanecendo apenas os que não importam com maiores riscos, ou seja, consequentemente gera o afastamento dos “bons devedores potenciais”. (*ex-ante*)

2. O **risco moral** (*moral hazard*) refere-se ao comportamento dos prestatários **após** receberem o empréstimo (*ex-post*) Essa explicação baseia-se na teoria da agência, em que o agente “principal” é a entidade

financeira que quer induzir o agente (prestatórios) a realizar as ações que assegurem maior devolução de crédito outorgado. O risco moral se refere às possibilidades de que um agente busque atender objetivos pessoais (diferentes) em detrimento dos interesses do “principal”. Por exemplo, se um prestatário tem a possibilidade de escolher entre dois projetos de riscos distintos, um problema de risco moral ocorre quando o prestatário escolhe o projeto com maior risco. Outro exemplo, ocorre quando o prestatário assume um comportamento irregular na devolução do crédito. (OZOMEK, 2007, p.197). “Nesse caso os devedores podem desviar e aplicar o dinheiro em operações de maior risco. Outro fator decorre da incapacidade de supervisão dos bancos (agente) que não conseguem fazer o acompanhamento do correto uso do crédito por parte do devedor” (REYMÃO; CORREA, 2014, p.183.)

Quadro 7 – Falhas do mercado de crédito e mecanismo ou técnica de intervenção.

Falhas do Mercados	Mecanismo ou técnica que tende a suprir a falha
Problemas de Informação Assimétrica na avaliação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantias não-tradicionais <ol style="list-style-type: none"> a. Garantia Solidária b. <i>Collaterals</i> não tradicionais c. Outros substitutos 2. Métodos de coleta de informações particulares <ol style="list-style-type: none"> a. <i>Credit Bureau</i> b. Visitas a domicílio c. Grau de inserção no território d. Referentes locais e comitê de crédito local e. Vínculo entre prestatário e membro de organização prestamista 3. Incentivos dinâmicos em renovações 4. Monitoramento no uso de créditos em renovação 5. Empreendimentos existentes e monitoramento do fluxo de fundos dos empreendimentos
Problemas de Risco Moral	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantia não tradicionais 2. Alguns métodos de coleta de informação particulares 3. Tempo de avaliação dos créditos 4. Incentivos dinâmicos 5. Serviços financeiros e não financeiros brindados 6. Monitoramento no uso do crédito 7. Termo do Crédito. Cronograma de reembolso dos créditos e prazos. Flexibilidade dos serviços financeiros.
Seleção adversa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantias não tradicionais

Fonte: Ozomek (2007, p. 202).

Em síntese, o risco moral tem implicações *ex-post*, ou seja, ao efetivo cumprimento dos contratos, no qual, o devedor faz mau uso do empréstimo comprometendo a quitação da “dívida”. E a seleção adversa refere-se a uma situação *ex-ante*, ou seja, às análises e escolhas dos “melhores” clientes ou projetos a serem financiados. Como solução para enfrentar esses problemas, uma das ações a que as instituições financeiras recorrem “é aumentar as garantias exigidas do tomador, criando restrições ao mercado de crédito. Afeta duramente os mais pobres porque não oferecem garantia reais. A fiança coletiva mitigaria estes problemas”. (REYMÃO; CORREA, 2014, p. 184).

São dois tipos de **racionamento de crédito** que podem ocorrer nesses mercados, quando: a) mediante solicitações similares ou idênticas de crédito, alguns prestatários recebem crédito e outros não, mesmo que os últimos estejam dispostos a pagar taxas de juros mais altas; b) certos conjuntos identificáveis da população que diretamente não têm acesso ao crédito, independente da taxa de juros que estejam dispostos a pagar dada a oferta fixa de crédito (conhecido como *red-lining*⁹¹).

Outro aporte significativo de Ozomek (2007) para a compreensão do tema está no que ela aponta como técnicas microfinanceiras ou características dos programas microfinanceiros (sintetizadas no Quadro 7) como resposta às ditas “falhas” do mercado financeiro apontadas acima. A autora parte da premissa de que as Microfinanças são formuladas à base de inovação, com novas estruturas de organização, novos contratos e metodologias creditícias para uma população tradicionalmente excluída do setor financeiro. Isso tem demonstrado que nem sempre esses setores são de alto risco creditício e com capacidade de poupança e de “pagamento” ou devolução.

As abordagens contribuem como indicadores para analisar as práticas de gestão de recursos dos FRS e também em que medida eles ainda não se situam como “superação de falhas do mercado financeiro” e em que medida são diferentes. Sobre essa questão, podem ser vistos maiores detalhes no capítulo seis, sobre o funcionamento dos FRS.

Em suma, esta abordagem das **teorias da informação** busca compreender as Microfinanças situando-as em pressupostos liberais, em outros termos, baseia-se convencionalmente na lógica e visão de mercado

⁹¹ O termo "*red-lining*" foi cunhado na década de 1960 por John McKnight, um ativista sociólogo. Refere-se à prática de marcar uma linha vermelha no mapa para delimitar a área onde os bancos não iriam investir; mais tarde, o termo foi aplicado à discriminação contra um grupo particular de pessoas (geralmente por raça ou sexo), independentemente da geografia.

do mercado financeiro. Segundo avaliação de Gussi et al. (2012, p.79) os programas de microcrédito no Brasil seguiram a mesma tendência:

os anos 1990 demarcam um divisor de águas das políticas de crédito: como uma alternativa ao *moral hazard* ou pela necessidade de ampliar a base social do crédito e mitigar a pobreza, emergem nas políticas públicas, as tecnologias baseadas na gestão social do crédito, em que as relações de proximidade, próprias das comunidades, o associativismo e a cooperação entre atores locais são mobilizados para auferir o grau de confiança moral e econômica em relação ao pleiteante do crédito. Podemos mencionar a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), com forte protagonismo do movimento sindical dos trabalhadores rurais, e os programas governamentais e não governamentais de microcrédito, a exemplo do CrediAmigo, gerido pelo BNB.

Outro conceito fundamental relacionado a essa abordagem acerca das Finanças Solidárias, além do que já veio sendo pontuado até aqui, são as “Finanças de proximidade” que correspondem à recuperação de práticas tradicionais, constituídas a partir de uma rede de relações sociais de que “dependem os indivíduos e das famílias, como comprar fiado, vender ‘na palha’, tomar um dinheiro emprestado, vender um animal, guardar um produto para um melhor preço, caixa entre amigos, seguro funeral, etc.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 21).

Trata-se de uma terminologia usada para identificar um campo amplo e diverso de estratégias financeiras e expressa a ideia de um sistema financeiro local. Destaca-se alguns estudos nesse sentido, como os relatórios “*Exclusion et liens financiers*”, do *Centre Walras*, os trabalhos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (FONTES; COELHO, 2003 apud MUÑOZ, 2009, p.211; SABATÉ; MUÑOZ; OZOMEK, 2005, p. 52).

A principal virtude de um sistema de finanças de proximidade é a geração de renda “no local” por parte da população que vive em situação de pobreza. Sua característica fundamental é criar “redes que constroem capital social nas áreas em que isso é mais necessário” (SERVON, 1999 apud ABRAMOVAY, 2003, p. 07) transformando em vetor de fomento a geração e ampliação da renda no território ao qual pertencem os sujeitos de direitos.

Como as “estratégias” e teorias sobre as Microfinanças elencadas acima contribuem para a análise e avaliação do funcionamento dos FRS? Uma resposta possível é o fato de se apresentarem como técnicas de gestão. Como será tratado, os FRS praticam algum grau de “burocracia”, à medida que adotam alguma racionalidade técnica para a sua viabilidade econômica. Dentre as dificuldades apontadas no Mapeamento, indica-se a necessidade ou aprimoramento de tais mecanismos, como visitas aos EES, monitoramento, planejamento e acompanhamento na viabilidade econômica dos empreendimentos financiados (apoiados). Alguns mecanismos são praticados como garantias não-tradicionais, outras condicionalidades para incentivar as diferentes formas de devolução voluntária.

Esse processo aponta que os FRS, enquanto “tecnologia creditícia”, torna-se em muitos aspectos diferenciado no contexto do microcrédito, pois se propõe mais abrangente, quando busca a autogestão ou definição de condições como juros, prazos e valores de empréstimo pelos próprios tomadores. Mais ainda, quando fomenta o trabalho associado e os empreendimentos da economia solidária distancia-se de fortalecer o “microempresário”, ou seja, opera na afirmação da identidade e emancipação de classe, considerando suas peculiaridades e suas demandas. (FERREIRA, 2013, p.90)

As principais diferenças entre as Microfinanças e as Finanças Solidárias estão situadas nas finalidades e na (auto)gestão, nos protagonistas, grupos sociais envolvidos e, principalmente nos princípios valorativos, o paradigma liberal ou emancipatório. As Finanças Solidárias não dizem respeito somente ao que se refere como Instituições de Microfinanças (IMFs), mas àquelas pautadas na solidariedade.

Como se viu, o programa e o conceito de Inclusão Financeira em que pese o esforço e a boa intencionalidade de transformar o SFN mais acessível à população brasileira de baixa renda, ainda opera no modo convencional. Conforma o microcrédito e microfinanças no paradigma liberal ao inserir programas e órgãos, por exemplo, como o SEBRAE, incentivador de pequenas empresas, como ator e parceiro privilegiado do PIF.

Acrescenta-se que tal necessidade pode ser acentuada com a percepção que o próprio sistema tem tratado a “exclusão financeira” dos grupos sociais e de locais pobres que, apesar dos avanços tecnológicos, ainda são a condição de mais de 70 milhões de brasileiros. (IPEA, 2009; BCB, 2011) A exclusão bancária é uma das causas para que possam surgir tais práticas no sistema financeiro, como Microfinanças, microcrédito,

grandes cooperativas de crédito, subordinadas ao Sistema, correspondentes bancários etc. (BCB, 2014)

Além delas, outras causas contribuem para o surgimento das Finanças Solidárias: como solução para enfrentar as crises do sistema capitalista e o empobrecimento, efeito da tendência constante de acumulação de capital⁹²

Diante das dificuldades incitadas pelas políticas de austeridade dos governos afetados pela crise do sistema financeiro, da alta concentração de capital e da estagnação da economia, algumas comunidades passam a enxergar nas Finanças Solidárias uma estratégia para geração de renda em prol do desenvolvimento local. [Porém] a intensificação de experiências alternativas ligadas às Finanças Solidárias não está condicionada [exclusivamente] à crise do sistema financeiro. Elas sempre existiram, mas crescem em momentos históricos marcados por crises do sistema capitalista. (RAIMUNDO, 2014, p. 43)

Em tese o mercado financeiro capitalista, não chega a ser ameaçado em suas bases estruturais pelas formas microfinanceiras, pois elas não representam mudanças estruturais que poriam risco a hegemonia das “finanças capitalistas”. Chegam mesmo a representar uma vantagem pois, em geral, são uma forma do próprio sistema “abrir as portas” para os pobres; ou incentivar os pobres ao bom uso do dinheiro; ou chegar a novos clientes, abrindo um novo “nicho de mercado” etc. Para os pobres, esses serviços no máximo implicam mudanças conjunturais como um aumento temporário de renda ou melhoria do nível de consumo.

Alguns desafios se apresentam as Finanças Solidárias mediante o explicitado contexto estrutural: se, por um lado, têm crescido e ampliado sua diversidade e seu nível de organização e ampliação de estudos, por outro, enfrentam reduções, desativações, ou cooptações pelo sistema financeiro convencional, como está ocorrendo no caso das cooperativas de crédito solidário no Brasil. Mesmo tratando-se de empreendimentos alternativos, estão “jogando” no campo do mercado financeiro, inserindo-se no interior da hegemonia do modelo capitalista de finanças, o que dá margem para inúmeros desafios, dificuldades conceituais e questionamentos (PASSOS, 2007, p. 7; SINGER, 2009; BÚRIGO, 2010, p. 183-190).

⁹² Como revelado por Marx em “O Capital” (1985).

Encerrando este capítulo, pode-se dizer que as Finanças Solidárias, conceitualmente, se baseiam nas experiências de microcrédito, porém, diferenciam-se delas quanto às finalidades políticas e aos sujeitos sociais. Tal diferenciação conceitual não está no “tamanho” de suas instituições, no montante de recursos mobilizados ou, ainda, na “modernidade” dos serviços financeiros: são diferenciadas sobretudo pelo seu “conteúdo político”, ou seja, pela proposta de transformação social e de alternativa ao sistema financeiro capitalista, delimitando-as entre paradigmas liberal e emancipatório. Um debate ainda incipiente o qual necessitará maiores aprofundamentos posteriores.

A palavra “Solidária” acrescentada a Finanças (como sistema) não é um enfeite, ou simples adjetivo, mas implica na formação de um substantivo composto, que tem uma perspectiva emancipatória, inicialmente de combate à pobreza, passando pela ideia de “emprestar” aos pobres para incentivá-los a aumentar sua renda e gerar novas oportunidades de trabalho até a aventada possibilidade de “soberania financeira” do povo (cf. proposta de ARRUDA, 2009) como parte da construção de um processo emancipatório. Dessa maneira, diferenciam-se radicalmente de formas mesmo que ditas “alternativas ou de democratização do sistema de transformar os pobres em empreendedores ou “minicapitalistas”. Dentro dessa perspectiva há uma compreensão mais profunda do que simplesmente a de “sair da pobreza via renda ou crédito”, mas como estratégia de desenvolvimento alternativo (SANTOS, 2005, p.44-57), que se estende a outros níveis como o desenvolvimento local, comunitário, territorial, solidário e sustentável.

Com isto, entende-se, que a concepção de Finanças Solidárias “refunda o microcrédito” resgatando os princípios que o originou, haja visto, que em grande medida, o sistema financeiro convencional (capitalista) cooptou-o e subordinou-o condicionando a uma versão liberal. Amplia-se o desafio de dar mais um passo adiante, mediante a construção de projetos sociais, fortalecendo a dimensão utópica, em que Economia Solidária aparece como estratégia primordial para emancipação política e humana.

No próximo capítulo pretende-se aprofundar os Fundos Rotativos Solidários como uma das formas concretas de Finanças Solidárias, recuperando sua trajetória histórica e contextualização social.

